UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

Educação alimentar e nutricional no contexto do desenvolvimento rural: estudo de caso do Rio Grande do Sul

Nádia Rosana Fernandes de Oliveira

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Nutrição em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de concentração: Nutrição em Saúde Pública

Orientadora: Profª. Drª. Patrícia Constante Jaime

São Paulo
2016

Educação alimentar e nutricional no contexto do desenvolvimento rural: estudo de caso do Rio Grande do Sul

Nádia Rosana Fernandes de Oliveira

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Nutrição em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de concentração: Nutrição em Saúde Pública

Orientadora: Profª. Drª. Patrícia Constante Jaime

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

DEDICATÓRIA

Ao Vinicius, meu grande companheiro.
À Nadir, ao Nedeson (em memória),
ao Newson, à Luciane e ao Eduardo.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Patricia, pela acolhida fraterna e oportunidade em trabalharmos juntas, por dedicar atenção e cuidado com grande generosidade. Minha profunda admiração!

À Professora Fátima Marucci, por me receber no Programa de Pós-graduação em Nutrição em Saúde Pública e iniciar meus trabalhos na Faculdade de Saúde Pública.

À Comissão avaliadora da tese: professora Márcia Couto Falcão, pela alegria contagiante durante as aulas de Pesquisa Qualitativa em Saúde e pela presença durante o processo de qualificação, pré-banca e defesa da tese; professora Ana Cervato, pela colaboração no exame de qualificação da tese; professoras Juliecristie Oliveira e Elisabetta Recine e professor Marco Akerman, pela cuidadosa e gentil colaboração. Grata pelas valiosas contribuições.

À Alessandra Blaya e ao Diego Muras, pelo grande empenho em auxiliar na resolução de problemas.

À Ale e ao Leo, pela generosidade e carinho em abrir as portas de sua casa.

À Luana, Vanessa, Pati, Neila, Cris, Raquel, Fabi, Deia, Luis e Maria Laura pela vida e moradia compartilhadas! E a todas queridas amigas e amigos que São Paulo me proporcionou, agradeço por cada momento. Vocês foram fundamentais!

Aos Extensionistas Rurais, Assessores Técnicos Pedagógicos, Gestores e Coordenadores da ATES no RS pelas entrevistas concedidas e conhecimentos partilhados.

À Coordenação de Apoio Pesquisa no Ensino Superior – CAPES – pela bolsa de doutorado concedida.

EPÍGRAFE

O mundo é o que se vê de onde se está.

Milton Santos

*Essa questão de relação das **práticas de educação alimentar com a extensão rural** tem um pouco a ver com minha trajetória, do porquê que eu acho que a **reforma agrária é necessária**. Eu vejo que, para construir processos de desenvolvimento numa sociedade, e, pra que essa sociedade tenha uma condição, uma qualidade de vida decente de se viver, precisa de uma **condição básica de vida que é o alimento, o alimento saudável**.*

Fala de um entrevistado – Extensionista Rural há 30 anos.

RESUMO

Oliveira NRF. Educação alimentar e nutricional no contexto do desenvolvimento rural: estudo de caso do Rio Grande do Sul. [tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2016.

Introdução: A educação alimentar e nutricional (EAN) é campo de prática e reflexão de diversos atores sociais envolvidos na promoção da saúde, entre eles, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, que se relacionam com ações de desenvolvimento local e promoção da alimentação adequada e saudável e de segurança alimentar e nutricional das populações rurais. **Objetivo**: Analisar percepções e práticas sobre o processo de educação alimentar e nutricional no contexto do Desenvolvimento Rural no RS. **Metodologia**: **Artigo 1**: Realizou-se análise do texto do *Guia Alimentar para a População Brasileira*, discutindo-se os temas previstos e os temas emergentes a partir da intersecção dos conceitos de promoção da saúde e de desenvolvimento rural sustentável. **Artigo 2**: Investigaram-se normas estabelecidas nos documentos de âmbito nacional e estadual e práticas executadas pelos extensionistas rurais a partir de busca em Sistema de Registros Administrativos que continham a descrição das atividades realizadas. Os dados foram tabulados e processados por meio da estatística descritiva, com o apoio do programa Microsoft Office Excel, versão 2007, em relação à produção e análise qualitativa dos dados; investigaram-se, na periodicidade histórica, rupturas e permanências contidas no material, com apoio do software NVivo 10 for Windows. **Artigo 3**: Realizaram-se 18 entrevistas individuais para produção de narrativas com os diferentes atores sociais envolvidos na Assistência Técnica e Extensão Rural no RS. Foi realizada a análise das narrativas a partir da perspectiva teórica e das categorias analíticas emergentes, sendo os dados interpretados, sistematizados e analisados em seu conjunto, com apoio do software NVivo 10 for Windows. **Resultados**: **Artigo 1**: Identificou 13 temas relacionados a quatro dimensões explicativas da interseção dos conceitos, os quais foram identificados a partir dos elementos constitutivos dos itens princípios e diretrizes do Guia Alimentar, dez passos para uma alimentação saudável; superação de obstáculos para realização dos dez passos. **Artigo 2**: Oito documentos e 212.502 atividades foram analisadas,

sendo 11,13% relacionadas à EAN. As normas determinaram número mínimo de atividades a serem realizadas por meio de metas estabelecidas nos contratos de serviços, em contrapartida, as práticas derivaram, majoritariamente, das demandas das famílias assessoradas ligados aos temas da Segurança Alimentar e Nutricional, Produção de Cuidados em Saúde, e Alimentação Adequada e Saudável. **Artigo 3**: A compreensão e a estrutura de significações da EAN foram visualizadas sob três eixos: reconhecimento e não reconhecimento da EAN na ATES; a EAN como um dos temas da dimensão "*social*"; a EAN como sinônimo de Segurança Alimentar e Nutricional. **Conclusão**: Existe uma polissemia de percepções sobre a educação alimentar e nutricional e um espaço permanente de tensões entre as normas e as práticas. Existe uma orientação normativa para a promoção da alimentação adequada e saudável, principalmente na perspectiva de relação com os sistemas alimentares locais. As práticas em educação alimentar e nutricional e as percepções sobre elas se estruturam em um conjunto de valores, signos e sentidos nos quais o alimento é visto como elemento aglutinador-compreensivo de um modelo de extensão rural que é reivindicado.

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional; assistência técnica e extensão rural; segurança alimentar e nutricional; promoção da saúde; alimentação adequada e saudável.

ABSTRACT

Oliveira NRF. Food and nutrition education in the context of rural development: a case study of Rio Grande do Sul [doctoral thesis]. São Paulo: School of Public Health, USP; 2016.

Introduction: Food and nutrition education (FNE) is a field of practice and reflection of various social actors involved in health promotion, including the Technical Assistance and Rural Extension Services, which relate to local development actions and to the promotion of adequate and healthy food, as well as to food and nutrition security of rural populations. **Objective**: To analyze perceptions and practices about the process of food and nutrition education in the context of Rural Development in RS. **Methodology**: **Article 1**: We analyzed the text of the *Food Guide for the Brazilian population*, discussing the intended and the emerging themes from the intersection of the concepts of health promotion and sustainable rural development. **Article 2**: We investigated the rules established in the national and state level documents and practices implemented by rural extension agents from a search in Administrative Records System containing the description of activities. The data were compiled and processed through descriptive statistics, with the support of Microsoft Office Excel 2007 concerning the production and qualitative analysis; we investigated, in the historical basis, ruptures and continuities contained in the material, with the support of the software NVivo 10 for Windows. **Article 3**: We conducted 18 individual interviews to produce narratives with the different social actors involved in the Technical Assistance and Rural Extension in RS. The analysis of the narratives was performed from the theoretical perspective and emerging analytical categories; the data were interpreted, systematized and analyzed as a whole with the support of NVivo 10 for Windows. **Results**: **Article 1**: We identified 13 themes related to four explanatory dimensions of the intersection of the concepts, which were identified from the constituent elements of the items principles and guidelines of the Food Guide, ten steps to a healthy diet; overcoming obstacles to achieving the ten steps. **Article 2**: Eight documents and 212,502 activities were analyzed, being 11.13% related to FNE. The rules determined minimum number of activities to be performed by goals established in service contracts, in contrast, the practices mainly come from the demands of advised families linked to the themes of

Food and Nutritional Security, Care Production in Health, and Adequate and Healthy Food. **Article 3**: The understanding and the structure of meanings of FNE were viewed under three axes: recognition and non-recognition of FNE in TSEA; EAN as one of the themes of the *"social"* dimension; FNE as a synonym for Food and Nutrition Security. Conclusion: There is a polysemic perception about food and nutrition education and a permanent space of tensions between rules and practices. There is a normative guidance to promote adequate and healthy food, especially from the perspective of relationship with local food systems. The practices in food and nutrition education and the perceptions about them are structured in a set of values, signs and meanings in which food is seen as a unifying-understanding element of a claimed rural extension model.

Keywords: food and nutritional education; technical assistance and rural extension; food and nutrition security; health promotion; adequate and healthy food.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 14
1 INTRODUÇÃO 17
1.1 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO COMPONENTE DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 17
1.2 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO COMPONENTE DO DESENVOLVIMENTO RURAL 28
2 OBJETIVOS 40
2.1 OBJETIVO GERAL 40
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 40
3 METODOLOGIA 41
3.1 CENÁRIO E SUJEITOS DE ESTUDO 41
3.2 ANÁLISE DOCUMENTAL 48
3.3 ENTREVISTAS INDIVIDUAIS 51
4 RESULTADOS 58
4.1 ARTIGO 1: O ENCONTRO ENTRE O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA 58
4.2 ARTIGO 2: NORMAS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA EXTENSÃO RURAL 77
4.3 ARTIGO 3: PERCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM EXTENSIONISTAS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL 109
5 CONCLUSÃO 125
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 127
7 REFERÊNCIAS 131
ANEXOS
Anexo 1 - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa 141
Anexo 2 – Currículo Lattes da aluna 144
Anexo 3 – Currículo Lattes da Professora Orientadora 145
APÊNDICES
Apêndice 1 – Roteiro para Entrevistas Individuais 146
Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 147

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

METODOLOGIA

Figura 1 -	Estrutura operacional e organizativa do programa de ATES do RS.	45
Figura 2 -	Mapa do RS com divisão dos Núcleos Operacionais da ATES. 2016.	47
Figura 3 -	Processo de produção e análise de dados a partir das entrevistas individuais.	55
Quadro 1 -	Distribuição dos Núcleos Operacionais da ATES no RS, 2016.	47
Quadro 2 -	Caracterização dos entrevistados.	52

ARTIGO 1

Figura 1 -	Temas de intersecção entre Desenvolvimento Rural Sustentável e Promoção da Saúde a partir do *Guia Alimentar para a População Brasileira*.	65
Figura 2 -	Identificação dos temas e dimensões emergentes e sua localização no texto do *Guia Alimentar para a População Brasileira*	66

ARTIGO 2

Figura 1	Temporalidade, características e temas emergentes de documentos normativos da ATES, RS, (2004-2014).	83
Figura 2	Relação, nós e forças presentes entre as categorias emergentes das práticas em Educação Alimentar e Nutricional na ATES, RS, Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de ATES (Sama) (2010-2014).	90
Figura 3	Fluxograma de rede de relação entre as categorias emergentes das práticas em Educação Alimentar e Nutricional na ATES, RS, Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de ATES (Sama) (2010-2014).	91
Tabela 1	Número absoluto e frequência dos temas e categorias emergentes das práticas em Educação Alimentar e Nutricional na ATES, RS, Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de ATES (Sama) (2010-2014).	83
Quadro 1	Categorias emergentes e conteúdos identificados nos trechos das descrições das práticas em EAN na ATES, RS, Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de ATES (Sama) (2010-2014).	87
Quadro 2	Suplemento A. Temas emergentes e caracterização dos documentos normativos da Ates/Ater, RS, 2016.	106

ARTIGO 3

Quadro 1	Trechos das narrativas dos entrevistados que expressam o reconhecimento e não reconhecimento da Educação Alimentar e Nutricional na Assessoria Técnica, Social e Ambiental para assentamentos da Reforma Agrária.	115

SIGLAS UTILIZADAS

AAS – Alimentação Adequada e Saudável

A&N – Alimentação e Nutrição

AF – Agricultura Familiar

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental para assentamentos da Reforma Agrária

ATPs – Assessoria Técnica Pedagógica da ATES

CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares

COPTEC – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável

DS – Desenvolvimento Sustentável

DSS – Determinantes Sociais da Saúde

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ER – Extensão Rural

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GAPB – Guia Alimentar para a População Brasileira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

LOSAN – Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NO – Núcleo Operacional

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PDA – Plano de Desenvolvimento de Assentamentos

PICs – Práticas Integrativas e Complementares em Saúde

PIDESC – Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PLANSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNPS – Política Nacional de Promoção da Saúde

PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PRONAF – Programas de Fortalecimento da Agricultura familiar

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

POF – Pesquisa de Orçamento Familiar

PRA – Plano de Recuperação de Assentamento

PS – Promoção da Saúde

RS – Rio Grande do Sul

RUOP – Rede de Unidades de Observação Pedagógica da ATES

SAMA – Sistema de Acompanhamento e Monitoramento da ATES

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SIGRA – Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUS – Sistema Único de Saúde

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UPP – *Ultra-processed Products*

USP – Universidade de São Paulo

APRESENTAÇÃO

No decorrer de minha formação, o campo da Saúde Coletiva já havia sido escolhido como o objetivo de trabalho. Depois da graduação em Nutrição, ingressei no Mestrado em Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Maria, pesquisando temas relacionados ao ambiente alimentar de agricultores e agricultoras familiares, seus saberes e suas práticas em alimentação. O mestrado em Extensão Rural proporcionou-me maior aproximação com a pesquisa social, ademais, na realização da dissertação, imergi nos estudos da pesquisa etnográfica.

No mundo do trabalho e no cotidiano das relações pessoais, estive rodeada pelos temas da Segurança Alimentar e Nutricional, da Agricultura Familiar, dos Sistemas Alimentares, da Reforma Agrária e da Extensão Rural. Indagava-me sobre os modos de vida no rural, sobre os modos de comer e adquirir/acessar comida, sobre as práticas de extensão rural. Questionava-me sobre as relações entre a promoção da saúde e as ações extensionistas e a busca pela qualidade de vida.

No trabalho docente, na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), cresceram meus anseios aprofundar os estudos sobre o fazer do Nutricionista na prática em saúde coletiva. Eu tinha um misto de desejos em retornar os estudos em um Curso de Doutorado: desejo de ampliar e fortalecer meus conhecimentos em epidemiologia nutricional – uma área de interesse, que foi desenvolvida no fazer da docência na Universidade – e o desejo em investigar as ações desenvolvidas em alimentação e nutrição nos muitos espaços de inserção do Nutricionista.

Imersa nessas vivências, decidi cursar o Doutorado na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Minha intenção foi investir os estudos na área da Saúde Pública e buscar conhecimento em epidemiologia nutricional. Realizei meu primeiro ano de doutorado cursando as disciplinas nesse campo. Entretanto, as inquietações sobre interdisciplinaridade e a intersetorialidade, que há muito me acompanhavam, haviam ficado ainda mais pujantes.

Tomei a decisão de, enfim, buscar as possibilidades de convergência da minha questão acerca das ações em alimentação e nutrição desenvolvidas no rural. A Profª Patricia Constante Jaime me acenou positivamente com o aceite em

pesquisarmos sobre essa temática. Nosso objetivo foi investigar as ações em educação alimentar e nutricional (EAN) realizadas no âmbito da Extensão Rural (ER) no Rio Grande do Sul (RS). Compreendemos que deveríamos nos centrar na investigação sobre o campo da EAN, visto que havia muitos elementos para serem analisados nesse tema e que ainda eram pouco explorados em estudos acadêmicos.

Assim, desenvolvi o trabalho de campo em meio à produção de dados riquíssima.

As práticas dos extensionistas estão sendo apoiadas por sistemas gerenciais de informação da ER: Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA) e Sistema de Acompanhamento e Monitoramento da ATES (SAMA). Os bancos de dados desses sistemas permitiram olhar para uma grande soma de atividades realizadas pelos técnicos extensionistas. Além disso, muito embora esses bancos de dados estivessem sendo usados para o planejamento dos serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental para assentamentos da Reforma Agrária (ATES) e por algumas pesquisas acadêmicas, nada havia sido estudado sobre a educação alimentar e nutricional. Nesse sentido, foram muitos os desafios em produzir e analisar os dados originados desses sistemas de informação.

Na pesquisa de campo, a produção de dados a partir das entrevistas oportunizou-me vivenciar experiências com muita riqueza de detalhes, e as transcrições resultaram em um material de grande volume em extensão e profundidade.

Esta tese é fruto, portanto, de inquietações vindas a partir de minhas vivências e trajetória forjada no campo da Extensão Rural e da Segurança Alimentar e Nutricional, bem como da articulação entre os estudos sobre as Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição e as intervenções em Educação Alimentar e Nutricional.

A tese está estruturada em sete capítulos, incluso este.

O capítulo de Introdução apresenta referencial teórico acerca da Educação Alimentar e Nutricional como componente da Promoção da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional. Também explora o *lócus* de investigação: a Extensão Rural no RS.

Em seguida, são apresentados os objetivos do estudo e o capítulo sobre a metodologia proposta para o desenvolvimento da pesquisa.

Os capítulos 4, 5 e 6 consistem nos manuscritos que resultaram da concretização dos objetivos firmados.

O capítulo 4 consiste no primeiro manuscrito intitulado *O encontro entre o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da saúde no Guia Alimentar para a população brasileira*. Esse manuscrito objetivou identificar como a interseção entre a perspectiva do desenvolvimento rural sustentável e da promoção da saúde se apresenta no *Guia Alimentar para a População Brasileira*.

O capítulo 5 consiste no segundo manuscrito, intitulado *Normas e práticas em educação alimentar e nutricional na Extensão Rural*, cujo objetivo foi compreender e analisar o processo de desenvolvimento das estratégias em educação alimentar e nutricional executadas pelo serviço de ATES no RS.

O capítulo 6 consiste no terceiro manuscrito, *Percepções sobre educação alimentar e nutricional em extensionistas rurais no Rio Grande do Sul*, com o objetivo de analisar a percepção de extensionistas rurais sobre a educação alimentar e nutricional em sua prática de trabalho.

Na sequência, estão os capítulos de Conclusão, nos quais há as finalizações alinhadas aos objetivos propostos neste trabalho; bem como o capítulo das Considerações Finais, que traz outros apontamentos acerca das potenciais implicações dos resultados deste trabalho para o desenvolvimento de ações em educação alimentar e nutricional.

A lista de referências bibliográficas utilizadas em todo o corpo da tese está apresentada ao final – com exceção dos artigos, os quais estão compostos por sua própria bibliografia.

1 INTRODUÇÃO

1.1 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO COMPONENTE DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Ao investigar as práticas em EAN[1], foram encontrados dois campos intrinsicamente relacionados: a promoção da saúde e a garantia da segurança alimentar e nutricional. No campo da Extensão e do Desenvolvimento Rural, existem debates de organismos internacionais que avaliam e recomendam políticas e iniciativas relacionadas ao sistema agroalimentar e que orientam a interlocução desses campos de conhecimento.

Recentemente, quatro documentos foram divulgados no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU): *Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada* (CAISAN, 2012), *Segurança Alimentar e Mudança Climática* (FAO, 2012a), *Proteção Social para a Segurança Alimentar* (FAO, 2012b), apresentados pelo Painel de Expertos de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutricional, e o relatório anual da FAO sobre *O Estado Mundial da Agricultura e a Alimentação* (FAO, 2013). Ademais, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a *Década de Ação sobre Nutrição* (2016-2025), reconhecendo a necessidade do acesso universal aos alimentos saudáveis (ONU, 2016).

Reconhecendo que mais do que os recursos monetários investidos na agricultura e alimentação, o modo de ação, ou seja, o modo como os países orientam seus sistemas agroalimentares são os elementos promotores da sustentabilidade, da permanência do agricultor no campo e da produção de alimentos, isto é, de comida para a população. Nesse sentido, as Políticas Nacionais de Promoção da Saúde (PNPS) (BRASIL, 2015), de Alimentação e Nutrição (PNAN) (BRASIL, 2012a), de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (BRASIL, 2006a) e

[1] A apresentação conceitual da EAN se dará na seção 1.2, com maiores detalhes de seu percurso histórico e sua abordagem teórica.

de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (BRASIL, 2004) percorrem alguns caminhos e traçam diálogos intersetoriais.

De acordo com a Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2015), a saúde é resultado dos modos de organização da produção, do trabalho e da sociedade em determinado contexto histórico. RIBEIRO e col. (2015) consideram que o modelo biomédico não consegue modificar os condicionantes nem os determinantes mais amplos desse processo. Porém, os autores citam que, numa perspectiva mais ampliada de saúde, definida pelo movimento da Reforma Sanitária Brasileira, pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelas Cartas de Promoção da Saúde, os modos como sujeitos e coletividades elegem determinadas opções de viver enquanto desejáveis, a forma pela qual organizam suas escolhas e como criam novas possibilidades para satisfazer suas necessidades, constroem processos de busca pela própria condição de vida saudável.

A promoção da saúde (PS) consiste num conjunto de estratégias focadas na melhoria da qualidade de vida de indivíduos e coletividades, podendo se materializar por meio de políticas, estratégias, ações e intervenções no meio com objetivo de atuar sobre os condicionantes e determinantes sociais de saúde, de forma intersetorial e com participação da população. A PS deve favorecer escolhas saudáveis, e, para tanto, deve ser potencializada por meio da articulação dos diferentes setores da sociedade (BUSS, 2003; CZERESNIA, 2003; WESTPHAL, 2006; AKERMAN e col., 2014).

O conceito de PS tem sido construído ao longo da história, sendo expresso pela primeira vez em 1974 no Informe Lalonde, no Canadá. Como marco referencial, a Carta de Ottawa, da 1ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde, em 1986, apresentou e formulou relações sobre o conceito, inserindo, na agenda global, a discussão sobre a promoção. A proposição desse novo conceito reorienta políticas e sistemas de saúde, enfocando mudanças nos paradigmas em nível mundial (OLIVEIRA, 2005).

A Carta de Ottawa define a PS como o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo mais participação no controle desse processo. A saúde enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas, sendo que a PS caminha na direção de um bem-estar global. A Carta apresenta, ainda, as condições e os recursos fundamentais para o alcance da promoção, sendo eles: alimentação, paz, habitação,

educação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade (OMS, 1986).

As direções propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a PS apontaram para a necessidade da redução das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, no Brasil, os princípios da PS foram incorporados, a partir de mobilizações de diferentes setores da sociedade civil pelo Movimento da Reforma Sanitária, na Constituição Federal de 1988 e no SUS (OMS, 1986; OLIVEIRA, 2005; BUSS e FILHO, 2007).

A efetiva institucionalização da PS ocorreu em 2006, com a aprovação da Política Nacional de Promoção da Saúde. Essa Política representa um marco na consolidação do SUS, uma vez que reafirma o debate dos condicionantes e determinantes sociais da saúde (DSS). Os DSS compreendem os elementos vinculados aos comportamentos individuais e às condições de vida e trabalho, bem como os relacionados com a macroestrutura econômica, social e cultural (BRASIL, 2008). BUSS e CARVALHO (2009) observam que os DSS são produto da ação humana e, portanto, podem e devem ser transformados pela ação humana.

AKERMAN e col. (2006), ao discutirem os determinantes e condicionantes da saúde, observam que a concepção de saúde não pode estar separada de quaisquer aspectos do contexto socioambiental, uma vez que deve apreender as relações entre os múltiplos fatores envolvidos, sejam do tipo individual, relacional, sociocultural ou ambiental. Nesse sentido, compreende-se o urbano e também o rural com toda sua complexidade na concepção sociológica de saúde. Observa-se que a definição de determinante e condicionante da saúde se distingue. A primeira se relaciona com as características sociais das pessoas que resultarão em diferenças na situação de saúde. Essas diferenças poderão ser maiores ou menores de acordo com a magnitude da presença das características sociais. A segunda definição se relaciona com as condições gerais dos modos de vida, as condições materiais necessárias à (sub)existência. Essas condições se comportam como elemento mínimo para o processo de produção de saúde (AKERMAN e col., 2006; BUSS e FILHO, 2007).

Nesse contexto, a alimentação é um dos determinantes e condicionantes da saúde e um direito inerente a todas as pessoas. A determinação social da saúde assim como a promoção e prevenção de agravos estão presentes em diversos documentos reconhecidos nacional e internacionalmente, tais como a Estratégia

Global para a Alimentação do Bebê e da Criança Pequena (WHA, 2002), a Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde (OMS, 2004), o Relatório da Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde (BRASIL, 2008), a Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2015) e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2012a). Tais documentos apontam para a necessidade de formulação e implantação de estratégias nacionais, locais e regionais efetivas e integradas para a redução da morbimortalidade relacionada à alimentação inadequada e garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA) (ALVES e JAIME, 2014).

Entre as diferentes abordagens admitidas ao tema, a concepção social sobre a PS inclui, em seu campo conceitual e prático, as condições de vida propiciadas pelos aspectos físicos, sociais, econômicos e culturais nos quais indivíduos e coletividades estão inseridos. Os elementos envolvidos na PS buscam a superação das iniquidades e o empoderamento de indivíduos e coletividades. Essa abordagem se preocupa em assegurar o direito à saúde e outros direitos associados (BUSS e CARVALHO, 2009).

Do ponto de vista da garantia dos direitos, a saúde é reconhecida como direito humano, inerente a todas as pessoas. Em sua garantia e realização, o direito à saúde é indivisível, inalienável e inter-relacionado com outros direitos, como o direito à alimentação. Sendo assim, todos os direitos são igualmente necessários, e a satisfação de um não pode interferir negativamente na satisfação de outros (BRASIL, 2010a). Como direito social, a saúde foi reconhecida na Constituição Brasileira, promulgada em 1988. Não obstante, o direito à alimentação foi reconhecido somente em 2010, por meio de Emenda Constitucional nº 64 (BRASIL, 2010b).

A introdução da alimentação como direito social na Constituição Federal foi resultado de intenso movimento de entidades civis e do governo no sentido de garantir alimentação adequada e saudável (AAS) à população brasileira. O DHAA tem sua origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) (BRASIL, 1992). Em 2002, definiu-se esse direito de forma a incluir todos os elementos normativos explicados em detalhes pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas (ONU) no Comentário Geral nº 12, citado por VALENTE (2002, p. 5), segundo o qual

> o direito à alimentação adequada se realiza quando qualquer homem, mulher ou criança, sozinho(a) ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, a uma alimentação adequada ou aos meios necessários para sua obtenção.

O direito à alimentação, portanto, não se restringe às recomendações mínimas de energia ou nutrientes. A alimentação para o ser humano deve ser entendida como um processo de interação social, política e ambiental. Desse modo, torna-se importante a compreensão da organização da sociedade, dos modos de desenvolvimento. Cabe, ainda, ressaltar que, na perspectiva da promoção dos direitos humanos, o processo (como é feito) é tão importante quanto o resultado (o que é feito). Assim, fundamental para a promoção do DHAA são as práticas que permitam o empoderamento e a autonomia das pessoas, vislumbrados a partir de um processo democrático, participativo, inclusivo, que respeite as diversidades (VALENTE, 2002; LEÃO e RECINE, 2011).

O DHAA tem como pressuposto a promoção da alimentação adequada e saudável (AAS), que está prevista em importantes marcos políticos, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição[2], a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)[3] e a Política Nacional de Promoção da Saúde[4]. Considerando-se a alimentação como potencial elemento articulador entre as políticas sociais brasileiras, pode-se compreender seu caráter intersetorial, pautado em questões relacionadas desde os modos de produção de alimentos, acesso e circulação, até elementos próprios do comer, da comensalidade. O caráter intersetorial da alimentação desafia diferentes atores em diferentes frentes do governo e da sociedade civil (CONTI, 2009; ALVES e JAIME; 2014).

A promoção da AAS vem ocupando espaço na agenda pública desde 1999 na aprovação da PNAN. A política estabeleceu prioridades com a intenção de promover

[2] Política Nacional de Alimentação e Nutrição foi aprovada em 1999 e reeditada e atualizada em 2012 no âmbito do setor saúde, sendo publicada pelo Ministério da Saúde. A primeira versão da PNAN tinha como proposição o respeito, a proteção, a promoção e provisão dos direitos humano à saúde e à alimentação. A segunda edição da PNAN apresenta-se com o propósito de melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde em busca da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira.

[3] Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional publicada em 2010. A gestão da PNSAN é interministerial e se dá por órgãos, entidades e instâncias integrantes do SISAN. A Política tem como objetivo promover a SAN e assegurar o DHAA em todo o território brasileiro.

[4] Política Nacional de Promoção da Saúde instituída em 2006, com segunda edição e atualização em 2015, no âmbito do SUS. A PNPS tem como objetivo ampliar a potencialidade de saúde individual e coletiva, reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde, considerando os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais.

a SAN e garantir o direito à saúde e à alimentação e nutrição adequadas (BRASIL, 1999).

Em 2011, a PNAN marcou um passo importante na atualização das diretrizes frente ao cenário epidemiológico e das políticas públicas do país – na perspectiva de elo potencial entre o Sistema Único de Saúde e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (RECINE e VASCONCELLOS, 2011). Assim, a política firmou seu objetivo de

> melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição (BRASIL, 2012a, p. 21).

Numa perspectiva ampliada, a PNAN propõe a compreensão do alimento enquanto promotor do suprimento das necessidades biológicas humanas e assume, para além disso, o alimento transformado em comida pelo ato social humano, que agrega significados simbólicos associados à diversidade e à cultura alimentar de cada local. Assim, entende-se AAS como

> prática alimentar apropriada aos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos, bem como ao uso sustentável do meio ambiente. Ou seja, deve estar em acordo com as necessidades de cada fase do curso da vida e com as necessidades alimentares especiais; referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade; baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis com quantidades mínimas de contaminantes físicos, químicos e biológicos (BRASIL, 2012a, p. 31).

Reconhecendo a alimentação enquanto ato biológico, social e político, compreende-se que, a partir da ingestão de alimentos, suprem-se as necessidades nutricionais básicas, mas também se realiza uma série de práticas. Desde os modos de acesso (ou não acesso) aos alimentos até as decisões do que e onde comer, de quem e em qual lugar comprar, como preparar, com quais pessoas compartilhar a comida, perpassa-se por relações e decisões que se configuram em diferentes graus de autonomia, aparato de informações e conhecimento sobre o alimento, bem como sobre a alimentação promotora de saúde (FISCHLER, 1995; DIEZ-GARCIA, 2003; CONTRERAS-HERNÁNDEZ; GRACIA-ARNÁIZ, 2005).

A alimentação inadequada pode levar à situação de insegurança alimentar e resultar em situações de obesidade, desnutrição e carências nutricionais específicas por um lado (MONTEIRO, 1995; MONTEIRO e col., 2011; SWINBURN e col., 2011;

POPKIN; ADAIR; NG, 2012), e à perda da cultura alimentar e identidade local por outro (FISCHLER, 1995; DIEZ-GARCIA, 2003; POULAIN, 2004; AMON, MENASCHE, 2008). A garantia da segurança alimentar e nutricional (SAN) exige ações intersetoriais (da saúde, da educação, do desenvolvimento rural, do econômico, do social, entre outros), além de compromisso com ações de educação alimentar e nutricional (FERREIRA; MAGALHÃES, 2007; ALVES; JAIME, 2014).

Nesse conjunto, está proposta a compreensão das bases da alimentação como elemento de humanização das práticas de saúde, na qual diversas estratégias são evocadas no sentido de estimular a autonomia dos indivíduos para a realização de escolhas e adoção de práticas alimentares e de vida saudáveis. Nesse sentido, as ações de promoção da AAS fundamentam-se nas dimensões de garantia da SAN e da PS (BURLANDY, 2009; RECINE e VASCONCELLOS, 2011; ALVES, JAIME; 2014).

O conceito SAN está permanente construção e se modifica à medida que avança a história da humanidade e alteram-se a organização social e as relações de poder na sociedade. Durante a Primeira Guerra Mundial, o termo segurança alimentar passou a ser utilizado na Europa. Nessa época, o seu conceito tinha estreita ligação com o de segurança nacional e com a capacidade de cada país em produzir sua própria alimentação. No entanto, o conceito ganhou força a partir da Segunda Guerra Mundial e, em especial, a partir da constituição da ONU, em 1945. Nesse período, observou-se a tensão política entre aqueles que entendiam o acesso ao alimento de qualidade como um direito humano e aqueles que compreendiam que a segurança alimentar seria garantida por mecanismos de mercado (MALUF, 2007; BURLANDY, 2009).

Após a Segunda Guerra, a segurança alimentar foi tratada como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos, decorrente de sua reduzida produção. Nesse cenário, a produção de alimentos foi baseada no uso intensivo do solo e de sementes geneticamente modificadas de alto rendimento, fertilizantes, pesticidas, irrigação e mecanização. A partir dessa estratégia, foram identificados como resultados: redução da biodiversidade, êxodo rural, contaminação de solos e dos alimentos. Não obstante, a realidade de fome e insegurança alimentar não foi reduzida (GOODMAN e col., 1990).

No final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, o conceito de segurança alimentar incorpora, também, as noções de acesso a alimentos seguros (não

contaminados biológica ou quimicamente) e de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada e culturalmente referenciada (MALUF, 2007). Esse conceito foi sendo consolidado e, atualmente, é entendido como segurança alimentar e nutricional, prevendo-se

> a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p. 1).

Em 2006, a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – Lei n 11.346) foi sancionada, tornando o acesso à alimentação uma política de Estado. Em 2010, foi regulamentada a Lei 11.346, que cria o SISAN, cuja missão foi formular e implementar políticas e planos de SAN, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da SAN no país. A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) e para seu sistema de monitoramento e avaliação. Com essa aprovação, a alimentação foi incluída como direito social e a garantia do acesso ao alimento ganhou um reforço institucional (BURLANDY, 2011; CAISAN, 2013).

Cabe destacar que a promoção da saúde e a garantia de SAN para a população não dependem exclusivamente do setor saúde. A intersetorialidade permite o estabelecimento de espaços compartilhados de ação entre instituições e diferentes setores que atuam na produção da saúde e da SAN. Assim, a PNAN deve interagir com a PNSAN e com outras políticas, principalmente nos elementos de promoção AAS. A articulação intersetorial leva ao fortalecimento das ações de alimentação e nutrição na rede de atenção à saúde de modo articulado às demais ações de SAN – sejam no setor da agricultura e do desenvolvimento agrário, do abastecimento, da educação –, com vistas ao enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e os agravos em saúde na ótica de seus determinantes sociais (FERREIRA; MAGALHAES, 2007; RECINE e VASCONCELLOS, 2011; ALVES; JAIME, 2014; SILVA e col., 2014).

Nessa caminhada do alimento até a mesa, percorrem-se caminhos – formais e informais, institucionais e populares – na construção de métodos e práticas de

ações de educação em saúde. Os diferentes espaços, quais sejam as salas de aula, as unidades de saúde, as moradias, os locais de trabalho, são espaços próprios para a interlocução com os modos de vida e com o processo de promoção da saúde (BRASIL, 2012b; PINHEIRO e col., 2012; BOOG, 2013).

Educar e ensinar podem ser vistos, sob a ótica de Paulo FREIRE (1983) como processos distintos. O ensinar ocupa-se em transmitir conhecimentos sobre determinado assunto e instruir outra pessoa sobre um conteúdo. O educar remete às pessoas, pois diz respeito a alguém, portanto, implica imergir em perspectivas e vivências, não só em conteúdos (FREIRE, 1983). A educação alimentar e nutricional (EAN) inclui comunicar conceitos, mas, muito além disso, pretende penetrar na história de vida, na inserção social dos sujeitos, na cultura, no universo dos significados que dão sentido às práticas de alimentação (BOOG, 2013).

Sobre a educação no campo da alimentação e nutrição incide conhecimento de diversas áreas e se lida com um objeto – a alimentação humana – que, ao mesmo tempo em que é regida por mecanismos biológicos, enraíza-se na história de vida e na psique, exercendo, na sociedade, a função de elos entre o individual, o familiar, o comunitário, o social. Desse modo, para se pensar a alimentação e a educação, necessita-se de uma perspectiva transdisciplinar (UCHIMURA e col., 2012; BOOG, 2013).

A educação alimentar, depois chamada de nutricional e, hoje, de educação alimentar e nutricional, vem sendo um campo de ação desenvolvido desde as décadas de 1930 e 1940. A EAN não esteve desvinculada com estrutura política, econômica e social brasileira, portanto, ela se organizou de modo a responder às questões e necessidades postas em cada período histórico (LIMA e col., 2003; SANTOS, 2010).

Nos anos de 1940 até 1960, a EAN caracterizou-se pelo “mito da ignorância” (SANTOS, 2010, p. 4). Nessa concepção, consideraram-se as populações de baixa renda – pobres e desnutridos – incapazes de ter bons hábitos de vida, logo, utilizava-se a EAN como instrumento de correção de hábitos errôneos dessas populações. Partia-se do princípio de que, tendo o domínio do conhecimento científico, a função de educador seria a de transmitir esse conhecimento a outras pessoas. Nessa linha de pensamento, o profissional, quer seja nutricionista quer seja outro que trabalha com a dimensão do comer, foi considerado o tradutor da ciência da nutrição. Essa concepção apresentou muitas fragilidades, pois limitou a

alimentação aos fenômenos biológicos e simplificou a ciência e os saberes tradicionais – algo nem sempre pertinente (LIMA e col., 2003).

Nos anos de 1970 até 1990, houve um movimento de repensar as metodologias de EAN, o qual esteve relacionado aos princípios da pedagogia crítica dos conteúdos. Nesse sentido, considerou-se que a EAN não poderia seguir uma metodologia pré-fixada, com repasse de conteúdos exclusivamente. As discussões populares e acadêmicas sobre o acesso à alimentação também foram propulsores desse repensar, que identificava a renda como o principal obstáculo para se obter uma alimentação promotora de saúde. Nesse período, avançou-se na compreensão de que a EAN não se esgota na informação de caráter técnico e de ordem prática, porque o fenômeno da alimentação e nutrição perpassa corpo, mente, psique, cultura e sociedade, consequentemente, a EAN abrange todas essas dimensões (FRANCO e BOOG, 2007).

No contexto atual, a EAN está compreendida de modo sistêmico e integrado à complexidade do sistema alimentar. Como desdobramento de ações e reflexões sobre a EAN no Brasil, foi construído o *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas*. Esse documento apresenta o reconhecimento das politicas públicas frente aos desafios da educação permanente em saúde e representa importante ferramenta para a qualificação das ações intersetoriais de EAN. No *Marco*, consta que:

> educação alimentar e nutricional, no contexto da realização do DHAA e da garantia da SAN, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012b, p. 23).

No âmbito institucional, a PNAN e a PNSAN estabelecem diretrizes que privilegiam a EAN como importante estratégia de compreensão do espaço do comer. Atendendo a esses princípios, as estratégias de EAN têm como referência o *Guia Alimentar para a População Brasileira* (GAPB) (BRASIL, 2014).

O GAPB foi proposto a fim de delinear as diretrizes alimentares oficiais para a população. O *Guia* é entendido como um instrumento para apoiar e incentivar práticas alimentares saudáveis no âmbito individual e coletivo, bem como para

subsidiar políticas, programas e ações que visem incentivar, apoiar, proteger e promover a saúde e a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2014).

Na proposição das recomendações alimentares do *Guia*, alguns princípios foram seguidos a fim de nortear sua elaboração, como:

a) *alimentação é mais que a ingestão de nutrientes* – quer dizer que o comer envolve a ingestão desde os elementos envolvidos na biodisponibilidade de nutrientes, como também as dimensões da comensalidade, das práticas culturais e sociais;

b) *recomendações sobre alimentação devem estar em sintonia com seu tempo* – diz respeito ao cenário epidemiológico e ao conhecimento sobre a saúde da população para a tomada de decisão sobre as recomendações;

c) *alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável* – ou seja, a alimentação está relacionada de modo sistêmico, de modo que o que se come tem influência do que e como se produzem e se distribuem os alimentos e por quem e como são acessados; nesse sentido, a garantia da alimentação adequada e saudável perpassa a construção de um sistema alimentar justo, equitativo e sustentável;

d) *diferentes saberes geram o conhecimento para a formulação de guias alimentares* – diz respeito à multidimensão e complexidade da alimentação e a necessidade de diferentes saberes na construção de recomendações;

e) *guias alimentares ampliam a autonomia nas escolhas alimentares* – a característica do *Guia* em contribuir com informação confiável para a ampliação do direito humano à alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2014).

Com foco no fortalecimento da autonomia dos indivíduos, o *Guia* sugere a adoção de estratégias para empoderar os sujeitos às escolhas e práticas alimentares saudáveis. Tais estratégias implicam a capacidade de fazer escolhas e produzir a própria saúde. Para tanto, busca a compreensão e o conhecimento dos determinantes dos problemas que o afetam, encarando-os com reflexão crítica no objetivo de experimentar e decidir sobre suas práticas (BRASIL, 2014; SCHOTTZ, 2014).

Nesse sentido, o Guia, enquanto instrumento de educação alimentar e nutricional, direciona-se para toda a população brasileira e, principalmente, aos profissionais de saúde, agentes comunitários, educadores e todos aqueles

“trabalhadores cujo ofício envolve a promoção da saúde da população” (BRASIL, 2014, p. 11). Assim, o GAPB se apoia no compromisso de ampliar a autonomia das pessoas nas escolhas alimentares a partir de processos educativos emancipatórios.

Assim como prática integradora e campo de atuação multidisciplinar, a educação alimentar e nutricional requer uma abordagem que reconheça as práticas alimentares como resultantes da disponibilidade e do acesso aos alimentos, além de comportamentos, práticas e atitudes envolvidas nas escolhas, nas preferências, nas formas de preparação e no consumo dos alimentos. Esse é um dos motivos pelos quais profissionais com diversas formações podem desenvolver ações em EAN – sendo devidamente consideradas as responsabilidades profissionais no cuidado terapêutico (BOOG, 1999; BOOG, 2013).

1.2 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO COMPONENTE DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Por seu caráter intrinsicamente intersetorial, a educação alimentar e nutricional envolve o conhecimento de saberes e práticas de diversos atores que se relacionam com o alimento, desde os processos de produção, abastecimento e consumo. Nesse cenário, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, e, dentro deles, os serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental para assentamentos da Reforma Agrária têm sido protagonistas em ações de desenvolvimento local e promoção da qualidade de vida das populações rurais (NAVOLAR e col., 2010).

Para compreender a estrutura e o funcionamento dos serviços de extensão rural, faz-se necessário conhecer o contexto histórico no qual eles estão inseridos, logo, há uma dimensão do desenvolvimento rural.

As transformações do Estado brasileiro foram condicionantes para a criação da política pública de ER, às quais se relacionam com diferentes concepções de desenvolvimento rural. A atual Política Nacional de ATER foi resultado da presença de poderes assimétricos envolvidos na configuração e disputa do Estado, da abertura do Estado para os preceitos do neoliberalismo e do impacto dessa abertura

no processo de definição das políticas públicas. Como resultado desses processos, a PNATER é caracterizada pela presença de um Estado regulador que destina recursos para as organizações não governamentais executarem o trabalho de ER (DALBIANCO, 2010).

Assim, a atual ER brasileira é resultado de um processo histórico que abarca interferências de distintos setores e modos de conceber a agricultura e o acesso à alimentação e se relacionada com a adoção de políticas agrícolas de diversos países do mundo. De acordo com CORAZZA e MARTINELLO (2002), as políticas agrícolas na Europa já faziam parte das medidas governamentais durante o século XVII. Tais políticas objetivavam tornar o agricultor em empresário rural, favorecendo a submissão dos produtos agrícolas ao mercado capitalista. Nesse cenário, os minifúndios e latifúndios eram vistos como entraves ao desenvolvimento do capital por não serem capazes de valer-se da terra e da mão de obra de forma eficiente.

De acordo com VEIGA (1991), o Estado capitalista europeu passou a efetivar reformas estruturais no campo a fim de aquecer a economia agrícola por meio da Reforma Agrária, do aumento da produção destinada a atender a segurança alimentar e, posteriormente, uma efetiva relação comercial entre os países. Assim, a economia europeia passa a ver a agricultura como um setor econômico importante para o crescimento econômico industrial.

Segundo COELHO (2001), as políticas agrícolas no Brasil só começaram a tomar corpo a partir da década de 1920. Para o autor, foi a superprodução de café e a “ressaca” do comércio mundial, devido à Crise de 1929, que estimularam as políticas agrícolas. No entanto, diferentemente da Europa, no Brasil, a intensificação das políticas agrícolas se deu sem um processo de reformulação agrária. A maioria das políticas agrícolas foi destinada à produção em grande escala segundo demandas internacionais.

A partir da década de 50, as definições políticas e econômicas convergiram para a promoção da modernização da indústria e da agricultura. O processo de industrialização do Brasil fez com que a agricultura patronal adotasse relações mais comerciais e urbanas para que se tornassem, gradativamente, unidades de produção mais modernas e produtivas (CORAZZA e MARTINELLO, 2002). Para GRAZIANO DA SILVA (1998), esse processo provocou uma transformação da

agricultura, passando de agricultura mercantil para os complexos agroindustriais[5], orientados pela integração vertical entre indústria-agricultura-agroindústria.

Durante a década de 70, o Sistema Nacional de Crédito Rural promoveu a criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Com isso, ampliou-se o sistema nacional de ER, buscando superar aspectos culturais e ideológicos "tradicionais", considerados entraves no processo de modernização da agricultura (CAPORAL, 1998; MOREIRA, 1999). O enfoque desse serviço esteve voltado para o aumento da produtividade agrícola com base no desenvolvimento de uma agricultura baseado no monocultivo.

Nessa trajetória desenvolvimentista, o Brasil foi marcado pelo acelerado crescimento urbano e processo de industrialização. Isso teve repercussão na configuração do rural devido às migrações rural-urbano, à especialização do trabalho, à mecanização e à internalização da produção de insumos. A agricultura tornou-se cada vez mais dependente da produção de outros setores da economia, passando a ser um elo na cadeia industrial. Esse contexto desenvolvimento rural foi entendido como a implementação de uma indústria para a agricultura e estruturava-se na agroindústria processadora (KAGEYAMA e col.,1990).

Nesse cenário, a extensão rural se preocupou em difundir técnicas de produção consideradas modernas, como estratégia para a superação da pobreza e o subdesenvolvimento. Havia a compreensão de que era necessário ensinar a melhor técnica ao agricultor, dando uma dimensão de superioridade da ciência sobre o saber tradicional, assim como do técnico sobre o agricultor, desconsiderando o conhecimento acumulado historicamente pelas comunidades e pelos indivíduos que dela faziam parte (FONSECA, 1985; MOREIRA, 1999).

Cabe expor que a implementação da ER no país foi sustentada economicamente pelo governo federal, principalmente por meio do crédito. Sobre os princípios da ER nesse período, pode-se separá-la em duas fases: humanista assistencialista e difusionismo produtivista. Até meados de 1960, a extensão rural foi

[5] O pressuposto dos complexos agroindustriais prevê a intervenção da indústria na agricultura por meio de elementos externos (máquinas, agroquímicos, melhoramento genético) para modernizar e aumentar a produção. No momento da comercialização, a agroindústria entra no jogo e adquire o produto dos agricultores. Dessa forma, organiza-se uma dinâmica que articula indústria-agricultura-agroindústria (SILVA, 1998).

denominada de humanista assistencialista e priorizava atender aos pequenos e médios produtores com discurso centrado na elevação do bem-estar social. A partir da década de 60, ganhou espaço uma nova fase desse serviço, denominada difusionismo produtivista. Nessa fase, houve priorização da modernização produtivista do campo num contexto político e econômico destinado a ampliar a balança comercial, a fim de possibilitar a importação de bens de capital para modernizar o parque industrial (RODRIGUES, 1997).

Ainda nessa análise, torna-se importante destacar que o crescimento acentuado do comércio exterior provocou redução relativa da produção de alimentos básicos que se reverteu em pressões sobre o custo da alimentação. Porém, o projeto de priorizar o desenvolvimento econômico em detrimento do social mostrou-se equivocado a partir do momento em que o Estado deixou de dar condições de vida digna à população, de minimizar as desigualdades sociais e assegurar os direitos básicos a seus cidadãos (MALUF, 2007; GRISA e SCHNEIDER, 2015).

No início da década de 80, a crise econômica brasileira, oriunda da elevação dos juros internacionais, do aumento da dívida externa e da crise da balança comercial, afetou a destinação de recursos do governo para a agricultura. Esse processo fortaleceu ainda mais o êxodo rural e acentuou a pobreza entre agricultores. Já na década de 1990, com o advento das reformas liberais, muitos serviços públicos de extensão rural passaram a ser executados pela iniciativa privada, embora alguns ainda fossem executados pelos governos estaduais (MOREIRA, 1999). De acordo com SADIGHI (2004) e RIVERA e ALEX (2004), a privatização dos serviços de ER no âmbito internacional ocorreu tanto nos países em desenvolvimento quanto naqueles considerados desenvolvidos. Segundo os autores, Chile, Reino Unido, Nova Zelândia e Países Baixos são considerados países pioneiros na privatização dos serviços de extensão rural.

Após duas décadas de concessão de crédito em grande escala e os vários ajustes macroeconômicos na economia brasileira determinaram o racionamento da oferta, resultando na eliminação do subsídio agrícola, em 1985. Por conta disso, o serviço de ER financiado e executado pelo Estado foi sendo reduzido, havendo extinção da EMBRATER e precarização do serviço público.

Esse processo de mudança da forma de intervenção do Estado na economia e nas políticas públicas veio acompanhado do avanço da participação dos setores privados no desenvolvimento do país, trazendo consigo um aprimoramento dos

meios de controle e de gestão, ampliando a posição administrativa sobre a perspectiva política (DELGADO, 2001).

Um dos principais elementos estimuladores das transformações no papel do Estado foi o Consenso de Washington, que preconizava a redução do papel do Estado em prol do desenvolvimento econômico baseado no livre mercado por meio da privatização de empresas públicas (SADIGHI, 2004). Contudo, essas alterações provocaram um agravamento significativo da pobreza devido à incapacidade do setor privado em atender às demandas básicas da população.

Objetivando superar as limitações da privatização dos serviços de ER, foi assumido, no Brasil, um modelo pluralista. Essa medida implicou a redefinição do papel do Estado na participação da oferta do serviço de ER, que voltava-se ao atendimento das demandas da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária (DALBIANCO, 2010).

Os serviços públicos do Estado destinado aos assentamentos de Reforma Agrária já foram previstos no Estatuto da Terra, em 1964, que direcionava a ER seguindo as regras de produtividade e modernização da agricultura. Na década de 1970, mesmo com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pelo governo militar, o serviço de ER preconizado para os assentados não saiu do papel. Com a ascensão das organizações populares, na década de 1980, e com a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), voltou à pauta a reivindicação por ATER pública. Nos anos 1990, o acúmulo político dos movimentos sociais e populares pressionou o governo à tomada de iniciativas, dentre elas, pode-se citar a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que objetivou custear gastos e financiar investimentos e serviços de ATER para os agricultores familiares (DALBIANCO, 2010).

Nesse período, para atender aos assentados da Reforma Agrária, foi criado o Projeto Lumiar com objetivos de implementar a assistência técnica nos assentamentos, tendo como fonte de recurso o PRONAF. Na sua concepção básica, o Lumiar foi formatado para que os serviços de fossem contratados pelas associações dos próprios assentados por meio de equipes locais, organismos privados ou públicos – ONGs, cooperativas de trabalho, grupos de profissionais pertencentes à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) – e outros. Em junho de 2000, o Projeto Lumiar foi extinto em âmbito nacional. Entre o fim do Projeto Lumiar e a implementação da ATES, houve uma lacuna na oferta

institucional dos serviços de ER para os assentamentos de Reforma Agrária. Foram quatro anos em que os assentados ficaram à mercê das boas intenções das instituições e empresas locais e dos governos estaduais. Exemplo disso foram as experiências vivenciada no estado do RS com o governador Olívio Dutra. Essa experiência promoveu uma importante guinada nos rumos do desenvolvimento rural e, dentre as principais iniciativas, consta a reformulação das ações desenvolvidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) (INCRA, 1997).

Em 2004, o Governo Federal lançou o Programa ATES exclusivo para o atendimento dos assentamentos da Reforma Agrária. A formulação da ATES buscou superar os problemas do Lumiar e inovar na gestão e descentralização da ER pública para os assentamentos à luz da criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). A opção pelo reconhecimento do pluralismo institucional foi a base referencial para a criação da PNATER. A adoção de um pluralismo institucional brasileiro estava alocada ao debate internacional sobre os serviços públicos de ER, e a pesquisa nacional foi mais um elemento de sustentação do modelo adotado, sendo o Grupo Neuchâtel[6] um dos principais expoentes dessa abordagem (DALBIANCO, 2010).

A PNATER entende a ATER como

> serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (PNATER, 2004, p. 6).

Partindo dessa concepção, compreende-se que o papel a ser cumprido pelo serviço público de ER reside na preocupação com o desenvolvimento rural sustentável, com a garantida diversidade da agricultura familiar e a redução das desigualdades sociais. Assim, a PNATER apresenta proposta de superação do modelo de industrialização da agricultura, que prolongou a cadeia alimentar, trazendo reflexos no campo da alimentação de produtores e consumidores.

Do ponto de vista dos consumidores, há coexistência de situações de insegurança alimentar e nutricional – resultante da crescente participação dos produtos alimentares ultraprocessados na dieta, do consumo de alimentos

[6] O Grupo Neuchâtel foi integrado por organizações de cooperação bilateral da Alemanha, dos Estados Unidos, do Reino Unido, da Dinamarca, da França, da Suécia, da Suíça, além de organizações de cooperação multilateral como FAO e Banco Mundial.

contaminados com resíduos químicos, no distanciamento das relações interpessoais nos modos de comer, bem como da redução do acesso aos alimentos – e de persistência de padrões alimentares saudáveis – marcados pela presença de alimentos básicos e tradicionais da dieta brasileira e de valorização de saberes e práticas culinárias (MONTEIRO, 2013, ALENCAR e col., 2016).

Em estudo realizado sobre os marcadores de alimentação saudável, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, JAIME e col. (2015) descrevem a prevalência e distribuição do consumo regular de feijão e de peixe, e o consumo recomendado de frutas e hortaliças na população adulta brasileira. As autoras verificaram que o consumo regular de feijão foi referido por 71,9% dos adultos entrevistados; frutas e hortaliças, por 37,3%; e de peixe, por 54,6%, confirmando a alta prevalência de consumo desses alimentos marcadores de alimentação saudável.

Do ponto de vista dos agricultores, da produção de alimentos, ocorreu distanciamento com o consumidor final, rompendo-se relações baseadas em saberes e práticas tradicionais, centradas na qualidade dos alimentos produzidos e consumidos (MALUF, 2007; OLIVEIRA, 2010). O consumo crescente de produtos industrializados, processados e ultraprocessados fez com que uma parte cada vez mais importante da produção agropecuária acabasse por seguir outros circuitos – e não mais de circuito direto agricultor-consumidor –, passando de um bem final de consumo a um insumo para a indústria de alimentos e, daí, para os mini e supermercados (BELIK e col., 2001; MONTEIRO e col., 2011; MONTEIRO e col., 2013). Dessa forma, outros canais implementaram a cultura alimentar globalizada no Brasil, tais como o aumento da comercialização de alimentos feita por meio de redes de supermercados.

Com a mudança governamental ocorrida em 2003, os agricultores familiares passaram a ter uma nova dimensão da ação do Estado, diferente da proposta de gestão que predominou durante a década de 1990. Essa mudança possibilitou a criação e concretização de políticas públicas voltadas a atender a população rural historicamente à margem do desenvolvimento e em situação extrema de pobreza (MALUF, 2007; BURLANDY, 2009).

Destaca-se, nesse cenário, a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, em 2004 – com a promulgação da Lei de ATER em 2010. A PNATER, formulada a fim de propor a assistência técnica gratuita aos

agricultores familiares, fundamentou-se, enquanto estratégia central, na seleção de público-alvo (a agricultura familiar), estabelecendo uma orientação normativa para os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e condicionando a concessão de recursos federais às iniciativas que manifestassem adesão a essa orientação, de modo a fortalecer as instituições que tivessem vinculação com o território de atuação (DALBIANCO e NEUMANN, 2012).

Para entender a orientação de público de trabalho da PNATER, recorre-se brevemente à natureza de constituição dessa categoria.

No Brasil, desde 1980, a categoria agricultura familiar constituiu-se em um amplo modo de reprodução social e, desde então, assume importância crescente nos diferentes âmbitos de debate, tanto no meio político como acadêmico. Segundo WANDERLEY (2009) e SCHNEIDER (2009), entre os fatores que contribuíram para essa emergência, encontram-se a mobilização e pressão dos movimentos sociais, havendo, também, a efervescência da produção acadêmica em estudos que ajudaram a reposicionar a compreensão do lugar da agricultura familiar no contexto brasileiro.

PICOLOTTO (2009) observa que, embora essa categoria tenha obtido reconhecimento nas últimas décadas, a luta para serem compreendidos como sujeitos de direitos é antiga entre os agricultores brasileiros. Nessa via, culminou a promulgação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006b), que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas a Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

A partir da Lei, caracterizaram-se os agricultores familiares segundo alguns critérios: I) não deter, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III) ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; IV) dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006b).

A agricultura familiar é a grande responsável pela produção de alimentos básicos de consumo dos brasileiros, conforme evidencia o Censo Agropecuário Brasileiro de 2006. Confrontando-se com desafios derivados da coexistência de modelos distintos de agricultura no Brasil, a agricultura patronal e a familiar, pode-se

observar que a pimeira, também conhecida como o setor do agronegócio, detém 800 mil propriedades, ocupando 75,7% de área, enquanto a segunda ocupa apenas 24,3% de área, sendo composta por 4,3 milhões de agricultores familiares reunidos em uma variedade de grupos sociais (FRANÇA e col., 2009; CAISAN, 2013).

Sobre a produção de alimentos, MALUF e col. (2015) afirmam que a agricultura familiar é responsável pela conexão do sistema alimentar na perspectiva de estreitar as relações entre rural e urbano, na produção e no consumo alimentar. Os autores observam que o papel na produção de alimentos envolve relações com a natureza e o território, a valorização da diversidade biológica e cultural e a manutenção do tecido social e cultural.

Nesse sentido, MALUF e col. (2015) discutem o papel dos modelos agrícolas na promoção da alimentação adequada e saudável e apresentam a importância socioeconômica da agricultura familiar e seu potencial para contribuir para o que se denominou de Agricultura Sensível à Nutrição. O conceito usado pelos autores permite considerar que a promoção da alimentação adequada e saudável, e, com ela, a garantia de segurança alimentar e nutricional e a promoção da saúde, derivarão de sistemas alimentares que permitam reduzir a concentração de terras e de modelos agrícolas altamente dependentes de agroquímicos, que permitam a autonomia dos agricultores perante as grandes corporações, garantindo sistemas de produção baseados em circuitos que aproximam quem produz a comida e quem come. Ainda, chama-se atenção para a diversidade, tanto de alimentos produzidos quanto de alimentos consumidos, garantindo acesso a uma dieta saudável e diversificada com uma maior quantidade de alimentos frescos e *in natura*.

O conceito de Agricultura Sensível à Nutrição aproxima-se do Estatuto da Terra[7] e da própria concepção da Reforma Agrária, cuja prioridade é a preservaçao dos agroecosssistemas e a produção de alimentos. Nesse contexto, o Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental para os Assentamentos da Reforma Agrária preconiza seu trabalho.

O Programa de ATES foi criado no mesmo marco da PNATER, em 2004. No caso do estado do RS, a ATES garante a cobertura da totalidade das famílias

[7] Função social da terra: a) Ser produtiva sem agredir o meio ambiente; b) Ser utilizada de forma racional e adequada; c) Visar o equilíbrio ecológico; d) Garantir a saúde do trabalhador rural; e) Garantir a qualidade de vida; f) garantir o bem estar social e econômico; e g) ter distribuição socialmente justa (Estatuto da Terra) (BRASIL, 1964).

assentadas. Estruturalmente, o Programa se organiza por gestão pública pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e controle social pelo Conselho Estadual de ATES, agentes públicos de assessoria ao Programa pelos Assessores Técnicos Pedagógicos (ATPs), agentes públicos executores pelas prestadoras de serviços de ATES (INCRA, 2008a; INCRA, 2008b, INCRA, 2014).

O Programa de ATES direcionou sua orientação para o abandono dos referenciais inerentes à Revolução Verde, substituídos pelos preceitos da Agroecologia. Metodologicamente, propôs a transição da transferência de informação pela difusão do conhecimento para uma postura de investigação-ação com integração de gestão participativa entre os organismos constituintes do Programa, apresentando o desenvolvimento rural compreendido por atitudes e ações diferenciadas em consonância às especificidades regionais e locais a fim de garantir um processo dialógico e participativo com os agricultores (DIESEL e col., 2006; DIESEL e col., 2007).

Os serviços de ATES assumem referenciais do desenvolvimento rural sustentável, buscando ações que promovam a qualidade de vida dos agricultores, incorporando aspectos do desenvolvimento social e ambiental à perspectiva econômica e produtiva. A ATES busca intervenção técnica diferenciada, mais complexa do que simplesmente uma assistência técnica, e pressupõe envolvimento com dimensões dos setores da saúde, da educação, da segurança alimentar e nutricional (DIESEL e col., 2006; DIESEL e col., 2007).

Essa abordagem vai ao encontro dos preceitos adotados por FREIRE (1983), que destaca a extensão como um processo educativo e reflexivo. Nesse sentido, a ATER não se ocupa em persuadir o agricultor, e sim oportunizar uma situação problematizadora-emancipadora com respeito à cultura e ao saber do agricultor. O extensionista é visto como agente de transformação e educação.

Nesse novo cenário, a própria PNATER expõe, como um de seus objetivos, ações de ATER que auxiliem na viabilização de estratégias que garantam a SAN e aponta, em suas diretrizes, a qualificação da produção de alimentos saudáveis e seguros, dialogando com os pressupostos das demais políticas públicas – tais como a PNAN e a PNSAN, principalmente por meio do Guia Alimentar – no que concerne à garantia da AAS (BRASIL, 2014).

No cotidiano do fazer extensionista, a educação em saúde e a promoção da AAS são espaços que transitam na garantia de SAN. Um desses exemplos é a

Jornada Cultural Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, proposta para os anos de 2016 e 2017, tendo a temática da *Alimentação Saudável, um direito de todos,* como uma de suas orientações de trabalho para o período (MST, 2015).

Outro exemplo são as diretrizes para a ação extensionista EMATER, as quais preveem:

> promover a saúde, atuando diretamente com as comunidades rurais para o resgate dos saberes populares e a qualificação do autocuidado das famílias rurais, incluindo a construção/implantação de políticas públicas para a saúde, a educação em saúde, o lazer comunitário, a fitoterapia e conhecimento sobre plantas medicinais, aromáticas e condimentares, e a construção de projetos coletivos, de forma que se estabeleça um processo de autonomia, no qual cada um seja sujeito da sua própria saúde, da garantia dos seus direitos à saúde pública, do seu bem-estar, da sua qualidade de vida (EMATER, 2011, s/p).

Diante do exposto, percebe-se que a presença de estratégias de educação alimentar e nutricional possibilita a construção de uma agenda de promoção da saúde, prevenção e controle de problemas alimentares, bem como nutricionais, assim como de valorização das diferentes expressões da cultura alimentar, contribuindo para a garantia da segurança alimentar e nutricional.

O rural é potencial *locus* de promoção de saúde e alimentação adequada e saudável, dialogando com as estratégias de acesso a alimentos saudáveis e de valorização de práticas alimentares tradicionais.

Na relação entre agricultores e o alimento, os serviços de extensão rural ocupam-se com os modos de geração de conhecimento e de protagonismo dos agricultores no sistema alimentar, sendo que mais do que consumidores de seus próprios alimentos, os agricultores figuram como protagonistas da produção de alimentos para a população em geral, ocupando esses dois lugares: consumo e produção.

Dessa forma, alcançar a alimentação adequada e saudável requer vislumbrar as relações do alimento no sistema alimentar, posto que o alimento carrega consigo os saberes apreendidos desde os modos de sua produção, distribuição, acesso e consumo. É importante destacar que, para propor a garantia de AAS para as pessoas do campo e da cidade, torna-se fundamental pensar no tipo de comida à qual se tem acesso e como são as vivências daqueles que trabalham com a produção desses alimentos: agricultores familiares e extensionistas rurais.

Diante desse cenário, faz-se necessária a condução de estudos sobre a percepção dos atores sociais envolvidos nas estratégias de educação em saúde e, em particular, em alimentação e nutrição no campo do desenvolvimento rural a fim de fornecer evidências para orientação de políticas públicas.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de educação alimentar e nutricional no contexto do Desenvolvimento Rural no RS.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a interseção entre a promoção da saúde e o desenvolvimento rural sustentável no *Guia Alimentar para a População Brasileira*.

- Compreender e analisar o processo de desenvolvimento das práticas em EAN executadas pelo serviço de ATES no RS.

- Analisar a percepção de atores sociais da ATES sobre a EAN na sua prática extensionista.

3 METODOLOGIA

O presente estudo encontra seus fundamentos na pesquisa qualitativa em saúde. A pesquisa qualitativa é um campo de investigação que abarca disciplinas, campos e temas, localizando o observador no mundo. Ela é formada por uma gama de práticas materiais – diário de campo, entrevistas, conversas e gravações – e pela interpretação dessas práticas. É a partir da transformação dos dados, são produzidos em representações passíveis de interpretação pelo observador, que se pode visualizar o universo estudado (DENZIN e LINCOLN, 2006).

O estudo está estruturado em três eixos analíticos que buscam responder a cada um dos objetivos da tese. No primeiro eixo, foi realizado ensaio teórico no qual se investigou a interseção entre a promoção da saúde e o desenvolvimento rural sustentável no *Guia Alimentar para a População Brasileira*. O segundo e terceiro eixos se debruçaram sobre o estudo de caso da ATES no RS.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo sob o número CAAE 50953815.9.0000.5421 (Anexo I).

3.1 CENÁRIO E SUJEITOS DE ESTUDO

A extensão rural no RS segue o cenário institucional nacional, orientado pela PNATER (BRASIL, 2010), no qual o Estado cumpre o papel de coordenar e financiar a oferta de serviços de extensão rural, participando do controle (e não da execução) dos serviços prestados. A Política foi construída para atender exclusivamente o público categorizado como agricultores familiares a partir do desenvolvimento do campo baseado na sustentabilidade e nos preceitos da agroecologia. Tem como pressuposto uma orientação técnica fundada nas metodologias participativas com a intenção de promover o desenvolvimento endógeno dos agricultores.

No mesmo marco da PNATER, foi criado o Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental para os Assentamentos da Reforma Agrária (ATES), em 2004.

No caso do estado do RS, a ATES garante a cobertura da totalidade das famílias assentadas. Estruturalmente, o Programa se organiza por gestão pública pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e controle social pelo Conselho Estadual de ATES, agentes públicos de assessoria ao Programa pelos Assessores Técnicos Pedagógicos (ATPs), agentes públicos executores pelas prestadoras de serviços de ATES. O Programa de ATES compõe 20 equipes técnicas, com 147 extensionistas, 10.958 famílias, 302 assentamentos, em 83 municípios (INCRA, 2013).

Entre 2004 e 2008, a execução do Programa de ATES se deu por meio de convênios com organizações de prestação de serviços de extensão rural. A modalidade convênio permitiu que as prestadoras de ATES executassem os serviços de acordo com suas próprias concepções acerca das demandas de cada localidade. A partir de 2008, revisou-se criticamente a modalidade convênio, sendo substituído pela modalidade contrato de prestação de serviços de ATES, ensejando, assim, um período de modificações na estrutura organizacional – com o fortalecimento da descentralização e a garantia da presença de técnicos com formações em áreas sociais, humanas, da saúde – e nos objetivos do Programa – considerando a garantia de segurança alimentar e promoção da saúde, por exemplo.

As mudanças nas propostas de trabalho da ATES para o período pós-2008 foi influenciada por reflexões da própria gestão do Programa e da presença do grupo de Assessoria Técnica Pedagógica, os quais propuseram um sistema de planejamento e avaliação dos serviços de ATES em três etapas. A primeira considerou a elaboração dos planejamentos para os assentamentos por meio dos Planos de Desenvolvimento e de Recuperação para os Assentamentos (PDAs e PRA, respectivamente). Os planejamentos garantiram o segundo passo do Programa, que foi regionalizar o contrato de cada prestadora de serviços de ATES. Esse processo de regionalização se deu nos anos de 2011 e 2012, quando cada equipe técnica deveria apresentar suas propostas de ações com base no planejamento regionalizado. Essa etapa encontrou um limite, que foi o acesso às informações sobre as localidades, informações com base em diagnósticos dos próprios assentamentos.

Tendo em vista a necessidade de gerar conhecimento sobre a execução do trabalho de ATES, foram construídas ferramentas de diagnóstico e avaliação das práticas, tais como o Sistema de Avaliação e Monitoramento da ATES (SAMA), o

Sistema Gestão da ATES (SIGRA) e a Rede de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP). Tais ferramentas possibilitaram a geração de dados que compuseram um terceiro período do Programa, quando foi possível acompanhar a pluralidade de práticas educativas desenvolvidas pelos extensionistas.

A partir desse terceiro período, houve mudança na orientação do trabalho quanto ao conteúdo e ao método, sendo, esses elementos, estratégicos para a proposta de práticas educativas na ATES.

Na pesquisa que resultou nesta tese, trabalhou-se com as informações contidas no Sistema de Avaliação e Monitoramento da ATES como uma das fontes de produção de dados, que está apresentada na seção a seguir.

Dessa forma, usou-se a abordagem metodológica do estudo de caso, que se mostra um método de investigação especialmente adequado quando se busca compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos. Neste estudo, procurou-se investigar, simultaneamente, a interação entre os fatores e eventos (YIN, 2015).

YIN (2015) considera que estudo de caso é uma investigação que se assume em sua essencial particularidade ao se debruçar deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos, em certos aspectos. Esse método pretende contribuir para a compreensão global de certo fenômeno de interesse.

Logo, toma-se o caso da ATES no RS, pois este foi o estado brasileiro que permaneceu com os serviços de ER para assentamentos de maneira ininterrupta, sendo o primeiro estado brasileiro a operacionalizar a ATES pela modalidade contrato. Esse evento tornou-se norma nacional em 2010, quando foi promulgada a lei de ATER[8] e, consequentemente, a portaria de orientação técnica do INCRA de número 581 (BRASIL, 2010c).

Do ponto de vista estrutural, o Programa de ATES no RS constitui-se por diversos âmbitos de gestão e controle social, coordenação, apoio e execução dos serviços.

[8] Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar e reforma agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar e reforma agrária – PRONATER e altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em 21 de abril de 2016.

A coordenação da ATES foi desempenhada pela Divisão de Desenvolvimento do INCRA-RS. Esses profissionais tiveram a responsabilidade de acompanhar a execução da ATES de acordo com as ações estabelecidas no contrato, além de avaliar, monitorar e fiscalizar os serviços desenvolvidos pelas equipes técnicas, bem como avaliar os produtos contratados.

Para apoio na execução e coordenação do Programa de ATES, constituiu-se a Assessoria Técnica Pedagógica, cujo papel foi desempenhado por equipe da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) por meio de um termo de cooperação com o INCRA. A atuação da Assessoria é centrada no assessoramento das equipes técnicas das prestadoras contratadas para execução dos serviços de ATES. Além dessa atividade, a Assessoria Técnica Pedagógica atuou no apoio sistemático à coordenação estadual da ATES, na elaboração de documentos sobre a extensão rural e na construção e assessoramento do Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES[9], das sistematizações de experiências agroecológicas e da Rede de Unidades de Observação Pedagógica.

A execução dos serviços de ATES coube às instituições de caráter misto (público e privado), cooperativas e organizações não governamentais. Tais instituições são reconhecidas como prestadoras do serviço de assessoria técnica e de extensão rural para a agricultura familiar (DALBIANCO e NEUMANN, 2012).

Foram habilitadas três prestadoras para executar os serviços de ATES:

- o Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP),
- a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTEC) e
- a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

A configuração institucional da ATES no RS apresenta a presença de profissionais, como engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, veterinários, zootecnistas, engenheiros agrícolas, biólogos, nutricionistas, pedagogos, assistentes sociais, técnicos agrícolas, tecnólogos de alimentos, economistas domésticos – que

[9] SIGRA é um sistema informatizado que contém informações de todas as famílias assistidas pelo Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental dos assentamentos de Reforma Agrária no RS. Criado pelos Assessores Técnicos Pedagógicos no ano de 2011, o SIGRA tem se mostrado uma importante ferramenta para a constituição de retratos da realidade da Reforma Agrária para a qualificação da intervenção da ATER, principalmente pelo reconhecimento das famílias de acordo com as características sociais, produtivas e ambientais e como uma ferramenta para a qualificação das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento dos assentamentos (DALBIANCO e NEUMANN, 2012).

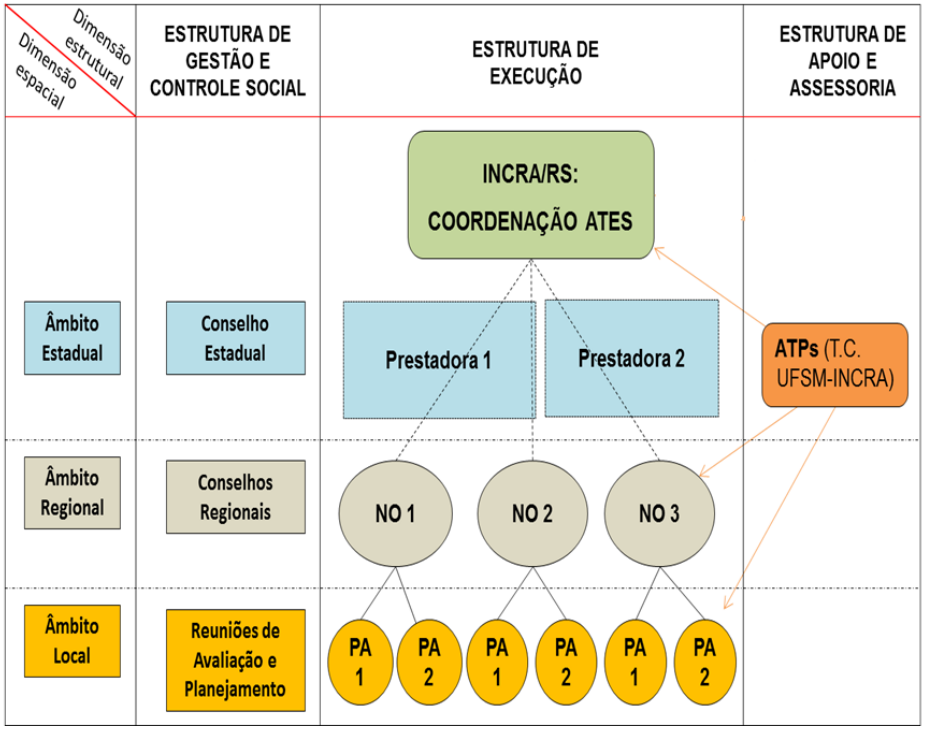
trabalham no processo de educação e orientação aos agricultores familiares (INCRA, 2008a).

Na presente tese, os sujeitos de estudo foram aqueles envolvidos no processo de gestão e execução da ATES no estado do RS. Assim, compuseram o conjunto de sujeitos de estudo:

- os extensionistas rurais que compõem as equipes técnicas das prestadoras de serviços de ATES;
- os assessores técnico-pedagógicos; e
- os gestores públicos do Programa Estadual de ATES.

A figura 1 apresenta a estrutura operacional e organizativa do Programa de ATES no RS. Cabe destacar que, para além da estrutura de gestão e execução dos serviços, outros grupos estão presentes na estrutura organizativa do Programa: os agricultores assentados que se estabelecem em projetos de assentamentos e os assentamentos que são agrupados em núcleos operacionais, além das instâncias de participação social, como os conselhos regionais e estaduais.

Figura 1 - Estrutura operacional e organizativa do programa de ATES do RS.



Extraído de: INCRA SR 11 (2008a; 2014) (adaptado).

Ressalta-se que a população envolvida no estudo foram extensionistas rurais das equipes técnicas, ATPs e gestores públicos – responsáveis imediatos pelas práticas de EAN na extensão rural. Entretanto, cabe lembrar que a população que demanda as práticas, os agricultores e as agricultoras, é a principal responsável pela atenção dada a natureza, forma e objetivo das práticas em educação alimentar e nutricional aqui estudadas.

Os agricultores familiares assentados da Reforma Agrária compõem um universo muito diverso. O local de origem, a composição familiar, a relação com a terra e a cultura das famílias são plurais, e isso pode influenciar, em alguma medida, os serviços de extensão rural. Além desses elementos, a idade e a extensão territorial dos assentamentos não são uniformes, variando de acordo com a localização geográfica. Para auxiliar na execução das atividades de ATES, foi realizado agrupamento entre alguns assentamentos, formando os Núcleos Operacionais (NOs). Em conformidade com o *Manual Operacional de ATES/2008*, os NOs foram constituídos considerando-se, inicialmente, as especificidades de cada região como as características de clima e relevo. Adicionalmente, considerou-se a proporção de número de famílias pelo tamanho da equipe técnica e o requerimento de distância máxima de 200 quilômetros entre a sede da prestadora de serviços até os assentamentos a serem atendidos. Assim, a execução da ATES no RS ficou sob responsabilidade das equipes técnicas dos NOs (DALBIANCO e NEUMANN, 2012).

A COPTEC assumiu nove NOs, com total de 5.751 famílias; a EMATER foi responsável pela assessoria de 4.942 famílias distribuídas em 9 NOs, e o CETAP, responsável por 1 NO, assessorando 318 famílias, conforme quadro 1.

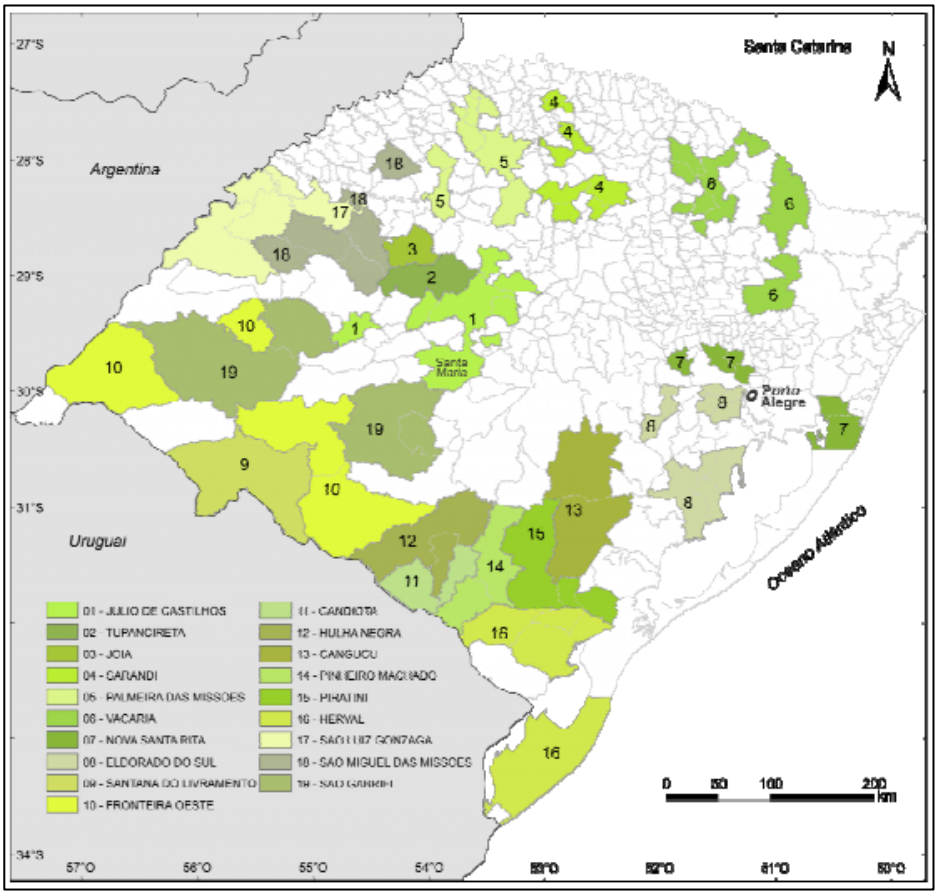
Essa estrutura organizacional permite a contratação de 132 técnicos para atender 11.011 famílias distribuídas em 303 assentamentos, sendo distribuídos em uma malha de 84 municípios do estado, como está ilustrada na figura 2.

Quadro 1 - Distribuição dos Núcleos Operacionais da ATES no RS, 2016.

DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS OPERACIONAIS APÓS ADITIVOS AOS CONTRATOS ATES 2011						COPTEC		EMATER		CETAP	
Nº	Núcleo Operacional	Nº de Municípios	Nº de PA´s	Nº de Famílias	Nº de Técnicos	Nº de Famílias	Nº de Técnicos	Nº de Famílias	Nº de Técnicos	Nº de Famílias	Nº de Técnicos
1	Núcleo Operacional Julio de Castilhos	8	17	611	7	-	-	611	7	-	-
2	Núcleo Operacional Tupanciretã	1	17	642	8	642	8	-	-	-	-
3	Núcleo Operacional Jóia	1	8	651	8	-	-	651	8	-	-
4	Núcleo Operacional Sarandi	8	11	313	4	-	-	313	4	-	-
5	Núcleo Operacional Palmeira das Missões	8	13	352	4	-	-	352	4	-	-
6	Núcleo Operacional Vacaria	9	11	318	4	-	-	-	-	318	4
7	Núcleo Operacional Nova Santa Rita	6	9	391	5	391	5	-	-	-	-
8	Núcleo Operacional Eldorado do Sul	8	15	525	6	525	6	-	-	-	-
9	Núcleo Operacional Santana do Livramento	1	30	957	11	957	11	-	-	-	-
10	Núcleo Operacional Fronteira Oeste	6	8	406	5	-	-	406	5	-	-
11	Núcleo Operacional Candiota	2	30	872	10	872	10	-	-	-	-
12	Núcleo Operacional Hulha Negra	2	24	827	10	-	-	827	10	-	-
13	Núcleo Operacional Canguçu	2	22	660	8	-	-	660	8	-	-
14	Núcleo Operacional Pinheiro Machado	2	12	440	5	440	5	-	-	-	-
15	Núcleo Operacional Piratini	3	17	544	7	-	-	544	7	-	-
16	Núcleo Operacional Herval	4	16	578	7	-	-	578	7	-	-
17	Núcleo Operacional São Luiz Gonzaga	5	15	402	5	402	5	-	-	-	-
18	Núcleo Operacional São Miguel das Missões	6	16	710	8	710	8	-	-	-	-
19	Núcleo Operacional São Gabriel	5	12	812	10	812	10	-	-	-	-
	TOTAL GERAL	87	303	11.011	132	5.751	68	4.942	60	318	4

Extraído de: INCRA SR 11 (2008a; 2014)

Figura 2 - Mapa do RS com divisão dos Núcleos Operacionais da ATES. 2016.



Extraído de: Projeto Básico da ATES (INCRA SR 11/RS, 2008a) (adaptado)

3.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise documental foi realizada para cumprir dois objetivos. O primeiro foi identificar a interseção entre a promoção da saúde e o desenvolvimento rural sustentável a partir do texto do *Guia Alimentar para a População Brasileira*. O segundo objetivo foi compreender e analisar o processo de desenvolvimento das estratégias em educação alimentar e nutricional executadas pelo serviço de ATES no RS.

Desse modo, para cada um desses objetivos, realizou-se a produção e análise dos dados a partir de fontes distintas. Para o alcance do primeiro, analisou-se o corpo do texto do *Guia Alimentar para a População Brasileira*, e para o segundo, buscaram-se registros que desvelaram o processo de educação alimentar e nutricional no contexto da ATES no RS.

De acordo com Gil (2010), o conceito de documento é bastante amplo, já que este pode ser constituído por qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento.

Para a produção de dados da análise do *Guia Alimentar*, seguiram-se dois momentos distintos.

1º) Estabeleceram-se os temas previstos para análise e identificados, no texto do *Guia*, os temas emergentes. Para a identificação dos temas, utilizaram-se os conceitos de Alimentação Adequada e Saudável e de Desenvolvimento Sustentável, apresentados na PNPS[10], e o conceito de Desenvolvimento Rural Sustentável, apresentado por SEVILLA GUZMÁN (2001).

[10] *Alimentação adequada e saudável:* promover ações relativas à alimentação adequada e saudável, visando a promoção da saúde e a segurança alimentar e nutricional, contribuindo com as ações e metas de redução da pobreza, com a inclusão social e com a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. *Promoção do desenvolvimento sustentável*: promover, mobilizar e articular ações governamentais e não governamentais, incluindo o setor privado e a sociedade civil nos diferentes cenários (cidades/municípios, campo, floresta, águas, bairros, territórios, comunidades, habitações, escolas, igrejas, empresas e outros), permitindo a interação entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável na produção social da saúde em articulação com os demais temas prioritários.

Assim, os temas previstos foram: prática alimentar, sustentabilidade/ambiente, cultura alimentar, qualidade, sistemas/agroecossistemas, agroecologia.

2º) O texto do GAPB foi revisado com a finalidade de identificar temas e conceitos que possibilitassem o reconhecimento da interseção entre a promoção da saúde (utilizando os conceitos já mencionados: alimentação adequada e saudável e desenvolvimento sustentável contidos na PNPS) e o desenvolvimento rural sustentável.

Os temas emergentes da análise do texto do *Guia Alimentar* foram identificados a partir dos elementos constitutivos dos itens: capítulo 1, sobre princípios do *Guia Alimentar*; capítulo 2, sobre a escolha dos alimentos; capítulo 3, sobre os alimentos e as refeições; capítulo 5, sobre a compreensão e a superação de obstáculos.

Após a revisão, os temas emergentes do texto do *Guia* originaram temas de interseção da Promoção da Saúde com o Desenvolvimento Rural Sustentável. Esses temas foram analisados de acordo com dimensões compreensivas discutidas à luz das referências bibliográficas.

Na etapa de produção de dados sobre o processo de desenvolvimento das estratégias em educação alimentar e nutricional executadas pelo serviço de ATES, foram analisados os seguintes documentos:

a) Política Nacional de Assessoria Técnica e Extensão Rural (PNATER).

b) Manual Operacional de ATES.

c) Diretrizes e métodos para a dimensão social na ATES.

d) Projeto Básico visando a licitação para a prestação de ATES, nos anos de 2008, 2010, 2011, 2012 e 2013.

e) Documento de orientação para execução do Programa de ATES.

f) Planos de Desenvolvimento e Planos de Recuperação de Assentamentos.

Além disso, foi considerada a produção de dados a partir do Sistema de Registros Administrativos, o Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de ATES (SAMA)[11] a fim de identificar e analisar as práticas em EAN na ATES. Para

[11] O SAMA é um sistema de monitoramento e avaliação da ação e de resultados da extensão rural, com base em indicadores quantitativos e qualitativos adequados à Política Nacional de ATER. O sistema possibilita mensurar o impacto e adequar políticas e diretrizes para os serviços públicos de

tanto, foram analisados dados registrados entre os anos 2010 e 2014, que corresponde ao período de consolidação do Sistema.

O SAMA contém a descrição das atividades realizadas pelos extensionistas rurais, sendo que as ações podem ser caraterizadas como:

a) *ações individuais*, desenvolvidas no núcleo familiar, no qual as intervenções são realizadas na propriedade familiar rural.

b) *ações coletivas*, realizadas no âmbito coletivo, no qual determinada atividade é desenvolvida com um grupo na comunidade, já constituído ou não, como grupo de mulheres, grupo de jovens, grupo de agricultores/as por sistema de produção.

c) as *ações complementares*, identificadas como ações não previstas inicialmente no planejamento das equipes técnicas, podendo ser realizadas de modo individual ou coletivo. Ainda, inseridas nas ações complementares, podem constar atividades de formação da própria equipe técnica, além de reuniões e encontros para discussão de casos.

Além das informações quanto à natureza da ação (individual, coletiva ou complementar), o SAMA disponibiliza informações sobre a equipe técnica que desenvolve a atividade, bem como sua prestadora de ATES correspondente e o município onde está localizada; informa, também, se a ação realizada se deu no âmbito social, ambiental ou de produção. A descrição da ação desenvolvida pelo técnico extensionista apresenta elementos sobre o conteúdo da atividade e da abordagem metodológica empregada.

Para fins deste estudo, analisou-se o campo que continha as descrições das práticas de ATES registradas no Sistema. Realizou-se a leitura de cada um dos registros, sendo considerados válidos como prática em EAN os que continham temas como “educação alimentar e nutricional” propriamente ou ainda sobre “alimentação adequada e saudável”, “segurança alimentar e nutricional”, “produção de cuidados”. Assim, as unidades de análise foram constituídas por trechos de uma mesma descrição contida nos registros do Sistema de Informação. Logo, considerou-se que os trechos descreviam uma ou mais práticas em EAN.

ATER. O Sistema considera 11 categorias de indicadores: 1) Organização social e comunitária; 2) Renda; 3) Acesso a recursos naturais; 4) Qualidade de vida; 5) Segurança alimentar; 6) Questão ambiental; 7) Gênero, geração e etnias; 8) Concepção pedagógica; 9) Instituição e quadro profissional; 10) Recursos tecnológicos e de gestão e, 11) Relações de ATER com outras políticas públicas.

É importante destacar que os documentos não situam a verdade em si, desse modo, como sugerem BROCKMEIER e HARRÉ (2003), foi realizada a análise da periodização histórica, a categorização das práticas extensionistas com foco na educação alimentar e nutricional e a identificação das rupturas e das permanências no fazer dos sujeitos de pesquisa.

Para a análise qualitativa dos dados, na etapa de análise documental, investigaram-se, na periodicidade histórica, as rupturas e permanências contidas no material (GOMES, 2013), identificando-se as normas a partir dos documentos e as práticas a partir do Sistema de Registros. Para a análise das práticas, utilizou-se o software NVivo 10 for Windows.

Para a análise quantitativa das práticas realizadas, os dados foram tabulados e processados por meio da estatística descritiva com o apoio do programa Microsoft Office Excel, versão 2007, sendo considerados os números absolutos e as frequências.

Foram identificadas categorias relativas ao marco teórico definido – em Educação Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2012b; BOOG, 2013) – visando a produção dialógica entre ideias e construção de uma síntese interpretativa, com articulação entre o objetivo do estudo, dados empíricos produzidos e referencial teórico (MINAYO, 2013).

4.3 ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

As entrevistas visaram a produção e interpretação de narrativas, investigando-se as dimensões das percepções, das práticas reconstruídas, das opiniões e do reconhecimento das normas. Foram usadas no sentido de apreender acerca das práticas reconstruídas dos sujeitos do estudo, visto que se pretendeu conhecer sobre as atividades executadas/vivenciadas para além das práticas oficiais (MINAYO, 2013).

A seleção dos indivíduos seguiu metodologia proposta por RITCHIE e col. (2003) para amostragem propositiva. Para as autoras, os membros de uma amostra são escolhidos com propósito de representar uma localização ou tipologia em relação a um critério fundamental. Assim, o critério para a amostragem foi captar

pessoas de todos os segmentos (extensionistas das equipes técnicas, assessores técnicos pedagógicos e gestores públicos), as quais se relacionam com o trabalho da ATES no RS.

A identificação dos extensionistas rurais deu-se a partir dos dados apresentados nos relatórios do sistema de informação de ATES.. A busca pelos sujeitos, nessa categoria, foi feita, inicialmente, pela construção de uma relação nominal e ordenação aleatória para cada prestadora de ATER, sendo considerados os extensionistas envolvidos em ações em educação alimentar e nutricional registradas no Sistema.

A seleção dos assessores técnicos pedagógicos de ATES seguiu ordenação pelo tempo de trabalho, sendo entrevistados aqueles com diferentes tempos de trabalho na Assessoria Técnica Pedagógica.

Por fim, a seleção na categoria de gestores foi feita pela identificação de informantes-chave a partir da indicação dos próprios Assessores Técnicos Pedagógicos de ATES e dos técnicos extensionistas.

Assim, foram realizadas 18 entrevistas individuais em profundidade, com o objetivo de analisar a percepção de atores sociais da ATES sobre a EAN na sua prática extensionista.

As características da população entrevistada seguem no quadro 2.

Quadro 2 - Caracterização dos entrevistados. (continua)

Nome fictício	Sexo	Ocupação/Formação	Tempo de trabalho na função	Entidade
E1	Masculino	ATP/Engenheiro Agrônomo	8 anos	UFSM/INCRA
E2	Masculino	ATP/Engenheiro Agrônomo	8 anos	UFSM/INCRA
E3	Masculino	ATP/Engenheiro Agrônomo	5 anos	UFSM/INCRA
E4	Feminino	Técnica Extensionista Rural/Nutricionista	8 anos	EMATER
E5	Feminino	ATP/Engenheira Agrônoma	5 anos	UFSM/INCRA

(conclusão)

Nome fictício	Sexo	Ocupação/Formação	Tempo de trabalho na função	Entidade
E6	Masculino	ATP/Bacharel em Desenvolvimento Rural	5 anos	UFSM/INCRA
E7	Feminino	Técnica Extensionista Rural/Magistério	7 anos	EMATER
E8	Feminino	ATP/Pedagoga	5 anos	UFSM/INCRA
E9	Masculino	Técnico Extensionista Rural/Técnico Agrícola	8 anos	CETAP
E10	Feminino	Técnica Extensionista Rural/Nutricionista	8 anos	EMATER
E11	Masculino	Gestor estadual/Engenheiro Agrônomo	8 anos	INCRA
E12	Feminino	Técnica Extensionista Rural/Assistente Social	4 anos	CETAP
E13	Masculino	Técnico Extensionista Rural/Engenheiro Agrônomo	8 anos	CETAP
E14	Feminino	Técnica Extensionista Rural/Nutricionista	3 anos	CETAP
E15	Masculino	Técnico Extensionista Rural/Técnico Agrícola	6 anos	COPTEC
E16	Feminino	Técnica Extensionista Rural/ Magistério	7 anos	COPTEC
E17	Masculino	Técnico Extensionista Rural/Técnico Agrícola	2 anos	EMATER
E18	Feminino	Técnica Extensionista Rural/Nutricionista	2 anos	EMATER

ATP: Assessor Técnico Pedagógico; UFSM: Universidade Federal de Santa Maria; INCRA: Instituto de Colonização e Reforma Agrária; EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural; COPTEC: Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos; CETAP: Centro de Tecnologias Alternativas e Populares.
Fonte: elaborado pela pesquisadora

As entrevistas foram realizadas de modo individual a partir de roteiro semiestruturado, pré-testado[12], (Apêndice 1) de acordo com método descrito por GOMES (2013). O roteiro possibilitou dar amplitude para os elementos investigados, mas também focar nos assuntos mais pertinentes ao estudo.

Foram produzidos dados por meio de questões sobre as características do trabalho na ATES, sobre as demandas emergentes do cotidiano do trabalho, bem

[12] Foi realizado pré-teste do roteiro de entrevista, em local e com sujeitos de estudo distintos daqueles da pesquisa.

como sobre os temas que envolvem a assessoria técnica e extensão rural e as oportunidades de trabalho com a temática da educação alimentar e nutricional.

Assim, o processo de entrevistas foi contínuo até que a pesquisadora atinjisse a saturação de dados ou um ponto em que não havia novos *insights*. GLASER e STRAUSS (1967 apud RITCHIE e col., 2003) observam que as entrevistas devem proporcionar ao pesquisador coletar dados muito semelhantes, mas também detectar as diferenças sutis, o que não seria possível em amostras heterogêneas.

A saturação teórica foi conceituada como sendo a constatação do momento de interromper a captação de informações pertinentes à discussão de uma determinada categoria dentro de uma investigação qualitativa. Tratar-se-ia de uma confiança empírica da qual a categoria está saturada, levando-se em consideração uma combinação dos seguintes critérios: os limites empíricos dos dados, a integração de tais dados com a teoria (que, por sua vez, tem uma determinada densidade) e a sensibilidade teórica de quem analisa os dados (FONTANELLA e col., 2008). Desse modo, a saturação ocorreu como elemento de medida para o entendimento do pesquisador sobre os temas estudados e não somente de repetições nas falas dos sujeitos entrevistados.

Para dar apoio à técnica de saturação de dados, as entrevistas foram transcritas pela própria pesquisadora tão logo haviam sido realizadas.

Os dados produzidos a partir das entrevistas foram analisados individualmente a partir das seguintes etapas:

1) audição das narrativas gravadas;

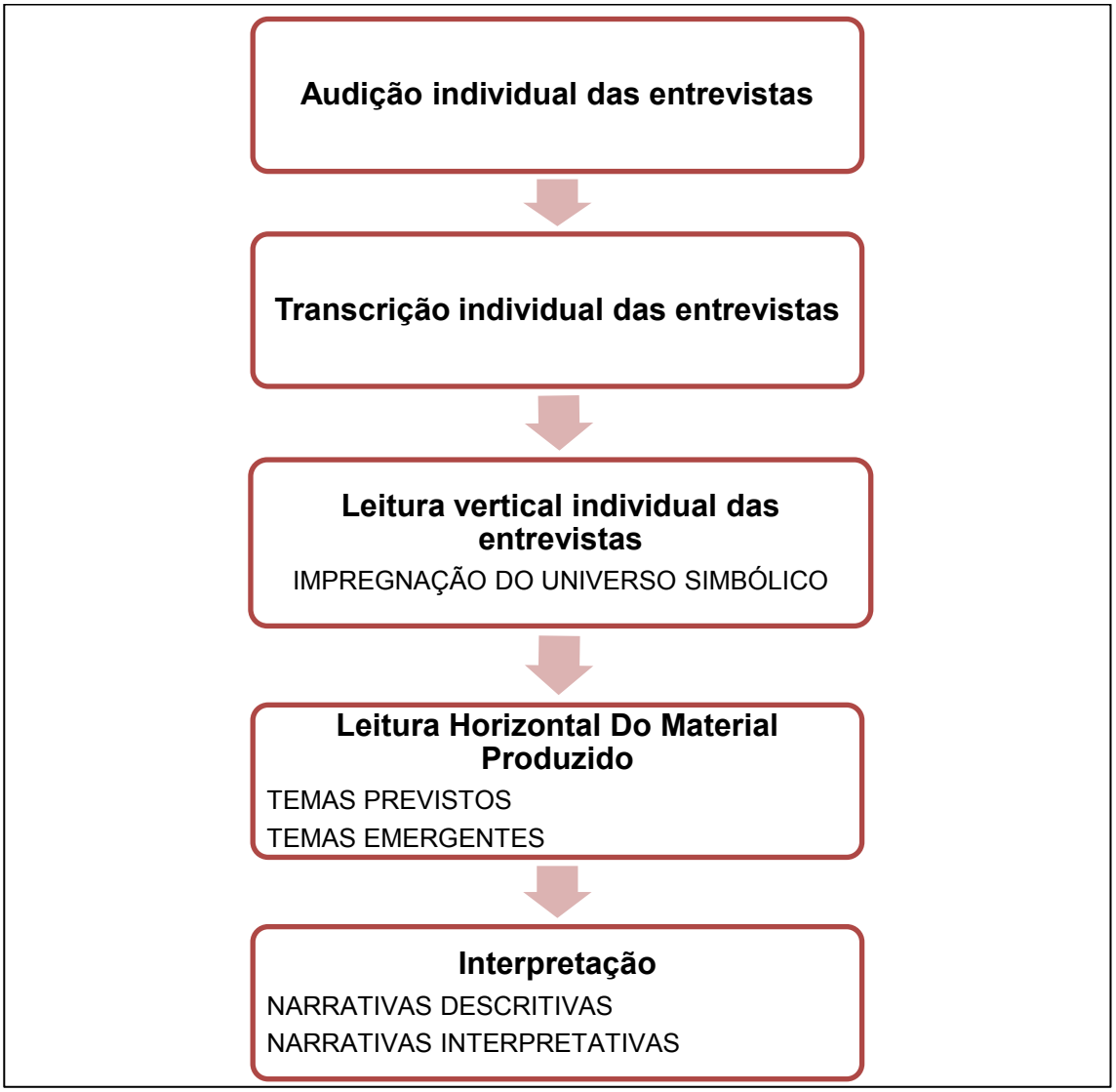
2) transcrição de cada uma das entrevistas tão logo fossem realizadas;

3) leitura vertical de cada uma das entrevistas;

4) impregnação dos temas, cultura e universo simbólico atribuídos às experiências introjetadas de cada sujeito entrevistado;

5) leitura horizontal da totalidade das entrevistas a fim de analisar os temas previstos e os temas emergentes das narrativas, conforme ilustra a figura 3.

Figura 3 - Processo de produção e análise de dados a partir das entrevistas individuais.



Fonte: elaborado pela pesquisadora

Na análise dos dados, buscou-se identificar as narrativas descritivas e as narrativas interpretativas, o relato de fatos e a exposição de valores. Conforme aponta CANESQUI (2007), a diferença entre a análise narrativa e as outras formas de produção de dados qualitativos está exatamente na centralidade na maneira como as pessoas narram suas histórias, que são tomadas como um todo e interpretadas dentro do contexto onde foram geradas.

É por meio das narrativas que BROCKMEIER e HARRÉ (2003) apontam a compreensão de textos e contextos mais amplos e complexos da nossa existência,

quando o narrador articula passado, presente e futuro. É a partir do encadeamento de acontecimentos que emerge a compreensão do mundo temporal. O narrador fala de suas experiências passadas a partir da compreensão atual delas.

Desse modo, o presente apresenta-se como uma reconstrução do passado, e, por sua vez, ambos são geradores de expectativas para o futuro. Logo, quem conta a história significa suas vivências, sendo o ato da narração a abertura de seu mundo para o outro. Assim, o narrador permite a apreensão da significação subjetivamente construída a outras pessoas (SILVA e TRENTINI, 2002).

A partir dessa leitura foram levantados os temas preponderantes (implícitos e explícitos) nas falas dos sujeitos. As falas foram agrupadas de acordo com os temas levantados. Os temas, por sua vez, deram origem a categorias mais amplas e também a subcategorias (SILVA e TRENTINI, 2002; CANESQUI, 2007).

A análise das entrevistas constou dos temas previstos e dos temas emergentes das narrativas dos entrevistados. Os temas previstos foram identificados pela pesquisadora como sendo os eixos de sustentação teórica narrados pelos sujeitos, e foram previstos de acordo com o referencial teórico. Os temas emergentes foram os que a pesquisadora não previu *a priori*, e produzidos na significação dos sujeitos durante a narração de sua história. Logo, o plano de análise dos temas previstos para as entrevistas individuais foram:

- Práticas de ATES e a promoção da saúde.
- Valores atribuídos à alimentação na ATES.
- Concepções e práticas sobre a EAN na ATES.

As categorias foram problematizadas e discutidas com a bibliografia levantada pela pesquisadora, visando a produção dialógica entre ideias (falas dos narradores e referencial teórico) e a construção de uma síntese interpretativa, com articulação entre o objetivo do estudo, dados empíricos produzidos e referencial teórico.

O procedimento de tratamento dos dados está fundamentado no método de interpretação de sentidos, baseado em princípios hermenêutico-dialéticos. Segundo GOMES (2013), esse método busca interpretar os contextos, as razões e as lógicas de falas, ações e inter-relações entre grupos e instituições.

Em termos epistemológicos, a hermenêutica surge em contraponto às concepções positivistas que buscavam explicações causais para os fenômenos sociais e comportamentais como forma objetiva de conhecimento. Tal crítica consiste no fato de que não há como separar sujeito do objeto ou a totalidade das

partes, originando uma fragmentação do fenômeno. Assim, o princípio hermenêutico propõe uma análise compreensiva, mais do que explicativa dos fenômenos, a partir da história concreta dos sujeitos (GOMES, 2013; MINAYO, 2013).

4 RESULTADOS

4.1 ARTIGO 1[13] –

O ENCONTRO ENTRE O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA

THE MEETING BETWEEN SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT AND HEALTH PROMOTION IN FOOD GUIDE FOR THE BRAZILIAN POPULATION

Nádia Rosana Fernandes de Oliveira
Universidade de São Paulo
Local: São Paulo
E-mail: nadiaoliveira.fsp@usp.br

Patricia Constante Jaime
Universidade de São Paulo
Local: São Paulo
E-mail: constant@usp.br

Resumo

Introdução: O *Guia Alimentar* é um documento que aborda os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira, tendo como propósito apoiar a educação alimentar e nutricional e subsidiar políticas e programas nacionais de alimentação e nutrição no setor saúde e também em outros setores. **Objetivo:** Identificar a interseção entre a promoção da saúde e o desenvolvimento rural sustentável no *Guia Alimentar para a População Brasileira*. **Métodos:** Realizou-se análise do texto do *Guia* a partir dos conceitos de promoção da saúde e de desenvolvimento rural sustentável e, posteriormente, foi revisado o texto do *Guia* e identificados os temas emergentes expressos pela intersecção dos conceitos, sendo, então, discutidos à luz do referencial bibliográfico dos campos da segurança alimentar e nutricional, do desenvolvimento rural e da epidemiologia nutricional. **Resultados**: 7 temas previstos e 6 temas emergentes foram identificados e

[13] Artigo aceito para publicação no periódico Saúde e Sociedade. Diretrizes para autores disponíveis em <http://submission.scielo.br/index.php/sausoc/about/submissions#authorGuidelines>.

relacionados a 4 dimensões explicativas dos 6 temas de interseção relacionados aos conceitos, os quais foram identificados a partir dos elementos constitutivos dos itens: princípios e diretrizes do *Guia Alimentar*, dez passos para uma alimentação saudável; superação de obstáculos para realização dos dez passos. **Conclusão:** O *Guia Alimentar* propõe a produção social da saúde na interação entre as noções de alimentação adequada e saudável, segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento rural. Destacam-se as recomendações e orientações que dialogam com a produção de alimentos de base agroecológica e com a garantia da biodiversidade alimentar da agricultura familiar, bem como a perspectiva de relação com os sistemas alimentares locais.

Palavras-chave: Guias alimentares; Promoção da saúde; Segurança alimentar e nutricional; Desenvolvimento rural.

Abstract

Introduction: The *Food Guide* is a document that addresses the principles and recommendations of an adequate and healthy food for the Brazilian population, with the purpose to support food and nutrition education and support national policies and food and nutrition programs in the health sector and also in other sectors. Objective: To identify the intersection between health promotion and sustainable rural development in the *Food Guide for the Brazilian population*. **Methods**: We conducted analysis of the *Guide* text from the provided themes established by the concepts of health promotion and sustainable rural development, and subsequently was revised text of the *Guide* and identified emerging themes expressed by the intersection of the concepts, and then discussed in the light of the bibliographic reference. **Results**: 7 expected themes and 6 emerging themes were identified and related to 4 explanatory dimensions of the 6 intersection of issues related to the concepts, which were identified from the constitutive elements of items: principles and guidelines of the Food Guide, ten steps to a power healthy; overcoming obstacles to achieving the ten steps. **Conclusion**: The *Food Guide* suggests the social production of health in the interaction between the notions of proper nutrition and healthy food and nutritional security and rural development. We highlight the recommendations and guidelines that dialogue with the production of agro-ecological basis of food and ensuring food biodiversity of family farming, as well as the prospect of relationship with local food systems.

Keywords: Food guides; Health Promotion; Food and nutrition security; Rural development.

Introdução

A discussão sobre o desenvolvimento rural sustentável insere-se nos desafios relacionados à natureza agrária brasileira, que, desde a colonização europeia, está marcada pela expansão das monoculturas agrícolas. O modelo de desenvolvimento adotado a partir da década de 1970 intensificou a exploração da terra e estimulou o uso de sementes híbridas,

fertilizantes químicos, agrotóxicos e drogas veterinárias que influenciaram o sistema alimentar brasileiro.

Se, por um lado, esse modelo agrícola de desenvolvimento promoveu aumento importante na produtividade, expansão das fronteiras agrícolas e diminuição da penosidade do trabalho pela intensificação do uso de máquinas agrícolas, por outro lado, resultou em uso intensivo e degradativo do solo, redução da biodiversidade, êxodo rural, aumento da concentração fundiária e contaminação de solos e alimentos. Não obstante, a realidade de fome e insegurança alimentar – a qual esse modelo de agricultura se propôs a combater –, não foi reduzida. Contrariamente, o que se obteve foram os efeitos negativos à saúde humana e ambiental (Goodman e col.,1990; Maluf, 2007; Navolar e col., 2010).

Esse modelo de agricultura agroexportadora fortaleceu e ampliou a dinâmica da acumulação capitalista no campo, influenciando a adoção de uma forma de agricultura que, atualmente, volta-se para os mercados internacionais de *commodities* agropecuárias (grãos e carne, principalmente) (Leite, 2005; Schneider, 2010). Esses mercados caracterizam-se, entre outros, pelo modelo de produção baseado em insumos para a indústria dos produtos alimentares ultraprocessados (Monteiro e col., 2013).

Distintamente, a agricultura camponesa e de base familiar emergiu enquanto categoria social e política em um contexto de luta dos movimentos sociais e sindicais do campo. Além das organizações sociais, a emergência de uma reflexão teórica e acadêmica sobre os modos de produção agrícola e das condições de reprodução social no rural brasileiro suscitou o debate da agricultura familiar enquanto categoria promotora do desenvolvimento rural (Schneider, 2010). Foi a partir de 1990 que, com o apoio de políticas públicas específicas, a agricultura familiar (AF) passou a conquistar espaço na agenda nacional (Belik e col., 2001).

O Brasil reconhece, no período histórico recente, um amplo aparato institucional que promove as formas familiares de produção. Grisa e Schneider (2015) observam que a ampliação das ações de planejamento e intervenção, por parte do Estado, deve-se ao reconhecimento político da diversidade dos formatos assumidos pelo desenvolvimento rural.

São exemplos desse reconhecimento as políticas públicas como os Programas de Fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf), de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar (PAA), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), e Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Belik e col., 2001; Maluf, 2007; Burlandy, 2009; Grisa; Schneider, 2015)

Quando se aborda sobre o conceito de desenvolvimento, as teorias que tratam do tema podem ser visualizadas sob distintas perspectivas, tais como observadas em Sen (2000), Veiga (2010), Graziano da Silva (2000). O desenvolvimento rural sustentável (DRS) diferencia-se de outras bases teóricas do desenvolvimento pela relevância dada às questões culturais e à equidade social, numa perspectiva de coevolução das pessoas com a natureza, tendo, em seus princípios, a agroecologia.

De acordo com Sevilla Guzmán (2001), o desenvolvimento rural sustentável com base na agroecologia deve se basear em alguns princípios. Em primeiro lugar, o conjunto de oportunidades e potencialidades locais considerado na integralidade; o crescimento econômico que não pode diminuir a qualidade do meio ambiente; autonomia na gestão e controle do desenvolvimento; minimização das externalidades negativas nas atividades produtivas, como degradação e contaminação; manutenção e potencialização dos circuitos curtos de comercialização; utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais; pluriatividade, seletividade e complementariedade de renda, com a recuperação de práticas ecológicas e economicamente sustentáveis que se realizavam historicamente na comunidade.

Tomados a partir de Sevilla Guzmán (2001), o DRS utiliza elementos que se conectam com elementos da promoção da saúde, tais como as considerações sobre a autonomia e promoção de conhecimento. O conceito de promoção da saúde (PS) tem sido construído ao longo da história, tendo como marco referencial a Carta de Ottawa, da 1ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde, em 1986, a qual inseriu, na agenda global, a discussão sobre a promoção. A proposição desse conceito reorienta políticas e sistemas de saúde, enfocando mudanças nos paradigmas em nível mundial (Westphal, 2006; Silva e col., 2014).

A PS consiste num conjunto de estratégias focadas na melhoria da qualidade de vida de indivíduos e coletividades. Pode se materializar por meio de políticas, estratégias, ações e intervenções com objetivo de atuar sobre os condicionantes e determinantes sociais de saúde, de forma intersetorial e com participação da população. Destaca-se que a promoção da saúde considera que a busca pelo controle e melhoria das condições de saúde não deve se limitar a ações de responsabilidade do setor da saúde (Czeresnia, 2003; Westphal, 2006; Silva e col., 2014).

A efetiva institucionalização da PS, no Brasil, ocorreu em 2006, com a aprovação da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Essa política reafirma o debate dos condicionantes e determinantes sociais da saúde e considera a alimentação como um dos

determinantes e condicionantes da saúde e um direito inerente a todas as pessoas (Brasil, 2014).

A alimentação adequada e saudável ocupa espaço importante na agenda pública brasileira, sendo que, em uma perspectiva ampliada, a PNAN propõe a compreensão do alimento enquanto promotor das necessidades biológicas humanas e assume, para além disso, o alimento transformado em comida pelo ato social humano, que agrega significados simbólicos, relacionados à diversidade e à cultura alimentar de cada local (Brasil, 2012a). Nesse sentido, as ações de promoção da alimentação adequada e saudável (AAS) fundamentam-se nas dimensões de garantia da SAN e da PS (Burlandy, 2009; Alves; Jaime, 2014).

Por seu caráter intrinsicamente intersetorial, a promoção da AAS envolve o conhecimento de saberes e práticas de diversos atores que se relacionam com a alimentação e o sistema alimentar. Quando se trata das dimensões do sistema alimentar, torna-se importante pensar na relação entre a produção de alimentos (na agropecuária), no acesso aos alimentos (políticas de abastecimento, comercialização em diferentes modalidades) e nos modos de consumo de alimentos (local onde se come, habilidades culinárias envolvidas no processo de preparação, comensalidade) (Navolar e col., 2010; Alves; Jaime, 2014).

Levando-se em conta que a Política Nacional de Promoção da Saúde elegeu como temas prioritários a alimentação adequada e saudável e o desenvolvimento sustentável, e considerando-se, ainda, que o rural é potencial *locus* de promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável por dialogar com as estratégias de acesso aos alimentos saudáveis e de valorização de práticas alimentares tradicionais, este trabalho objetivou identificar a interseção entre a promoção da saúde e o desenvolvimento rural sustentável *no Guia Alimentar para a População Brasileira*.

Métodos

Foi realizada análise do texto da segunda edição *do Guia Alimentar para a População Brasileira* (GAPB), editado em 2014 e publicado pelo Ministério da Saúde. O *Guia Alimentar* é um documento oficial que aborda os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira, tem como propósito apoiar a educação alimentar e nutricional e subsidiar políticas e programas nacionais de alimentação e nutrição no setor saúde e também em outros setores.

Para a produção de dados, seguiram-se dois momentos distintos. Primeiro, foram estabelecidos os temas previstos para análise e identificados, no texto do *Guia*, os temas emergentes. Para a identificação dos temas previstos, utilizaram-se os conceitos de Alimentação Adequada e Saudável e de Desenvolvimento Sustentável apresentadas na PNPS[14], e o conceito de Desenvolvimento Rural Sustentável apresentado por Sevilla Guzmán (2001). Assim, os temas previstos foram: prática alimentar, sustentabilidade/ambiente, cultura alimentar, qualidade, sistemas/agroecossistemas, agroecologia.

Em seguida, o texto do GAPB foi revisado com a finalidade de identificar temas e conceitos que possibilitassem o reconhecimento da interseção entre a promoção da saúde (utilizando os conceitos já mencionados: alimentação adequada e saudável e desenvolvimento sustentável contidos na PNPS) e o desenvolvimento rural sustentável. Os temas emergentes da análise do texto do *Guia Alimentar* foram identificados a partir dos elementos constitutivos dos itens: capítulo 1, sobre princípios do *Guia Alimentar*; capítulo 2, sobre a escolha dos alimentos; capítulo 3, sobre os alimentos e as refeições; capítulo 5, sobre a compreensão e a superação de obstáculos.

Após a revisão, os temas emergentes do texto do *Guia* originaram 7 temas de interseção da PS com o DRS. Esses temas foram analisados de acordo com dimensões explicativas discutidas à luz das referências bibliográficas.

Resultados e discussão

Foram identificados 13 temas de interseção: *temas previstos* (prática alimentar, sustentabilidade/ambiente, cultura alimentar, qualidade, sistemas/agroecossistemas, agroecologia); e *temas emergentes* (sistema alimentar, consumo alimentar, agricultura familiar, biodiversidade, acesso aos alimentos, habilidades culinárias).

Da identificação dos temas relacionados aos conceitos – de AAS, DS e de DRS –, originaram-se sete temas de interseção, sendo o primeiro deles o tema-chave. Os temas de intersecção foram: tema 1) AAS deriva de Sistema Alimentar socialmente e ambientalmente

[14] *Alimentação adequada e saudável:* promover ações relativas à alimentação adequada e saudável, visando a promoção da saúde e a segurança alimentar e nutricional, contribuindo com as ações e metas de redução da pobreza, com a inclusão social e com a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. *Promoção do desenvolvimento sustentável*: promover, mobilizar e articular ações governamentais e não governamentais, incluindo o setor privado e a sociedade civil, nos diferentes cenários (cidades/municípios, campo, floresta, águas, bairros, territórios, comunidades, habitações, escolas, igrejas, empresas e outros), permitindo a interação entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável na produção social da saúde em articulação com os demais temas prioritários.

sustentável; tema 2) Razões sociais e ambientais para o estímulo do consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados; tema 3) Recomendação de consumo de alimentos processados conjuntamente aos *in natura* e às preparações culinárias; tema 4) Recomendação de evitar o consumo de produtos ultraprocessados; tema 5) Orientação de como combinar alimentos na forma de refeições; tema 6) Proposição de acesso aos alimentos diretamente do agricultor; tema 7) Promoção de maior envolvimento com as redes locais de produção, abastecimento e consumo de alimentos.

O tema 1, emergido dos princípios do *Guia Alimentar*, foi identificado como um tema-chave, já que nele estão contidos os demais temas. Assim, o tema-chave está apresentado e descrito segundo a *dimensão sistemas alimentares socialmente e ambientalmente sustentáveis*. Justifica-se essa dimensão, pois ela expressa a base teórico-conceitual em que os temas estão alocados, contemplando a dimensão da produção, do processamento, do acesso/comercialização e a dimensão do consumo.

Desse modo, dos temas de interseção, foi possível constituí-los em uma dimensão que privilegia o olhar sobre os sistemas alimentares. Nesse sentido, os temas foram discutidos em quatro dimensões do Sistema Alimentar: produção de alimentos, processamento de alimentos sob domínio da AF, acesso/comercialização de alimentos e consumo de alimentos, conforme figura 1.

Para fins de análise deste trabalho, considerou-se a compreensão de Marsden e Murdoch (2006) sobre sistemas alimentares. Para os autores, existe o propósito de se repensar os espaços alternativos aos espaços hegemônicos dos processos de produção, distribuição e consumo de alimentos. Nesse sentido, mais do que se referir à distância física que o alimento percorre, valoriza-se a característica do produto ao chegar até o consumidor, preservando suas informações por meio de uma identificação própria ou da comunicação pessoal com quem o produz. Além disso, importa constar que as relações das pessoas e seus modos de comer (habilidades culinárias envolvidas e comensalidade) caracterizam essa compreensão de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentáveis.

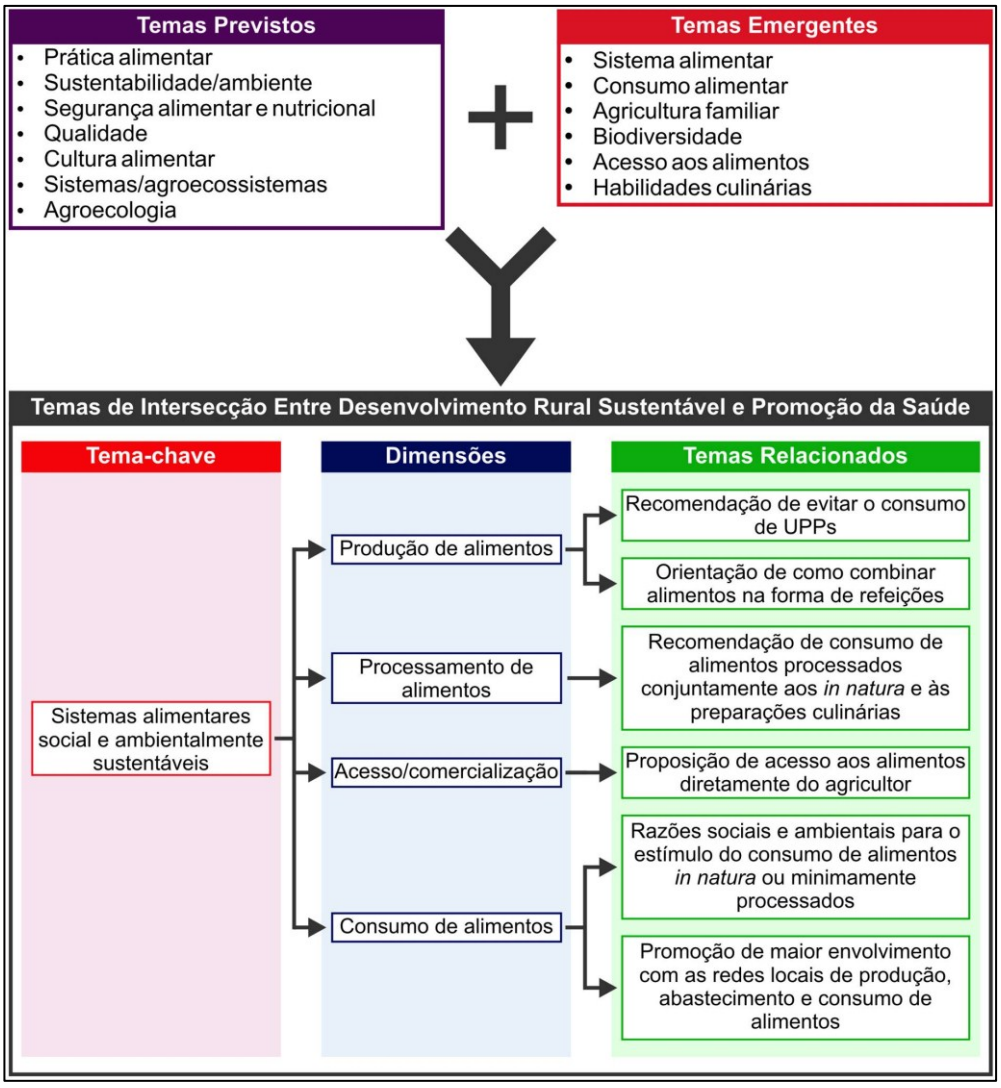


Figura 1 - Temas de intersecção entre Desenvolvimento Rural Sustentável e Promoção da Saúde a partir do *Guia Alimentar para a População Brasileira*.

* UPPs: *ultra-processed products*; sigla em inglês para produtos alimentares ultraprocessados

Em consonância a esse conceito de sistema alimentar, o *Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas* (Brasil, 2012b) propõe como um princípio a compreensão acerca do sistema alimentar e reconhece que o processo de EAN abrange desde o acesso à terra, à água e aos meios de produção, as formas de processamento, de abastecimento, de comercialização e de distribuição, a escolha e o consumo dos alimentos, incluindo as práticas alimentares individuais e coletivas até a geração e a destinação de resíduos. Nesse sentido, o *Guia Alimentar*, enquanto ferramenta de EAN, abrange temas e estratégias relacionadas a todas essas dimensões de maneira a contribuir para que os

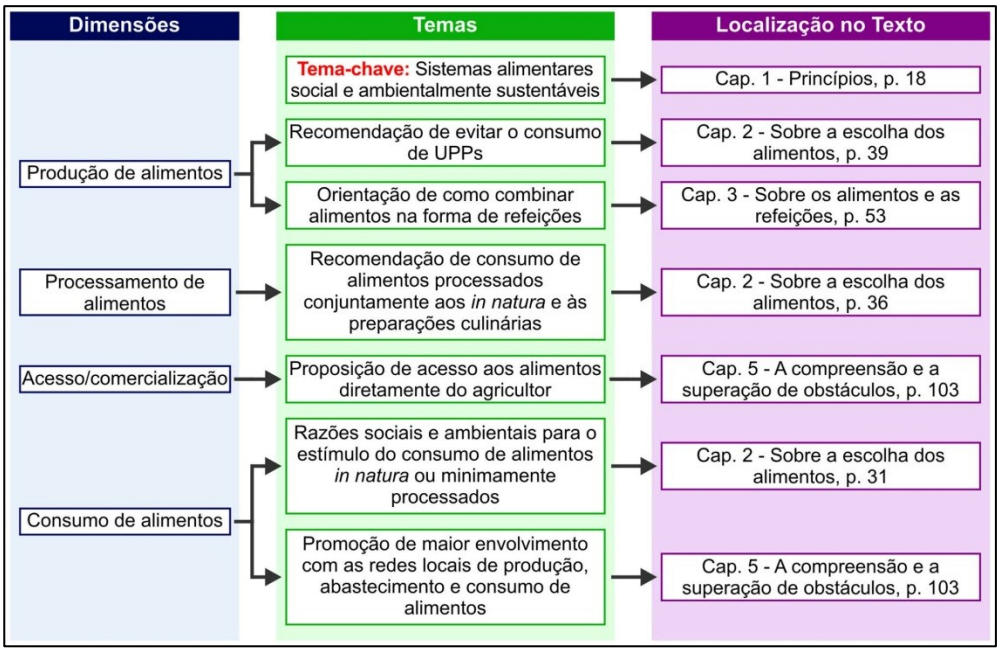
indivíduos e grupos façam escolhas conscientes, mas também que tais escolhas possam, por sua vez, interferir nas etapas anteriores do sistema alimentar.

Desse modo, visualizou-se o tema-chave sobre sistemas alimentares social e ambientalmente sustentáveis como articulador entre as dimensões de produção, abastecimento e acesso, processamento e consumo dos alimentos. Esses sistemas alimentares priorizam o fortalecimento da agricultura familiar, que se apresenta como elo mais forte de sustentação dos modos de produção, acesso e consumo de alimentos saudáveis.

Dimensão da produção de alimentos

Foram identificados dois temas que se inserem nesta dimensão: tema 4 e tema 5. O tema 4 apresenta a recomendação de evitar o consumo de produtos ultraprocessados – *capítulo 2 do Guia Alimentar para a População Brasileira, sobre a escolha dos alimento, páginas 39 e 46*, conforme figura 2.

Figura 2 - Identificação dos temas e dimensões emergentes e sua localização no texto do *Guia Alimentar para a População Brasileira*



Priorizou-se analisar o tema 4 do ponto de vista da dimensão da produção de alimentos, tendo em vista que o consumo de produtos alimentares ultraprocessados (UPPs, sigla em inglês) está intrinsicamente ligado à matriz de produção de *commodities*.

O GAPB traz o tema do consumo alimentar propondo que os produtos alimentares ultraprocessados tendem a afetar negativamente a cultura, a vida social e o ambiente. O impacto negativo de ordem cultural se dá pelo uso de marcas, embalagens e rótulos que os UPPs promovem, fazendo com que as culturas tradicionais, genuínas, que não utilizam esse aparato de informações, sejam preteridas. Os impactos negativos na vida social são relacionados às características de consumo automático desses produtos à medida que eles são formulados para serem consumidos sem necessidade de preparação, em qualquer hora e em qualquer lugar, restringindo os encontros à mesa e as preparações culinárias entre as pessoas. Os impactos negativos no ambiente são vistos pelo uso majoritário de insumos derivados das monoculturas agrícolas e do uso intenso de agrotóxicos.

Assim, para prescindir os impactos dos sistemas alimentares centralizados nos UPPs, estão expressos, no *Guia*, elementos que buscam privilegiar a produção agroecológica, biodiversificada e sustentável. Logo, a interseção dos temas da AAS e do DRS podem ser visualizados no tema 4 a partir do olhar dos impactos da industrialização da agricultura, que proporcionou o prolongamento crescente das etapas de produção e consumo, juntamente com a desregulação da economia, que trouxeram reflexos para consumidores e produtores de alimentos.

Do ponto de vista dos consumidores, há coexistência de situações de insegurança alimentar e nutricional – resultante da crescente participação dos produtos alimentares ultraprocessados na dieta (Monteiro, 2013) – e de persistência de padrões alimentares saudáveis – marcados pela presença de alimentos básicos e tradicionais da dieta brasileira. Em estudo realizado sobre os marcadores de alimentação saudável, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013, Jaime e col. (2015) descrevem a prevalência e distribuição do consumo regular de feijão e de peixe, e o consumo recomendado de frutas e hortaliças na população adulta brasileira. As autoras verificaram que o consumo regular de feijão foi referido por 71,9% dos adultos entrevistados; frutas e hortaliças, por 37,3%; e peixe, por 54,6%, confirmando a alta prevalência de consumo desses alimentos marcadores de alimentação saudável.

Do ponto de vista dos agricultores, da produção de alimentos, ocorreu distanciamento com o consumidor final, rompendo com relações baseada em saberes e práticas tradicionais, centradas na qualidade dos alimentos produzidos e consumidos (Maluf, 2007; Oliveira, 2010). O consumo crescente de produtos industrializados, processados e ultraprocessados fez com que uma parte cada vez mais importante da produção agropecuária acabasse por seguir outros circuitos – e não mais de circuito direto agricultor-consumidor –, passando de um bem final

de consumo a um insumo para a indústria de alimentos e, daí, para os supermercados e mercearias (Belik e col., 2001; Monteiro e col., 2011; Monteiro e col., 2013). Dessa forma, outros canais implementaram a cultura alimentar globalizada no Brasil, tais como o aumento da comercialização de alimentos feita por meio de rede de supermercados.

Outro tema relacionado à dimensão da produção de alimentos foi o tema 5, sobre orientação de como combinar alimentos na forma de refeições – *capítulo 3 do Guia, sobre os alimentos e as refeições, página 53*.

Esse tema emerge uma das principais características da AF, que é a produção de comida. Dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006) destacam que a produção de alimentos que compõem a dieta alimentar básica advém, principalmente, da AF, que responde, em média, a 70% do abastecimento interno de alimentos.

Nesse sentido, cabe destacar o papel importante da produção familiar na promoção da saúde e do desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista que, em detrimento dos modos de produção de alimentos baseados em insumos para a indústria de UPP, a agricultura familiar brasileira viabiliza a produção de alimentos que irão compor preparações culinárias e refeições. Os dados apontam que a AF desempenha um importante papel na garantia da SAN ao abastecer o mercado brasileiro de alimentos como mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) (IBGE, 2006).

Dimensão do processamento de alimentos

A grande inovação do *Guia Alimentar para a População Brasileira* foi trabalhar com a classificação dos alimentos segundo seu nível de processamento. Na dimensão de processamento de alimentos, foi identificado o tema 3, que apresenta a recomendação de consumo de alimentos processados conjuntamente aos *in natura* e às preparações culinárias – *capítulo 2 do Guia, sobre a escolha dos alimento, página 36.*

O *Guia Alimentar* entende que muitos tipos de processamento são benéficos ou mesmo essenciais e são parte do desenvolvimento e da relação sociedade-natureza. Logo, são identificados alimentos processados como produtos relativamente simples, fabricados essencialmente a partir de alimentos *in natura* adicionados de açúcar, sal, óleo ou vinagre. As técnicas empregadas são similares àquelas empregadas nas preparações culinárias, como cozimento, secagem, fermentação.

Para a classificação segundo o nível de processamento, foram propostas as identificações sobre a extensão e os objetivos de cada tipo de processamento dos alimentos, sendo divididos os grupos em: alimentos *in natura* ou minimamente processados; ingredientes culinários processados; alimentos processados; e alimentos ultraprocessados. Assim, a classificação apresentada no *Guia Alimentar* distinguiu-se daquela centrada no perfil de nutrientes.

Convencionalmente, a classificação centrada no perfil de nutrientes dos alimentos originava grupos de cereais e tubérculos, leguminosas, carnes, laticínios, frutas e hortaliças, além dos doces e açúcares e gorduras, azeites e óleos. Essas categorias reuniam, por exemplo, cereais matinais (contendo açúcar, farinha de milho, farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, malte, sal, corantes e aromatizantes) e arroz integral.

Tal classificação foi importante em um período em que a maior preocupação relacionada à alimentação eram as doenças como a desnutrição energético-proteica, entretanto, em um cenário epidemiológico dominado por doenças crônicas está se tornando obsoleta (Monteiro, 2012). Ademais, Ludwig (2011) observa que o rápido desenvolvimento da ciência e da tecnologia de alimentos, a penetração de grandes transnacionais nos sistemas alimentares tradicionais e a mudança do perfil epidemiológico da população corroboram para o incremento do ultraprocessamento dos alimentos.

No Brasil, as mudanças no perfil epidemiológico da população e as evidências sobre a tendência de crescimento das compras dos UPPs e seu impacto na qualidade da dieta podem ser visualizados nos trabalhos de Martins e col. (2013), Canella e col. (2014); Louzada e col. (2015).

O tema do processamento de alimentos ainda é importante, pois abriga uma das principais características da produção de alimentos da AF brasileira: a agroindustrialização familiar.

Existem muitos alimentos que passam por técnicas de processamento, que têm por finalidade a redução do desperdício de alimentos e a busca por maior tempo conservação. Alguns exemplos de alimentos processados pela AF são: queijos, manteiga, iogurte, massas, pães, bolachas e biscoitos, conservas de hortaliças (picles) e frutas (geleias, doces em pasta, doces cristalizados), além de melado, açúcar, rapadura (Pelegrini; Gazolla, 2009).

A agroindústria familiar constitui-se como uma atividade intrínseca no modo de vida rural por meio do processamento artesanal dos produtos agropecuários na cozinha doméstica. Historicamente, tem representado uma forma de minimização dos impactos da dependência da temporalidade da natureza, garantindo, pelo processamento, o aumento da diversidade e a

durabilidade dos produtos alimentares. A agroindústria familiar é uma estratégia de desenvolvimento rural, especialmente pelas suas diferentes combinações na relação entre sujeitos e natureza, dada pelas condições socioambientais (Pelegrini; Gazolla, 2009; Sulzbacher; Neumann, 2011).

Além disso, a agroindústria familiar tem capacidade de impulsionar a geração direta e indireta de trabalho e de renda aos agricultores familiares, promovendo a sua (re)inclusão social e econômica, contribuindo para o resgate de saberes sociais e geracionais familiares e/ou regionais, que, em muitos casos, foi desconstruída com a modernização da agricultura (Prezotto, 2002).

Por conseguinte, a agroindustrialização familiar privilegia a manutenção da matriz do alimento em contraposição aos modos de processamento das grandes indústrias hegemônicas, que apresentam a composição de seus produtos centrada no aglutinamento de ingredientes isolados, fórmulas químicas com predominância de modificadores de sabor e consistência, além dos conservantes (Monteiro, 2011, 2013).

Dimensão do acesso/comercialização de alimentos

Como tema convergente a essa dimensão, foi identificado o tema 6: proposta de acesso aos alimentos diretamente do agricultor – *capítulo 5 do Guia, a compreensão e a superação de obstáculos, página 103.*

O *Guia* recomenda repensar os sistemas alimentares quanto às estratégias de oferta e custo dos alimentos, que é centrada majoritariamente no comércio de produtos ultraprocessados. Nesse sentido, esse ambiente de oferta de produtos alimentares é visto como um obstáculo a ser superado. A remoção desse obstáculo pode se dar com a busca por outros locais que privilegiam a oferta de alimentos, como as feiras de agricultores e as feiras livres, que incluam produtos de base agroecológica.

Estudos de Jaime e col. (2011), sobre os determinantes ambientais da obesidade em adultos no município de São Paulo, sugerem que, além dos aspectos socioeconômicos como a renda, a prevalência de excesso de peso pode ser influenciada pelo acesso físico a lojas de alimentos, restaurantes, feiras e outros ambientes que assegurem aquisição de alimentos saudáveis. Os resultados sugerem que as diferenças espaciais no acesso aos alimentos podem contribuir para as desigualdades na saúde.

Do ponto de vista do custo dos alimentos, o *Guia* também aponta que esse pode ser um obstáculo a ser transposto na medida em que se privilegiam os sistemas que reduzem o número de intermediários entre o produtor e o consumidor final. Um dos exemplos de redes de acesso e comercialização de alimentos saudáveis são os mercados institucionais. A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ressalta o potencial do mercado institucional no fortalecimento da AF (criação de canais de comercialização e geração de renda), pois apoia a dinamização da economia entre municípios e regiões brasileiras (Brasil, 2006).

O PAA é um caso exitoso de promoção de SAN, ao introduzir a biodiversidade de alimentos nos cardápios da alimentação escolar, restaurantes e cozinhas hospitalares, restaurantes populares e outros equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Nesse processo, estaria emergindo uma terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar (Grisa; Schneider, 2015), que faz vinculação com a busca pela AAS.

O PAA, criado em 2003, objetivou articular a compra de produtos da AF com ações de SAN para a população em vulnerabilidade social. Em 2009, o Programa desencadeou uma nova trajetória com a vinculação de compras para o abastecimento do PNAE. Mais recentemente, em 2012, foi estabelecida mais uma modalidade (compra institucional) em que se ampliam as possibilidades de mercados, permitindo aos estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta adquirir alimentos da AF por meio de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, com dispensa de licitação. Isso significa dizer que as compras públicas têm estimulado as organizações da AF a demandarem e construírem novos mercados públicos e privados, e contribuir para a valorização da produção local/regional, ressignificado os produtos, que são associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanalidade, cultura, tradição (Grisa; Schneider; 2015; Grisa; Porto, 2015).

Além dos mercados institucionais, as feiras de comercialização são propostas de acesso aos alimentos *in natura* e minimamente processados, reconhecidos como marcadores da alimentação saudável, ao exemplo de frutas, hortaliças, leguminosas e carnes frescas, como peixes. Evidências sugerem que a presença de locais de compras com oferta desses alimentos influencia o seu consumo, independente do nível socioeconômico dos moradores da área em que está localizado (Jaime e col., 2011). De tal forma, disponibilizar ambiente alimentar promotor de acesso à alimentação saudável (lojas de alimentos, mercados e feiras, além de restaurantes que servem preparações culinárias) aumenta as chances de maior consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, ao exemplo das frutas e hortaliças (Duran e col., 2015).

Silva e col. (2012) e Jacques e col. (2012) observam que o interesse do consumidor pelas feiras se dá, principalmente, por fatores como os valores e significados atribuídos aos alimentos provenientes das feiras. Assim, os autores sugerem que a tendência de consumo consciente, da proveniência direta dos agricultores, bem como das questões relacionadas à saúde e à alimentação saudável contribuem para a preferência pela aquisição nesses locais.

Dimensão do consumo de alimentos

Foram identificados dois temas relacionados a essa dimensão: tema 2, que apresenta as razões sociais e ambientais para o estímulo do consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados – *capítulo 2 do Guia, sobre a escolha dos alimentos, página 31;* e o tema 7, que propõe o desenvolvimento das habilidades culinárias – *capítulo 5, a compreensão e a superação de obstáculos, página 103.*

O tema 2 traz elementos sobre o consumo de alimentos a partir da perspectiva das escolhas individuais, em que o *Guia* apresenta o estímulo à escolha para consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados, os quais são, privilegiadamente, produzidos em âmbito local pela agricultura familiar.

Como já foi mencionada, a produção agrícola em massa, a urbanização, a homogeneização da dieta e as mudanças nos modos de vida, de trabalho e atividade física estão relacionados às mudanças nos padrões alimentares. Evidências apontam, sobretudo, para o aumento da prevalência de obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares, certos tipos de câncer e outras doenças crônicas associadas às dietas com alta densidade energética, escassez de carboidratos complexos e micronutrientes e excessos de gordura em geral e de gorduras *trans* (Martins e col., 2013; Monteiro e col., 2013; Canella e col., 2014; Louzada e col., 2015).

No tema 7, o *Guia* aborda a perspectiva de encorajar pessoas para práticas culinárias. As habilidades culinárias são vistas como elementos de resgate e promoção dos saberes alimentares à medida que proporciona a transmissão de conhecimentos entre gerações. Além disso, as habilidades culinárias podem ser impulsionadoras do maior envolvimento das pessoas com os sistemas alimentares locais quando, ao incorporar conhecimento, as pessoas passam a questionar os modos não saudáveis de produção e consumo, estimulando um ciclo de promoção da saúde, com destaque para o maior compromisso com a variedade e qualidade dos alimentos.

Estudos têm sido desenvolvidos para investigar a relação entre as habilidades culinárias e padrões alimentares saudáveis e têm demonstrado efeitos positivos (Hartmann e col., 2013; Herbert e col., 2014; Adams e col., 2015).

Herbert e col. (2014) avaliaram os resultados de um curso de práticas culinárias de base comunitária, desenvolvido durante 10 semanas, destinado para adultos autralianos. Os autores sugerem que os conhecimentos e as práticas culinárias estão relacionados positivamente com o consumo de alimentos *in natura*, como as hortaliças, e negativamente com a frequência semanal de consumo de produtos ultraprocessados, como os lanches e as comidas rápidas. Destaca-se que a maior confiança em desenvolver receitas culinárias e preparar refeições pode gerar impacto positivo na adoção de atitudes e comportamentos alimentares saudáveis.

Conclusão

A partir da identificação e análise dos temas de interseção entre a promoção da saúde e o desenvolvimento rural sustentável, considerou-se que o *Guia Alimentar para a População Brasileira* propõe a produção social da saúde na busca pela garantia da promoção da alimentação adequada e saudável.

Dos temas emergentes e dos temas de interseção analisados, destaca-se que o texto do *Guia Alimentar* relaciona a promoção da saúde com as dimensões de produção, acesso/comercialização, processamento e consumo de alimentos na proposição de aproximação entre produtor e consumidor por estímulo da aquisição em feiras e outros mercados institucionais, nas práticas alimentares de base agroecológica e no resgate dos saberes tradicionais de produção e processamento de alimentos pela agricultura familiar.

Esses resultados iniciais, da interseção de conceitos de promoção da saúde e desenvolvimento rural sustentável, no *Guia Alimentar*, requerem mais estudos em profundidade a fim de se compreender o que está sendo desenvolvido em termos de ações em alimentação e saúde no campo do desenvolvimento rural brasileiro.

Contribuições

As autoras trabalharam coletivamente em todas as etapas de produção do manuscrito.

Agradecimentos

Ao Bruno Sayão pelas contribuições na concepção das figuras do artigo.

Referências

ADAMS, J. et al. Prevalence and socio-demographic correlates of cooking skills in UK adults: cross-sectional analysis of data from the UK National Diet and Nutrition Survey. *Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, v. 12, n. 99, p. 1-13, 2015.

ALVES, K. P. S.; JAIME, P. C. Política Nacional de alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança alimentar e Nutricional. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 19, n. 1, p. 4331-40, 2014.

BELIK, W.; GRAZIANO DA SILVA, J.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. *São Paulo em perspectiva*, v. 15, p. 119-129, 2001.

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Brasília, 2012a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas*. Brasília, DF: MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 14, n. 3, p. 851-60, 2009.

CANELLA, D. S. et al. Ultra-processed food products and obesity in Brazilian households (2008-2009). *PLoS One*, v. 9, n. 3, p. 1-6, mar. 2014.

CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre promoção e prevenção. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Orgs.). *Promoção da Saúde*: conceitos, práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 39-53.

DURAN, A. C. et al. Evaluating the use of in-store measures in retail food stores and restaurants in Brazil. *Revista de Saúde Pública*, v. 49, n. 80, 2015. p. 49-80.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Das lavouras às biotecnologias*: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 19-51.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 155-180.

HARTMANN, C.; DOHLE, S.; SIEGRIST, M. Importance of cooking skills for balanced food choices. *Appetite*, v. 65, p. 125-31, 2013.

HERBERT, J. et al. Wider impacts of a 10-week community cooking skills program – Jamie's Ministry of Food, Australia. *BMC Public Health*, 2014. Disponível em <http://www.biomedcentral.com/1471-2458/14/1161>. Acesso em: 21 nov. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário*: agricultura familiar. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

JACQUES, J. C. B. et al. Hortomercado de Santiago. In: SILVA, G. P.; VENDRUSCOLO, R. (Orgs.). *Experiências inovadoras em Extensão Rural na agricultura familiar na região de abrangência do Instituto Federal Farroupilha, Campus São Vicente do Sul*. São Vicente do Sul: Instituto Federal Farroupilha, 2012. p. 110-121.

JAIME, P. C. et al. Investigating Environmental Determinants of Diet, Physical Activity, and Overweight among Adults in Sao Paulo, Brazil. *Journal of Urban Health*, v. 88, n.3, p. 567-81, jun. 2011.

JAIME, P. C. et al. Prevalência e distribuição sociodemográfica de marcadores de alimentação saudável: Pesquisa Nacional de Saúde, Brasil 2013. *Epidemiologia e Serviços de Saúde,* Brasília, v. 24, n. 2, p. 267-76, abr./jun. 2015.

LEITE, S. P. Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 13, n. 2, p. 280-332, 2005.

LOUZADA, M. L. C. et al. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 49, n. 38, p. 1-11, jul. 2015.

LUDWIG, D. S. Technology, diet, and the burden of chronic disease. *JAMA*, v. 305, n. 13, p. 1352-3, 2011.

MALUF, R. S. J. *Segurança alimentar e nutricional.* Petrópolis: Vozes, 2007.

MARTINS, A. P. et al. Increased contribution of ultra-processed food products in the Brazilian diet (1987-2009). *Revista de Saúde Pública***,** v. 47, n. 4, p. 656-65, 2013.

MARSDEN, T.; MURDUCH, J. Between the local and the global: confronting complexity in the contemporary agri-food sector. *Research in Rural Sociology and Development*. Cariff-UK: Elsevier, 2006. 12 v.

MONTEIRO, C. A. et al. Increasing consumption of ultra-processed foods and likely impact on human health: evidence from Brazil. *Public Health Nutrition,* v.14, n.1, p. 5-13, 2011.

MONTEIRO, C. A. The Food System. Ultra-processing. The big issue for nutrition, disease, health, well-being. *World Nutrition***,** v. 3, n. 12, p. 527-69, 2012.

MONTEIRO, C. A. et al. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. *Obesity Reviews*, v. 14, n. 2, p. 21-28, 2013.

NAVOLAR, T. S.; RIGON, S. A.; PHILIPPI, J. M. S. Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde. *Revista Brasileira de Promoção da Saúde*, v. 23, n. 1, p. 69-79, 2010.

OLIVEIRA, N. R. F. O campo das práticas e saberes alimentares a partir da agricultura familiar. *Revista Extensão Rural*, n. 20, jul./dez., 2010.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.17, n. 2, p. 332-78, 2009.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. *Revista de Ciências Humanas*. EDUFSC, Florianópolis, n. 31, p.133-154, abr. 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo mundo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 2000.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 3 (119), p. 511-31, jul./set. 2010.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto alegre, v. 2, n.1, 2001.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, G. P. et al. Exposição Feira Agropecuária de Toropi. In: SILVA, G. P.; VENDRUSCOLO, R. (Orgs.). *Experiências inovadoras em Extensão Rural na agricultura familiar na região de abrangência do Instituto Federal Farroupilha*, *Campus São Vicente do Sul*. São Vicente do Sul: Instituto Federal Farroupilha, 2012. p. 92-99.

SILVA, K. L. et al. Intersetorialidade, determinantes socioambientais e promoção da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva,* v. 19, n. 11, p. 4361-70, 2014.

SULZBACHER, A. W.; NEUMANN, P. S. uma experiência de organização social em prol da rede de agroindústrias familiares: o caso da Cooperac de Constantina/RS. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 5, n. 9, p.105-116, jan./jun. de 2011.

VEIGA, J.E.V. *Desenvolvimento sustentável*: o desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WESTPHAL, M. F. Promoção da Saúde e prevenção de doenças. In: CAMPOS, G. W. et al. (Orgs.). *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: HUCITEC/Fiocruz, 2006. p. 635-667.

4.2 ARTIGO 2 –

NORMAS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA EXTENSÃO RURAL

REGULATIONS AND PRACTICES IN FOOD AND NUTRITION EDUCATION IN RURAL EXTENSION

Este trabalho buscou compreender e analisar o processo de desenvolvimento das estratégias em educação alimentar e nutricional (EAN) na Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) aos assentamentos rurais no RS. Para tanto, foram investigadas as normas estabelecidas nos documentos de âmbito nacional e estadual e as práticas executadas pelos extensionistas rurais. A identificação das categorias, no marco teórico, visou a produção dialógica entre ideias com construção de síntese interpretativa. Analisaram-se 8 documentos e 212.502 atividades, sendo 11,13% relacionadas à EAN. As normas da Ates determinaram número mínimo de atividades a serem realizadas, por meio de metas estabelecidas nos contratos de serviços; em contrapartida, as práticas derivaram, majoritariamente, das demandas das famílias assessoradas, o que resulta em envolvimento de temas ligados à Segurança Alimentar e Nutricional, Produção de Cuidados em Saúde e Alimentação Adequada e Saudável.

Palavras-chave: Educação alimentar e nutricional. Assistência técnica e extensão rural. Segurança alimentar e nutricional. Produção do cuidado em saúde. Alimentação adequada e saudável.

This study aimed to understand and to analyze the process of strategies developing of food and nutrition education (FNE) in Technical, Social and Environmental Assistance (TSEA) to rural settlements in Rio Grande do Sul. Therefore, the established regulations in the national and state levels documents and the practices implemented by rural extension workers were investigated. The group identification, in the theoretical framework, aimed at the dialogical production of ideas with interpretive synthesis construction. Eight documents and 212,502 activities were analyzed, 11.13% related to FNE. The Tsea regulations determined a minimum number of activities to be performed, by means of goals established in service contracts. However, the practices derived, mainly, from the demands of advised households. This resulted in the involvement of issues related to Food and Nutritional Safety, Health Care Production and Adequate and Healthy Food.

Keywords: Food and nutritional education. Technical assistance and rural extension. Food and nutrition safety. Health care production. Adequate and healthy food.

Introdução

Como prática integradora e campo de atuação multidisciplinar, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) requer uma abordagem que reconheça a alimentação como resultante da disponibilidade e do acesso aos alimentos, além dos comportamentos e das atitudes envolvidas nas escolhas, nas preferências, nas formas de preparação e no consumo dos alimentos. Por esse motivo, vários profissionais podem desenvolver ações de EAN – sendo devidamente consideradas as responsabilidades profissionais no cuidado terapêutico (Boog, 1999; Boog, 2013).

Sob a educação no campo da alimentação e nutrição incidem conhecimento de diversas áreas e lida-se com um objeto – a alimentação humana – que, ao mesmo tempo em que é regida por mecanismos biológicos, enraíza-se na história de vida e na psique, exercendo, na sociedade, a função de elos entre o individual, o familiar, o comunitário, o social. Desse modo, pensar a alimentação e a educação, necessita de uma perspectiva transdisciplinar (Uchimura e col., 2012; Boog, 2013).

No contexto atual, a EAN está compreendida de modo sistêmico e integrado à complexidade do sistema alimentar. Como desdobramento de ações e reflexões sobre a EAN no Brasil, foi construído o *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas*. Esse documento apresenta o reconhecimento das politicas públicas frente aos desafios da educação permanente em saúde e representa importante ferramenta para a qualificação das ações intersetoriais de EAN. No *Marco*, conceitua-se a educação alimentar e nutricional como

> campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar. (Brasil, 2012a, p. 23).

Por seu caráter intrinsicamente intersetorial, a EAN envolve o conhecimento de saberes e práticas de diversos atores que se relacionam com o alimento, desde os processos de produção, abastecimento e consumo. Nesse cenário, os serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental para assentados da reforma agrária (ATES) têm desenvolvido ações de desenvolvimento local e promoção da qualidade de vida das populações rurais (Navolar; Rigon; Philippi, 2010).

O programa de ATES está inserido da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) (Brasil, 2004) e foi criado em 2004, tendo como objetivo principal “promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional; a sustentabilidade socioambiental e a promoção da igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia nas áreas de assentamento” (Incra, 2008a, p. 12).

Nesse sentido, reconhecendo o objetivo do Programa em promover a segurança alimentar e nutricional dos agricultores, tem-se o objetivo de compreender e analisar o processo de desenvolvimento das estratégias em educação alimentar e nutricional executadas pelo serviço de ATES no RS.

Abordagem metodológica

Trata-se de um estudo de métodos mistos, aplicando abordagem quanti-qualitativa. Aplicou-se abordagem quantitativa para análise descritiva, em valores absolutos e frequências, das práticas em EAN. A abordagem qualitativa permitiu análise e interpretação das normas e práticas em EAN a partir da busca pelos significados, motivos, valores e atitudes (Minayo, 2013).

O cenário de estudo foi o Programa de ATES do estado do RS, cuja execução foi realizada por meio de parceria entre instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações não governamentais ligadas à Reforma Agrária. No estado, as prestadoras dos serviços de ATES foram a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (Coptec) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), entre os anos 2004-2008, executando as atividades na modalidade convênio, e Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (Cetap), Coptec e Emater a partir de 2008, na modalidade contrato (Dalbianco, 2010).

O Programa abrange 11.011 famílias em 303 projetos de assentamento de 87 municípios, onde 132 técnicos executam a assistência técnica e extensão rural.

Para analisar o desenvolvimento das estratégias de EAN na ATES no RS, foram investigados dois conjuntos de informações:

i) as normas (leis, regras, metas, diretrizes) estabelecidas para a configuração das práticas;

ii) as práticas – ações executadas pelos extensionistas rurais.

Para a produção dos dados referentes às normas foram revisados e analisados 8 documentos; em âmbito nacional, foi analisada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, e, em âmbito estadual, o Manual Operacional de Ates, as Diretrizes e métodos para a dimensão social na ATES, o Projeto Básico visando à licitação para a prestação de Ates e os Planos de Desenvolvimento e Planos de Recuperação de Assentamentos. Nesses documentos, foram observados conteúdo, características, instituição proponente, bem como o modo como a EAN perpassava a realização das atividades na ATES.

Para a identificação e análise das práticas de EAN na ATES, foram analisados dados do Sistema de Registros Administrativos: Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de ATES (Sama). Foram analisados dados registrados entre os anos 2010 e 2014, que corresponde ao período de consolidação do Sistema.

O Sama contém a descrição das atividades realizadas pelos extensionistas rurais, sendo que as ações podem ser caraterizadas como:

a) *ações individuais:* desenvolvidas no núcleo familiar, nas quais as intervenções são realizadas na propriedade familiar rural.

b) *ações coletivas:* realizadas no âmbito coletivo, nas quais determinada atividade é desenvolvida com um grupo na comunidade, já constituído ou não, como grupo de mulheres, grupo de jovens, grupo de agricultores/as por sistema de produção.

c) *ações complementares*: identificadas como ações não previstas inicialmente no planejamento das equipes técnicas, podendo ser realizadas de modo individual ou coletivo. Ainda, inseridas nas ações complementares, podem constar atividades de formação da própria equipe técnica, além de reuniões e encontros para discussão de casos.

Além das informações quanto à natureza da ação (se individual, coletiva ou complementar), o Sama disponibiliza informações sobre a equipe técnica que desenvolve a atividade, bem como sua prestadora de ATES correspondente e o município onde está localizada; informa, também, se a ação realizada se deu no âmbito social, ambiental ou de produção. A descrição da ação desenvolvida pelo técnico extensionista apresenta elementos sobre o conteúdo da atividade e da abordagem metodológica empregada.

Para fins deste estudo, foi analisado o campo que continha as descrições das práticas de ATES registradas no Sistema. Procedeu-se a leitura de cada um dos registros, sendo considerados válidos como prática em EAN os que continham temas como:

- “educação alimentar e nutricional”, propriamente, ou ainda sobre
- “alimentação adequada e saudável”,
- “segurança alimentar e nutricional”,
- “produção de cuidados”.

Assim, as unidades de análise foram constituídas por trechos de uma mesma descrição contida nos registros do Sistema de Informação. Logo, considerou-se que os trechos descreviam uma ou mais práticas em EAN.

Inicialmente, foi feita a produção e análise quantitativa das práticas realizadas, sendo os dados tabulados e processados por meio da estatística descritiva com o apoio do programa Microsoft Office Excel, versão 2007, sendo considerados os números absolutos e as frequências.

Para a produção e análise qualitativa dos dados, foi realizada análise documental, na qual se investigaram, na periodicidade histórica, as rupturas e permanências contidas no material (Gomes, 2013), identificando as normas a partir dos documentos e as práticas a partir do Sistema de Registros. Para a análise das práticas, foi utilizado software NVivo 10 for Windows.

Foram identificadas categorias relativas ao marco teórico definido – em Educação Alimentar e Nutricional (Brasil, 2012a; Boog, 2013) – visando a produção dialógica entre ideias e construção de uma síntese interpretativa, com articulação entre o objetivo do estudo, dados empíricos produzidos e referencial teórico.[8]

Resultados

A análise dos documentos normativos, bem como a análise das práticas em EAN na ATES identificou temas emergentes relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (Maluf, 2007; Brasil, 2011), à Produção do Cuidado em Saúde (Merhy, 2002, Feuerwerker, 2014) e à Alimentação Adequada e Saudável (AAS) (Brasil, 2012b; Alves e Jaime, 2014).

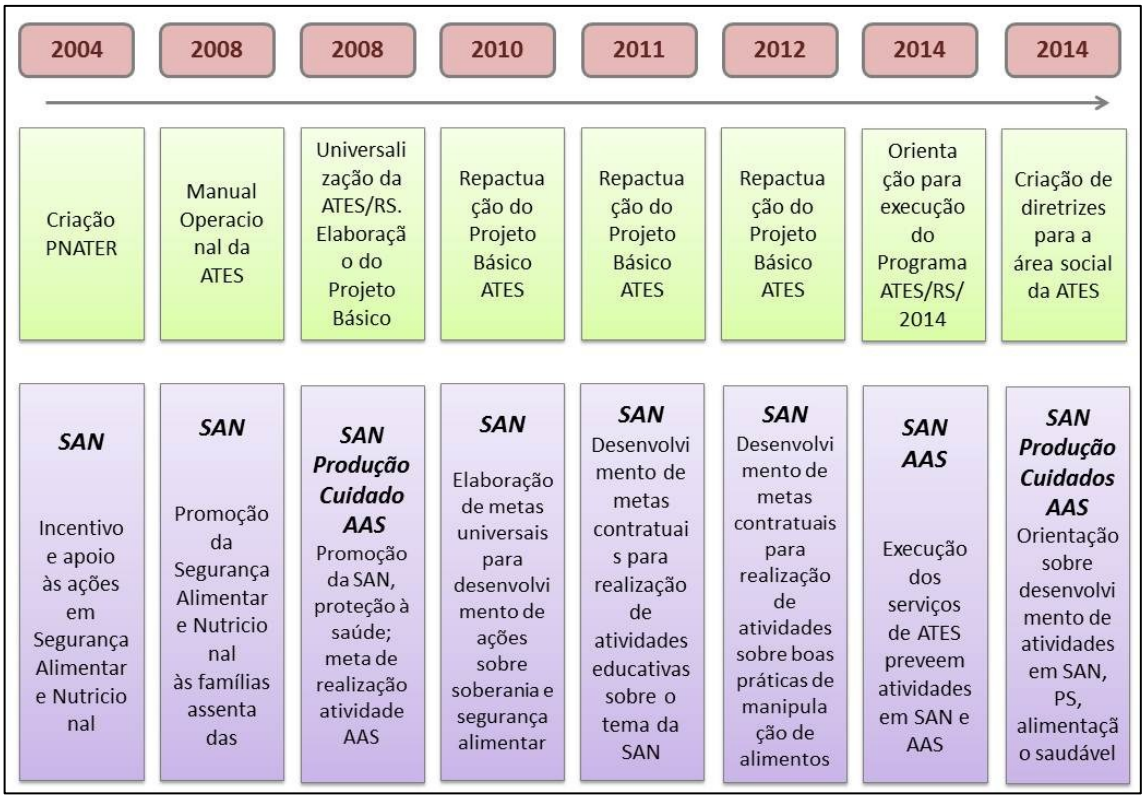
Dos documentos analisados, *a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural* (Brasil, 2004) propõe objetivos, princípios e diretrizes para a totalidade de ações em Extensão Rural realizadas em território brasileiro. A Pnater dispõe os elementos necessários para que processos educativos, de caráter permanente e continuado, sejam realizados. Apresenta como seu primeiro objetivo específico a previsão da Extensão Rural em contribuir para a garantia de SAN no Brasil.

Os demais documentos analisados foram de caráter estadual, elaborados pelos gestores públicos da ATES. Tais documentos apresentam orientações, diretrizes e métodos para a execução das atividades junto às famílias; orientações para a construção de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos ou Planos de Recuperação de Assentamentos; e disponibilizam, ainda, metas a serem cumpridas pelas prestadoras de serviços da ATES.

A partir da análise temporal dos documentos, foram observadas permanências e modificações das normas. O reconhecimento sobre o tema da SAN esteve presente em todos os documentos, no entanto, a compreensão do que é SAN e de como ela pode estar relacionada com o fazer da ATES se modificou. Em 2008, os documentos trouxeram a SAN enquanto princípio, objetivo e meta de trabalho; em 2011 e 2012, foram identificadas ações específicas a serem executadas; e em, 2014, foram construídos marcos normativos específicos desse campo na ATES. Observou-se que o documento de *Diretrizes e métodos para a dimensão social na ATES*, de 2014, foi produzido a partir de sistematizações de experiências e de ferramentais avaliativas da ATES, resultando em um documento compreensivo e reflexivo para a proposição das atividades de ATES, articulando a promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável junto à SAN, conforme a figura 1 e o suplemento A.

A identificação das práticas de EAN se deu a partir das descrições registradas no Sama, sendo analisadas 212.502 atividades. Destas, 23.644 (11,13%) relacionavam-se à EAN, sendo categorizadas em atividades relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (n=16.668), Produção de Cuidados em Saúde (n=4.278) e Alimentação Adequada e Saudável (n=2.718), conforme tabela 1.

Figura 1 Temporalidade, características e temas emergentes de documentos normativos da ATES, RS, (2004-2014).



Fonte: elaborado pela autora

PNATER: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
AAS: Alimentação Adequada e Saudável
SAN: Segurança Alimentar e Nutricional
PS: Promoção da Saúde

Tabela 1 Número absoluto e frequência dos temas e categorias emergentes das práticas em Educação Alimentar e Nutricional na ATES, RS, Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de ATES (Sama) (2010-2014).

(continua)

Temas e categorias emergentes	**n**	**%**
Segurança Alimentar e Nutricional		
Autoconsumo	11.130	47,03
Comercialização (mercados institucionais/feiras)	4.248	17,95
Práticas agroecológicas	1.290	5,45
Subtotal	*16.668*	*70,44*
Produção de Cuidados em Saúde		
Prevenção de doenças	2.610	11,03
PICs[1]	1.170	4,94
Saúde nos ciclos de vida	498	2,10
Subtotal	*4.278*	*18,08*

(conclusão)

Temas e categorias emergentes	**n**	**%**

Alimentação Adequada e Saudável		
Cuidados em Alimentação e Nutrição	1.644	6,95
Habilidades culinárias	756	3,19
Grupos de alimentos/valor nutricional	318	1,34
Subtotal	2.718	*11,48*
Total geral	*23.664*	100

¹ PICs: Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (usos de ervas, plantas medicinais e condimentares, fitoterapia).
Fonte: elaborado pela autora.

Do total das práticas em EAN na ATES, o tema da Segurança Alimentar e Nutricional é o mais frequente, totalizando 70,44% das práticas realizadas. Destas, 47,03% foram práticas relacionadas ao autoconsumo, 17,95% às práticas em EAN relacionadas à geração de renda, comercialização do alimento em mercados institucionais ou feiras, e 5,45% foram práticas agroecológicas.

As práticas em EAN, realizadas nos serviços de ATES, relativas à Produção de Cuidados em Saúde, foram aquelas que contemplavam ações voltadas à Prevenção de doenças (11,03%), às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (4,94%) e aos conhecimentos sobre saúde nos ciclos de vida (2,10%).

O tema da Alimentação Adequada e Saudável totalizou 11,48% das práticas executadas. Das categorias emergentes, aquelas que se relacionam com o campo da AAS foram Cuidados em Alimentação e Nutrição (A&N) (6,95%), Habilidades culinárias (3,19%) e conhecimento sobre Grupos de alimentos/valor nutricional (1,34%).

Observou-se que as categorias emergentes do tema da Segurança Alimentar e Nutricional formam um campo de reconhecimento identificado tanto nos documentos normativos quanto nas práticas executadas, visualizadas a partir das descrições das ações realizadas na ATES. Além do tema da SAN, Produção de cuidados em saúde foi identificado como um tema que perpassa um campo de ações intersetoriais, compreendido como a presença da ação interdisciplinar do cuidado e acompanhamento de núcleos familiares e coletivos. A Alimentação Adequada e Saudável foi identificada como um tema do qual emergem categorias próximas às referências atuais em educação alimentar e nutricional (Brasil, 2012a; Brasil, 2012b) visto que propõem abordagens a partir de conteúdos acerca da comensalidade, habilidades culinárias, compreensão do impacto do ultraprocessamento dos alimentos na saúde.

Na análise das práticas, foi possível reconhecer terminologias usualmente relacionadas e reconhecidas pelos agentes de ATES. Assim, os trechos extraídos das descrições das práticas em EAN na ATES /RS, a partir do Sama, derivaram categorias identificadas por esses conteúdos usuais. Assim, no tema da SAN, a categoria autoconsumo se referiu às atividades que visaram a promoção da produção agropecuária destinada ao acesso de consumo alimentar diversificado pela própria família; essa categoria abrangeu descrições de ações sobre autossustento, diversificação da produção, abastecimento familiar. A categoria comercialização (mercados institucionais/feiras) tratou da atividade que visa o acesso à geração de renda por meio de mercados institucionais, tais como Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar, feiras e comercialização direta agricultor-consumidor, promovendo o acesso aos alimentos. A categoria práticas agroecológicas referiu-se à atividade visando promoção de acesso aos alimentos de produção agroecológica e abrangeu ações sobre alimentos saudáveis pela produção de orgânicos, ecológicos e agroecológicos, consumo livre de transgênicos e agrotóxicos.

No tema da Produção do Cuidado em Saúde, a categoria PICs tratou de atividade visando incentivo de produção, manejo e consumo de fitoterápicos, plantas medicinais e condimentares, abrangendo ações sobre uso de plantas medicinais, bioativos, horto medicinal, fitoterápicos, uso de chás e ervas. A categoria Saúde nos ciclos de vida foi identificada como atividade de orientação sobre saúde e alimentação dos ciclos de vida (da mulher, da criança/escolar, do idoso). A categoria de Prevenção de doenças foi identificada como atividade que aborda qualidade de vida, usos de alimentos para determinadas situações de adoecimento (como diabetes melito, hipertensão arterial, obesidade) e orientações sobre modos de vida saudáveis.

No tema da Alimentação Adequada e Saudável, na categoria sobre habilidades culinárias, foram identificados elementos relacionados à atividade de formação e orientação sobre modos de preparo de alimentos, distribuição, socialização e resgate de receitas alimentares, e aproveitamento integral de alimentos. Grupos alimentares/valor nutricional foi a categoria emergente na qual se identificaram aspectos relacionados à orientação sobre necessidades alimentares e nutricionais, sobre características nutricionais dos diversos grupos de alimentos, ações de orientação com apoio de instrumentos de educação alimentar e nutricional,

identificação de grupos e porções de alimentos, informações sobre rotulagem. Na categoria Cuidados em alimentação e nutrição, identificaram-se atividades de orientação sobre saúde e alimentação, importância da alimentação saudável, usos de determinados alimentos e suas propriedades nutricionais, conforme figura 2.

A partir da análise e interpretação da EAN contida nas práticas da ATES, foi possível identificar nós de encontro entre os temas e categorias emergentes. Os nós representam a interseção de elementos conceituais contidos em uma mesma descrição de prática realizada. Desse modo, identificaram-se os nós entre as categorias intra e intertemas. Os nós de maior força entre as categorias de um mesmo tema foram autoconsumo e comercialização, cuidados em alimentação e nutrição e habilidades culinárias, e prevenção de doenças e PICs. Os nós de maior força entre as categorias de diferentes temas foram autoconsumo e cuidados em A&N, autoconsumo e prevenção de doenças, e cuidados em A&N e prevenção de doenças, conforme figura 3.

Além dos nós de intersecção entre temas e categorias, foi possível identificar o fluxo dessas relações estabelecias entre as categorias. A linha de fluxo expressa o aparato de conteúdos acessados pelo extensionista durante uma prática em EAN.

Observou-se que a categoria autoconsumo foi aquela com maior relação entre as categorias e aquela com maior linha de fluxo, seguida pelas categorias comercialização (mercados institucionais/feiras), cuidados em A&N e prevenção de doenças. No tema da Alimentação Adequada e Saudável, verificou-se que, quando realizada prática sobre habilidades culinárias, foram utilizados repertórios de práticas sobre o autoconsumo, comercialização (mercados institucionais/feiras), prevenção de doenças e cuidados em A&N. Na categoria grupos de alimentos/valor nutricional, a linha de fluxo se deu junto às categorias autoconsumo, prevenção de doenças e cuidados em A&N. Destaca-se que a categoria cuidados em A&N teve linha de fluxo com todas as demais categorias.

Quadro 1 Categorias emergentes e conteúdos identificados nos trechos das descrições das práticas em EAN na ATES, RS, Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de ATES (Sama) (2010-2014).

(continua)

Categorias emergentes	Práticas em Educação Alimentar e Nutricional
Segurança Alimentar e Nutricional	
Autoconsumo	*"Incentivo a diversificação da produção e pequenas criações, que proporcionará maior segurança e soberania alimentar, qualidade de vida, bem como alternativa na geração de renda e na economia financeira familiar; entrega de material informativo".* *"Orientações sobre segurança e soberania alimentar - produção para o auto consumo. Orientou-se sobre envelhecimento saudável".*
Comercialização (Mercados institucionais/feiras)	*"Incentivo a diversificação da produção e pequenas criações como fonte de alimentação saudável para a família, bem como fonte de renda através do PNAE. foi tratado sobre saneamento básico, acúmulo de lixo ao redor da casa e boas práticas para manipulação dos alimentos".* *"Visita técnica para planejamento da unidade de produção de panifício, geleias e temperos para comercialização nas feiras da região".*
Práticas agroecológicas	*"Família foi orientada sobre a importância da alimentação saudável (consumo de batata doce, feijão, leite, verduras, frutas, evitar o excesso de sal e gordura), dando preferência para produtos agroecológicos, sem o uso de agrotóxicos. Foi entregue material explicativo".* *"Orientação sobre produção orgânica para qualidade de vida da família e garantia de saúde, alimentação saudável para a família. Foi falado sobre a importância do horto medicinal como prevenção de várias doenças".*

(continuação)

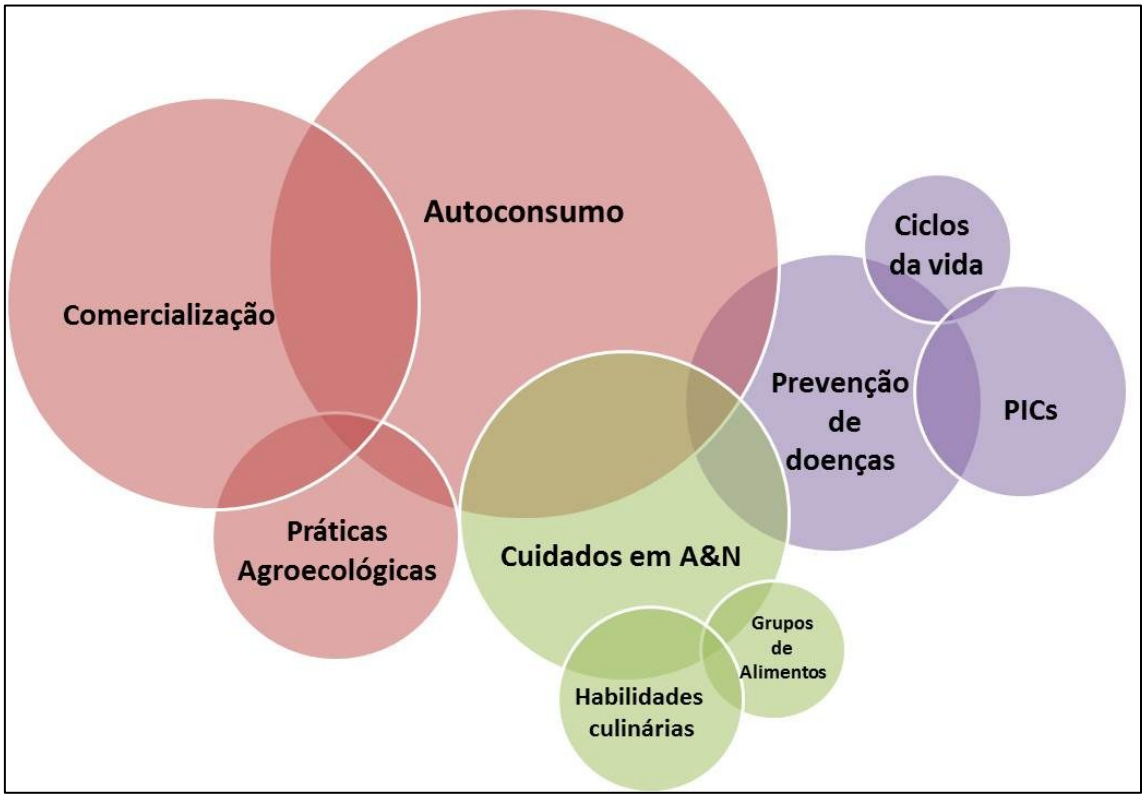
Produção de Cuidados em Saúde	
Prevenção de doenças	*“Conversamos sobre as condições de saúde da Dona Maria, sendo que ela informou que está se tratando de uma anemia e precisava de orientações. Orientei sobre a importância da alimentação adequada (carnes, principalmente fígado, vegetais verdes e feijões), dicas de aproveitamento de alimentos".* *"Orientações para um hipertenso; alimentação saudável rica em fibras. Cuidados na alimentação para não aumentar o nível de glicose no sangue. Também dialogamos sobre cuidados com o uso de agrotóxicos".*
PICs	*"Dialogado sobre saúde, de como devemos cuidar da alimentação para que esta seja de qualidade e saudável, buscando sempre manter uma alimentação de forma equilibrada. Foi tratado sobre os modos de uso das ervas medicinais de forma preventiva".* *"Na ocasião reuniram-se as mulheres do assentamento para falar sobre meios alternativos relacionados à saúde da mulher, a base da fitoterapia. Foi discutido sobre alimentação saudável e dialogado sobre as receitas com plantas medicinais para tratamento de vários tipos de doença".*
Saúde nos ciclos de vida	*"Cuidados especiais com a saúde preventiva das crianças, clima destemperado, dicas de ervas medicinais indicadas para determinadas doenças. Diálogo sobre alimentação infantil".* *"Tratamos da importância da horta doméstica para a alimentação e saúde da família, em especial da mulher que faz tratamento de saúde. Foi entregue prescrição do plano alimentar (dieta)".*

(conclusão)

Alimentação Adequada e Saudável	
Cuidados em Alimentação e Nutrição	*"Orientações sobre cuidados com a saúde, alimentação saudável, foram orientados a diminuir os temperos prontos, como os industrializados, por causa dos problemas de colesterol e pressão arterial".* "Foi passado um filme e logo após ocorreu uma discussão sobre segurança e soberania alimentar onde foi falado sobre os alimentos industrializados e os alimentos produzidos no próprio lote sem uso de agrotóxicos. Tratamos sobre cuidar da alimentação para ter saúde".
Habilidades culinárias	*"Oficinas de aproveitamento de alimentos como: conservas, doces em pasta para aproveitamento das frutas e verduras".* *"Dialogamos sobre preservar a diversificação de alimentos existentes como o pinhão, a jabuticaba e a erva mate. Também dialogamos em diversificar mais para garantir alimentos em outras épocas do ano. Agendamos a oficina sobre frutas nativas".*
Grupos de alimentos/valor nutricional	*"Foi dialogado sobre a importância de alguns cuidados com a saúde. Também foi orientada sobre a necessidade de buscar ter uma alimentação saudável, livre de veneno, balanceada e com valor nutricional. Foi tratado do valor nutricional dos grupos de alimentos".* *"Divulgação e conscientização dos grupos alimentares que deveriam ter um maior consumo, baseado numa alimentação balanceada, os níveis que cada alimento apresenta para saúde".*

Fonte: elaborado pela autora.

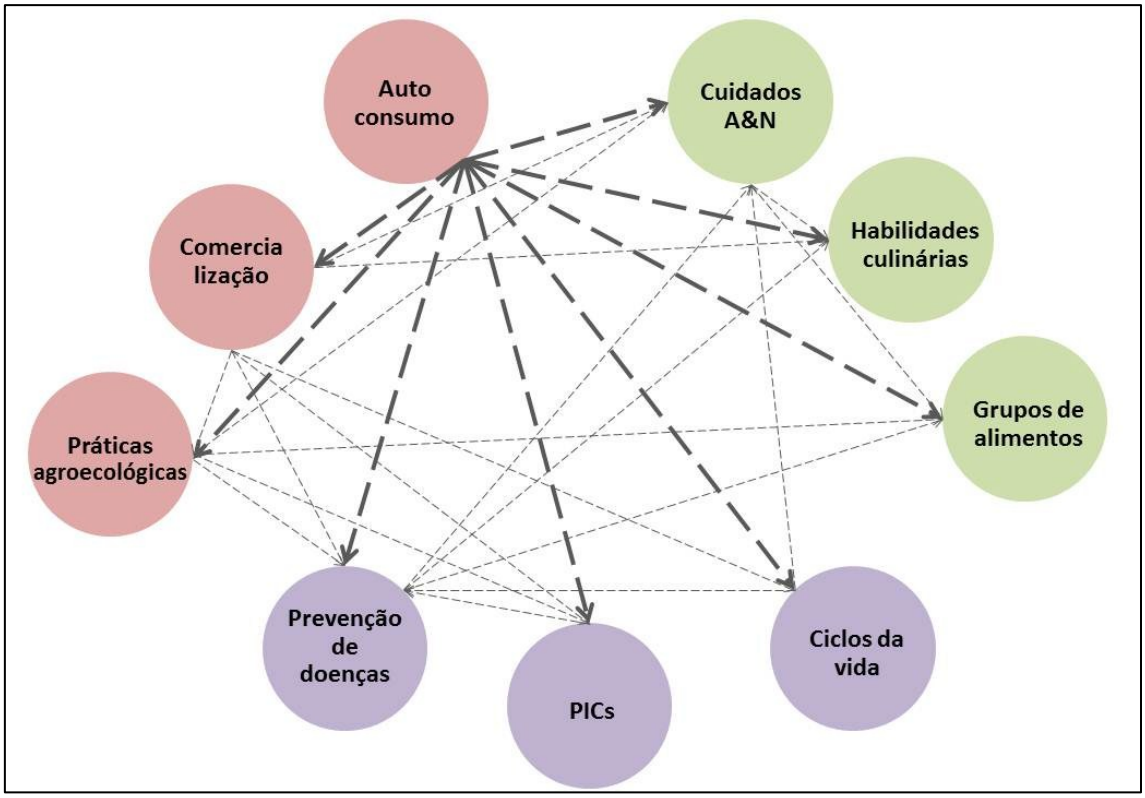
Figura 2 Relação, nós e forças presentes entre as categorias emergentes das práticas em Educação Alimentar e Nutricional na ATES, RS, Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de ATES (Sama) (2010-2014).



PICs: Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (usos de ervas, plantas medicinais e condimentares, fitoterapia).
Cuidados em A&N: Cuidados em Alimentação e Nutrição.

Fonte: elaborado pela autora.

Figura 3 Fluxograma de rede de relação entre as categorias emergentes das práticas em Educação Alimentar e Nutricional na ATES, RS, Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de ATES (Sama) (2010-2014).



PICs: Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (usos de ervas, plantas medicinais e condimentares, fitoterapia).
Cuidados A&N: Cuidados em Alimentação e Nutrição.

Fonte: elaborado pela autora.

Discussão

Dos oito documentos analisados, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Brasil, 2004), juntamente com o Manual Operacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Incra, 2008a), são aquelas que apresentam as normas e diretrizes, em âmbito nacional, para a execução dos serviços de ATES.

O *Manual Operacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária* (Incra, 2008a) é um documento orientador das atividades relacionadas à ATES e integra a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. A Pnater expõe, como um de seus objetivos específicos, a realização de ações de assistência técnica e extensão rural que auxiliem a garantia da SAN. A Política

aponta, como diretriz de ação, a qualificação da produção de alimentos saudáveis e seguros e, como orientação estratégica, o apoio e o incentivo à SAN. Muito embora a Política não mencione o planejamento estratégico a ser adotado para o cumprimento das diretrizes, em um Plano de ATES, por exemplo, tais normativas dialogam com pressupostos das políticas públicas, como a Pnsan (Brasil, 2011) e a Pnan (Brasil, 2012b) e seus planos diretivos.

A Pnater alterou substancialmente os marcos conceituais para a ação extensionista, orientando para novas formas de atuação, participação e intervenção junto aos agricultores, por entender a necessidade de outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura; a Política definiu claramente o público-alvo da ATES/ATER e apresentou propostas de ação em conformidade aos preceitos do desenvolvimento sustentável e da segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2004).

Ao analisar os Projetos Básicos de ATES/RS, identifica-se que as normas contidas nos documentos nacionais tiveram impacto nos documentos estaduais, visto que os objetivos específicos do Projeto Básico de ATES/RS para 2008-2011 propuseram

> promover a SAN, com a conscientização da importância de uma boa alimentação para a manutenção da saúde, através do estímulo à instalação e ao consumo de produtos da horta caseira agroecológica, formada por plantas medicinais, condimentares e olerícolas; encorajar a proteção à saúde através de mudanças nos hábitos e da compreensão das atitudes diárias como mecanismos de promoção do saneamento básico a baixo custo, manutenção da segurança dos alimentos consumidos, provimento de água potável segura através do acesso a fontes de água limpa, redução da incidência de doenças e infecções, em especial as zoonoses, através de educação sobre os mecanismos de disseminação de doenças e seu controle (Incra, 2008b, p. 7).

No que concerne ao estabelecimento de metas contratuais a serem realizadas pelas prestadoras dos serviços de ATES, o mesmo documento apresenta a meta nº 05, para ações de caráter coletivo:

> realização de atividades multidisciplinares, discutindo questões sobre alimentação adequada e pirâmide dos alimentos. Sugestão de atividade: horta coletiva, ciclo de palestras, oficinas com alimentos, visitas técnicas (Incra, 2008b, p.18).

A pactuação das novas metas, nos Projetos Básicos de 2011 e 2012, apresenta proposição de atividades educativas no campo da SAN referente à qualidade dos alimentos no que tange às boas práticas de manipulação.

Ademais, no âmbito estadual, há os documentos que elaboram as metas a serem executadas pelas prestadoras de ATES. Cabe ressaltar que o Programa de Ates, no RS foi criado em 2004 e passou por uma série de experimentações de modelos operacionais, tendo sido operacionalizado por meio de convênios, entre os anos 2004-2010 e, posteriormente, por meio de contratos entre Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e prestadoras dos serviços de assessoria técnica e extensão rural. Ao operar mediante a modalidade contrato, ficaram estabelecidas as descrições dos serviços a serem executados, juntamente com especificações da natureza dos serviços contratados.

Dalbianco e Neumann (2012) e Zarnot et al. (2012) descrevem as diferentes propostas de metas formuladas no período de contratos da ATES /RS, observando que, em um período de dois anos, houve cinco versões de documentos propostos para definir as metas contratuais. Essas reformulações mostram o grau de complexidade envolvida na definição de normas no âmbito da Extensão Rural. Os autores ainda observam que o uso de contratos requer uma clareza na descrição de qual serviço deve ser executado, definindo o perfil dos profissionais desejados para realizar a assessoria, as metodologias de trabalho a serem adotadas, assim como as metodologias de planejamento e avaliação, além dos valores e das concepções das prestadoras dos serviços contratados.

Ao verificarem-se as normas de ATES e analisar como elas orientam as ações em educação alimentar e nutricional, observa-se que o sistema de metas contratuais define, em grande medida, a frequência e o modo como são executadas as atividades. Entretanto, existe uma quantidade de atividades que são desenvolvidas com base em diagnóstico, planejamento e avaliação regionais, as quais são definidas a partir da participação social em nível de Conselho Regional e especificas de cada localidade.

Observa-se que temas como a Segurança Alimentar e Nutricional estão relacionados à produção diversificada, principalmente para o abastecimento familiar, e o tema da Produção de Cuidados em Saúde relaciona-se com questões como prevenção de doenças (controle e redução), a questões referentes ao saneamento básico e do domínio de conhecimentos e usos de práticas integrativas e complementares em saúde, como fitoterapia, uso de plantas medicinais e condimentares. O tema da Alimentação Adequada e Saudável também esteve presente na análise dos Projetos Básicos de ATES (Incra, 2008b), principalmente

nas questões relacionadas à importância da boa alimentação para a manutenção da saúde, à qualidade sanitária dos alimentos, fazendo referência aos instrumentos de educação alimentar e nutricional propostos em âmbito nacional do período (2008-2012), ao exemplo do *Guia Alimentar para a População Brasileira* (Brasil, 2008).

O reconhecimento do campo da alimentação nas políticas públicas dos setores saúde e segurança alimentar e nutricional foi identificado nos documentos. A segurança alimentar e nutricional foi um tema identificado em todos os documentos analisados, observando-se a relação entre os objetivos da Assistência Técnica e Extensão Rural no que concerne à garantia de acesso aos alimentos.

A partir da análise dos documentos mais recentes da ATES, como o Documento orientativo para a execução do Programa de ATES (Incra/UFSM, 2014) e as Diretrizes e métodos para a dimensão social na ATES (Incra/ UFSM, 2015), observou-se a referência ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE/MEC, 2006), explicitando a importância do Programa na garantia da alimentação adequada e saudável

> apoio às organizações para a manutenção e ampliação no número de agricultores, na participação através dos canais de comercialização institucional (PAA, PNAE, Compras Institucionais). Esta ação, além de representar um caráter histórico inovador, dentro do contexto de construção das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, vem se afirmando como programa de acesso à alimentação adequada e saudável e um instrumento de política agrícola (Incra/UFSM, 2014, p. 21).

Ao analisar as práticas em EAN a partir do Sama, verificou-se uma complexidade maior de categorias do que aquelas presentes nos documentos normativos. Esse achado pode ser compreendido a partir de duas leituras. A primeira diz respeito à própria natureza dos contratos de ATES, que possibilitaram que cada prestadora de serviços contemplasse uma quantidade de atividades de acordo com a demanda local das famílias, identificadas como metas regionais. Em grande medida, esse modo operacional dos contratos possibilitou que o trabalho em ATES fosse direcionado a partir das concepções teóricas de cada prestadora e de sua equipe (avaliada no ato da contratação pública) e que os conteúdos das atividades fossem construídos e reconhecidos juntamente com os sujeitos locais.

A segunda leitura diz respeito à própria análise (interna) dos Projetos Básicos de ATES uma vez que esse documento apresentou três versões, contendo repactuações de metas. Nesse sentido, a própria metodologia de gestão da ATES

possibilitou que os agentes envolvidos qualificassem as ações propostas, ou seja, as metas, as normas. Essa avaliação se deu no âmbito da Assessoria Técnica Pedagógica de ATES, a qual analisou o conteúdo e as metodologias das práticas a serem executadas por meio de ferramentas de apoio como Sistematizações de Experiências, Sistema Integrado de Gestão Rural da Ates e Unidades de Observação Pedagógica (Neumann et al., 2012; Zarnot et al., 2012).

Uma das categorias que se fez presente tanto na orientação quanto na execução das práticas foi o autoconsumo. Essa categoria apresentou frequência de 47,03% das práticas em EAN na ATES entre 2010-2014.

Para fins de análise e interpretação da categoria autoconsumo, todo tipo de prática em EAN relacionada à promoção da produção agropecuária para consumo alimentar pela própria família abrange termos usuais, como autossustento, diversificação da produção, abastecimento familiar ou mesmo sustento familiar. Cabe ressaltar que autores clássicos dos estudos rurais, como Chayanov (1974) e Wolf (1976), já destacavam a importância desta prática na organização produtiva e econômica dos camponeses. Estudiosos como Cândido (1964), Brandão (1981), Garcia Jr. (1983; 1989), Woortmann e Woortmann (1997) também se debruçaram aos estudos sobre a temática em camponeses brasileiros.

O autoconsumo tem sido *lócus* de estudo das relações entre agricultura familiar e SAN, essencialmente em sua relação com a superação da pobreza rural e garantia de alimentação adequada e saudável. Grisa et al. (2010) consideram que o autoconsumo está imbricado num complexo conjunto de elementos, dentre os quais se destacam: características da unidade familiar (composição, ciclo demográfico); condições técnicas de produção (acesso a terra, área total, acesso ao crédito, capital disponível) e produção agropecuária; diferentes fontes de renda (previdência social, atividades não agrícolas, renda agrícola e total); repertório cultural; dinâmica da agricultura familiar local; proximidade aos mercados e preço dos alimentos; incentivo externo (assistência técnica e extensão rural); acesso aos meios de comunicação, eletrodomésticos e aos alimentos “prontos”. Os autores apontam que nem todos os elementos interferem ao mesmo tempo e em todas as unidades familiares, contudo, são fatores que influenciam a presença de produção para abastecimento familiar.

Grisa et al. (2010) chamam a atenção para a relação de complementariedade entre as práticas de produção para o autoconsumo e para o mercado. Essa relação

se estabelece à medida que a produção para autoconsumo gera excedentes que são disponibilizados para outros consumidores, assegurando sua segurança alimentar e nutricional. Além disso, o fortalecimento das cadeias curtas e de proximidade favorece a interconexão entre a produção para o autoconsumo e a inserção de parte dessa produção nos mercados.

Os resultados deste estudo foram ao encontro do que observou Grisa et al. (2010), na medida em que as categorias emergentes das práticas em EAN Autoconsumo (47,03%) e Comercialização (Mercados institucionais/Feiras) (17,95%) se interconectaram. A força de relação entre essas duas categorias pode ser compreendida pela forte orientação normativa, presente tanto nos documentos de abrangência nacional, como Pnater (Brasil, 2004) e Manual Operacional de ATES (Incra, 2008a), como nos de abrangência estadual, como o Projeto Básico de ATES /2008 (Incra, 2008b) e Documento orientativo para a execução do Programa de Ates/2014 (Incra/UFSM, 2014).

A concepção acerca da SAN, presente nos documentos normativos da ATES, situa-se ordinariamente na relação entre produção agropecuária, de origem agroecológica, para abastecimento alimentar e produção de excedente para comercialização. Na análise sobre as práticas em EAN relativas à produção para autoconsumo e a prática agroecológica, constatou-se que há interlocução entre a garantia de produção de alimentos agroecológicos e a promoção da alimentação adequada e saudável. A prática agroecológica apresentou 5,45% das práticas em EAN e se relacionou com ações de promoção à AAS, principalmente em ações que descreviam atividades educativas, no que concerne ao conhecimento sobre a "*importância de alimentação livre de agrotóxicos*" (descrição contida no registro de práticas em EAN no Sama).

Estudos da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA, 2010) localizam cinco interfaces entre a agroecologia e a SAN: diversificação da produção de alimentos e agrobiodiversidade; estabelecimento de novas relações de mercado; resgate de culturas alimentares; educação alimentar e nutricional; e políticas públicas e mercados institucionais. A própria Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2011) expõe diretrizes que privilegiam os circuitos curtos de produção, distribuição e consumo alimentar com base na matriz agroecológica, assim como o *Guia Alimentar para a População Brasileira*, que propõe o não consumo de alimentos ultraprocessados, tendo em vista os impactos ambientais,

culturais e sociais gerados por eles, com ênfase na redução da biodiversidade (Brasil, 2014).

Sob a perspectiva da garantia de modos de produzir alimentos saudáveis e sustentáveis, Maluf et al. (2015) apresentam análise dos elos entre agricultura e nutrição no contexto dos programas e ações de promoção da SAN no Brasil. Os autores destacam que os modelos dominantes de produção e consumo de alimentos marcados pela agricultura fortemente baseada em produções de larga escala e monoculturas altamente mecanizadas se relacionam com as tendências atuais para dietas alimentares monótonas e fortemente baseadas em produtos alimentares ultraprocessados.

Nesse sentido, uma agricultura sensível à nutrição buscaria articular aspectos agrícolas, ecológicos e socioeconômicos, vinculando, de uma forma importante, pelo menos, três dimensões:

a) diversificação da produção de alimentos e agrobiodiversidade promovida, principalmente, por meio da agricultura camponesa e familiar;

b) resgate de culturas alimentares e promoção da educação alimentar e nutricional;

c) construção de novas relações com os mercados, considerada um componente estratégico na medida em que mercados agroecológicos estreitam as relações entre produtores e consumidores, que representam espaços educativos para intercâmbio de conhecimentos e cultura de alimentos.

Agricultura produtiva, diversificada e ecológica e socialmente sustentável tem sido reconhecida como fundamental para influenciar na promoção da alimentação adequada e saudável (Jones; Ejeta, 2016). Nesse sentido, existe ampla e consistente evidência científica que apoia a orientação de consumo de alimentos variados e diversificados, produzidos com base na agroecologia, que promovem saúde.

Na análise dos documentos normativos da ATES, observou-se que a promoção da AAS é uma das metas reconhecidas no Projeto Básico de ATES e de elaboração de Plano de Desenvolvimento de Assentamentos e Plano de Recuperação de Assentamentos (Incra, 2008a). O Projeto aborda, na descrição da meta de trabalho de ATES, a realização de atividades multidisciplinares em que se dialogue sobre temas como alimentação adequada, sugerindo o uso de instrumento

de educação alimentar e nutricional oficialmente construído na Política Nacional de Alimentação e Nutrição vigente no período.

As práticas em EAN analisadas na ATES foram ao encontro da orientação da Pnan, que conceitua a promoção da AAS como

> prática alimentar apropriada aos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos, bem como ao uso sustentável do meio ambiente; referenciada pela cultura alimentar; acessível do ponto de vista físico e financeiro; baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis (Brasil, 2012b, p.31).

Cuidados em Alimentação e Nutrição, Habilidades Culinárias e Grupos de alimentos/valor nutricional foram categorias inclusas no tema da AAS. Verificou-se que as práticas em EAN relacionadas à categoria Habilidades Culinárias estiveram presentes em todos os anos analisados, entretanto, houve mudança no método e no conteúdo proposto nas práticas executadas. Pode-se identificar que, nos dois últimos anos (2013 e 2014), houve aumento de registros de práticas culinárias que promovem o resgate da cultura alimentar local, bem como do resgate de receitas que utilizam alimentos da biodiversidade regional, com enfoque no conhecimento das comunidades para a construção dos espaços de formação.

As práticas envolvendo habilidades culinárias foram empregadas desde há muito tempo na extensão rural, principalmente sob o viés do domínio doméstico da mulher, tendo as oficinas culinárias como espaços de socialização. A partir da análise das práticas em EAN, verifica-se que temas como aproveitamento integral de alimentos, técnicas de congelamento, cozimento e armazenamento foram, paulatinamente, sendo reduzidos e outros, como usos de alimentos nativos, crioulos e de produção própria, foram sendo incorporados nas práticas analisadas. Além desses temas, a valorização do saber fazer culinário e do próprio alimento *in natura* foram temas emergentes na análise das práticas em EAN, especialmente nos anos de 2013 e 2014.

Esse cenário pode ser interpretado por meio da compreensão da própria história da Extensão Rural, tendo-se em vista que, desde a criação das primeiras instituições de Extensão Rural no Brasil – Associações de Crédito e Assistência Rural, entre 1948 e 1956 –, tem-se o direcionamento para a introdução de novas técnicas de agricultura e economia doméstica, inclusas no bojo da Revolução Verde. Nesse sentido, a Extensão Rural era desenvolvida por um técnico em Ciências

Agrárias e uma mulher capacitada a atuar no campo da Economia Doméstica. Esse modo de trabalho se manteve até recentemente: os técnicos (homens) tratando das questões da produção agrícola, e as extensionistas sociais (mulheres) atendendo a questões referentes ao âmbito doméstico-familiar, nas quais os temas da alimentação e da cozinha eram tratados, refletindo a divisão de gênero contida tanto na natureza do trabalho dos extensionistas quanto no público assessorado (Siliprandi, 2002).

O crescimento dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil e o fortalecimento das políticas públicas, em um contexto de democratização da sociedade fez com que o trabalho do extensionista rural fosse pautado por princípios e metodologias participativas e geradoras de autonomia – distintas daquelas da Revolução Verde (Siliprandi, 2002). Outrossim, os modos de promover saúde por meio da alimentação adequada e saudável foram se modificando à medida que foram introduzidas temáticas como a valorização do saber-fazer culinário e do próprio alimento *in natura,* em detrimento ao produto alimentar “moderno”, ultraprocessados (Monteiro et al., 2013).

A partir da análise das práticas em EAN na ATES, observam-se categorias emergentes no campo da Produção do Cuidado em Saúde, como as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, os cuidados em Saúde nos Ciclos de Vida e a Prevenção de doenças. Essas três categorias expressam práticas em EAN quando relacionam o alimento e a comida como elemento central nas ações desenvolvidas pelos extensionistas junto aos agricultores.

Nesse sentido, Carneiro et al. (2012), em estudo sobre os contextos da promoção da saúde em comunidade rural do Distrito Federal, observaram a percepção de agricultores sobre condições de vida, ambiente e trabalho. Os autores verificaram que alimentação apareceu como item de primeira importância tanto no campo de reconhecimento da promoção da vida quanto no campo das ameaças. Os autores concluíram que o paradoxo existente à proporção que a população reconhece a diversidade de produção, especialmente da produção para o abastecimento familiar, como potencializadora da promoção à saúde, e ao mesmo tempo reconhece que a entrada de produtos alimentares industrializados, pode limitar o acesso aos alimentos *in natura*, resultando em insegurança alimentar e nutricional.

A centralidade do alimento nas práticas relacionadas à produção de cuidados em saúde pode ser visualizada em descrições de trechos de registros como:

> *Dialogado sobre saúde, de como devemos cuidar da alimentação para que esta seja de qualidade e saudável.* (Técnico Extensionista Rural/Engenheiro Florestal – COPTEC).
>
> *Conversamos sobre as condições de saúde [...] importância da alimentação adequada.* (Técnico Extensionista Rural/Técnico Agrícola – CETAP).
>
> *Cuidados na alimentação para não aumentar o nível de glicose no sangue.* (Técnica Extensionista Rural/Nutricionista – EMATER).

Oliveira (2010), Cruz e Menasche (2011) e Ceolin et al. (2011) apontam para a presença cotidiana da transmissão de conhecimentos populares sobre alimentação e saúde em comunidades de agricultores. O processo de significação e ressignificação dos saberes e práticas alimentares estão expressos nos modos de relação do agricultor com seu espaço e com elementos ligados à transmissão dos saberes tradicionais de apropriação e preparação da comida. Nesse contexto, as relações com o alimento expressam a história coletiva e individual dos sujeitos, e também suas relações com a saúde e a doença, com a cultura e com os modos de vida. Assim, a presença de práticas em EAN na Ates, suas relações, nós e linhas fluxo podem expressar a rede de produção de saúde e de segurança alimentar e nutricional, a partir do trabalho em alimentação com as famílias assentadas.

Considerações finais

Considerando a identificação, compreensão e análise das normas, diretrizes e metas contidas nos documentos, bem como das práticas executadas pelos técnicos dos serviços de ATES no RS, observa-se que as políticas e diretrizes da ATES determinaram número mínimo de atividades a serem realizadas por meio de metas estabelecidas nos contratos de serviços. Sobre as práticas em EAN, observa-se que muitos temas contidos nas atividades advinham de demandas das famílias assessoradas, sendo que a ação dos extensionistas se deu, majoritariamente, vinculada à orientação técnica para produção para autoconsumo e comercialização e geração de renda, juntamente com orientação sobre cuidados em alimentação e nutrição e prevenção de doenças.

Autoconsumo, prevenção de doenças e cuidados em alimentação e nutrição foram as categorias que estabeleceram maior relação entre as demais, promovendo um modo de fazer a extensão rural pautado na multiplicidade de elementos presentes na vida das famílias.

Potenciais limitações do estudo podem ser decorrentes da análise de dados a partir de bases de informações de sistemas de registros, que não contemplam informações referentes à população trabalhada. Assim, não se teve acesso aos dados sobre a quem se direcionavam, especificamente, as práticas em EAN.

Ao longo do tempo, a mudança nas normas e nas práticas da ATES se relacionou com o quadro de fortalecimento das políticas públicas – de extensão rural, de alimentação e nutrição, de segurança alimentar e nutricional –, com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que produziu modos de promover educação alimentar e nutricional por meio da introdução e valorização de temáticas emergentes da realidade e, em sintonia com o sistema alimentar local.

Referências

Alves KPS, Jaime PC. Política Nacional de alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança alimentar e Nutricional. Ciência e Saúde Coletiva. 2014; 19(1):4331-40.

Articulação Nacional de Agroecologia (Ana). Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar. In: Rigon SA. Rio de Janeiro: FASE; 2010.

Boog NFC. Dificuldades encontradas por médicos e enfermeiros na abordagem de problemas alimentares. Revista de Nutrição (Campinas). 1999; 12(3):261-72.

Boog NFC. Educação em nutrição: integrando experiências. Campinas: Komedi; 2013.

Brandão CR. Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal; 1981.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília; 2004.

Brasil. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2011/2015. Brasília: MDS, CONSEA; 2011.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2012a.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, DF; 2012b.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a população brasileira. 2a ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2014.

Candido A. Os parceiros do Rio Bonito: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9a ed. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34; 2001.

Carneiro FF, Hoefel M da G, Silva MAM, Nepomuceno AR, Vilela Cleidiane, Amaral FR et al. Mapeamento de vulnerabilidades socioambientais e de contextos de promoção da saúde ambiental na comunidade rural do Lamarão, Distrito Federal, 2011. Rev. bras. saúde ocup. (São Paulo). 2012; 37(125):143-8.

Ceolin T, Heck RM, Barbieri RL, Schwartz E, Muniz RM, Pillon CN. Plantas medicinais: transmissão do conhecimento nas famílias de agricultores de base ecológica no Sul do RS. Rev. esc. enferm. (São Paulo). 2011; 45(1):47-54.

Chayanov AV. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Vision; 1974.

Cruz FT, Menasche R. Do consumo à produção: produtos locais, olhares cruzados. IDEAS. 2011; 5:91-114.

Dalbianco VP. A construção de uma Extensão Rural diferenciada para as famílias assentadas: o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no RS [dissertação]. Santa Maria (RS); Universidade Federal de Santa Maria; 2010.

Dalbianco VP, Neumann PS. Rumos da ATES no RS: em direção à constituição de um sistema descentralizado? In: Diesel V, Neumann PS, Sá VC. Extensão Rural no

Contexto do Pluralismo Institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: Ed. da Unijuí; 2012. p. 107-132.

Feuerwerker LCM. Micropolítica e saúde: produção do cuidado, gestão e formação. Porto Alegre: Rede UNIDA; 2014.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução nº 32 de 10 de agosto de 2006. Estabelece normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília; 2006.

Garcia JR AR. O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Ed. UnB/MCT-CNPQ; 1989.

Gomes R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: Minayo MCS. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 33a ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2013. p.79-107.

Grisa C, Gazolla M, Schneider S. A 'produção invisível' na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. Agroalimentaria. 2010; 16(31):65-79.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Manual operacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária. Norma de execução nº 78, 31 de outubro de 2008; 2008a.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Projeto básico visando à licitação para a prestação de Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), e elaboração de PDA ou PRA para as famílias assentadas no estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre; 2008b.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental de ATES/RS. Termo de Cooperação Técnica UFSM/INCRA: Assessores Técnicos Pedagógicos. Documento orientativo para a execução do Programa de ATES em 2014; 2014.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental de ATES/RS. Termo de Cooperação Técnica UFSM/INCRA, Assessores Técnicos Pedagógicos. Diretrizes e métodos para a dimensão social na ATES/RS**.** Porto Alegre; 2015

Jones A, Ejeta G. A new global agenda for nutrition and health: the importance of agriculture and food system. Bull World Health Organ. 2015; 94: 228-229.

Maful RSJ. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis: Vozes; 2007.

Maluf RS, Burlandy L, Santarelli M, Schottz V, Speranza JS. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. Ciênc. saúde coletiva. 2015; 20(8): 2303-2312.

Merhy E. Saúde: a cartografia do trabalho vivo. 3a ed. São Paulo: Hucitec; 2002.

Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13a ed. São Paulo: Hucitec; 2013.

Monteiro CA, Moubarac J-C, Cannon G; Ng SW, Popkin B. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. Obesity Reviews. 2013; 14(2): 21-28.

Navolar TS, Rigon SA, Philippi JMS. Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde. Revista Brasileira de Promoção da Saúde. 2010; 23(1): 69-79.

Neumann PS, Zarnott AV, Dalbianco VP, Carmo LEA do, Chies JJ. A experiência do Projeto dos Articuladores no Rio Grande do Sul. In: Diesel V, Neumann PS, De Sá VC, organizadores. Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos seviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: Ed. Unijuí; 2012. p. 203-230.

Oliveira N. O campo das práticas e saberes alimentares a partir da agricultura familiar. Revista Extensão rural. 2010; ano XVII, 20:113-146.

Siliprandi E. Desafios para a extensão rural: o ‘social’ na transição agroecológica. Revista de agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. 2002; 3(3):38-48.

Uchimura KY, Bosi MLM, Lima, FEL de, Dobrykopf, VF. Qualidade da alimentação: percepções de participantes do programa bolsa família. Ciência & Saúde Coletiva. 2012; 17(3):687-94.

Wolf E. Sociedades camponesas. 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar; 1976.

Woortmann EF, Woortmann K. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília; 1997.

Zarnot AV, Diesel V, Carmo LEA do, Moraes, CS. Et Al. Contratando serviços de ATES: o desafio de elaboração de metas contratuais. In: Diesel V, Neumann PS, De Sá VC, organizadores. Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos seviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: Ed. Unijuí; 2012. p. 159-186.

Quadro 2 Suplemento A. Temas emergentes e caracterização dos documentos normativos da Ates/Ater, RS, 2016.

(continua)

Documento	Abrangência/ Instituição /Data	Caracterização do material	Caracterização do conteúdo	Temas emergentes Categorias analítico-interpretativas
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	Nacional/ Ministério do Desenvolvimento Agrário/2004	Aborda objetivos, princípios e diretrizes para as ações em Extensão Rural no Brasil.	Processos educativos permanentes e continuados. 1º objetivo específico: Contribuir para garantia de SAN 2ª orientação estratégica: Incentivar e apoiar SAN.	Segurança Alimentar e Nutricional (como objetivo da Política)
Manual Operacional de ATES	Nacional/ Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/2008	Orienta e apoia às atividades junto às famílias assentadas da reforma Agrária	IV princípio do Programa de Ates: promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade ambiental das áreas de assentamento, tendo em vista a efetivação dos direitos fundamentais do(a) trabalhador(a) rural e a perspectiva do desenvolvimento territorial. Objetivo geral do Programa de Ates: prestar assessoria técnica, social e ambiental às famílias, tornando-as unidades de produção estruturadas, com *segurança alimentar e nutricional*, inseridas no processo de produção e voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e solidário.	Segurança Alimentar e Nutricional (como princípio e objetivo do Programa)

(continuação)

Projeto Básico de ATES e de elaboração de PDA[1] e PRA[2]	Estadual/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/2011	Repactuação das metas para 2011	Ação 1: Desenvolver atividades educativas todos os meses nas escolas do Núcleo Operacional, abordando SAN.	Segurança Alimentar e Nutricional
Projeto Básico de ATES e de elaboração de PDA e PRA	Estadual/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/2012	Repactuação metas para 2012	Desenvolver atividades sobre boas práticas de manipulação de alimentos.	Segurança Alimentar e Nutricional - qualidade dos alimentos
Documento orientativo para a execução do Programa de ATES/2014	Estadual/ Assessores Técnicos Pedagógicos/ Universidade Federal de Santa Maria/ Incra/2014	Elaborado e sistematizado pela equipe dos Assessores Técnicos Pedagógicos da Ates/RS com base no Projeto Básico da chamada pública da Ates/2014 e no Conselho Estadual da Ates.	Documento com objetivo de orientar o Programa de Ates para a execução do contrato de 2014, a partir de uma descrição e explicação detalhada das metas estaduais, regionais, ações complementares e ações de capacitação e supervisão das prestadoras de serviços de Ates. Objetivo do Programa de Ates: melhorar a segurança alimentar e nutricional	Segurança Alimentar e Nutricional - produção diversificada - garantia de acesso à alimentação adequada e saudável Mercados institucionais - geração de renda - acesso à alimentação adequada e saudável

(conclusão)

Diretrizes e métodos para a dimensão social na ATES	Estadual/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/2014	Documento formulado pelos Assessores Técnicos Pedagógicos de Ates no RS, para ser usado na formação para técnicos extensionistas na reforma agrária; "indicação de ações e métodos prioritários para planos de ação das equipes com as famílias".	Propõe 6 eixos de ação: *Soberania e Segurança Alimentar; Promoção da Saúde*; Educação e organização social; Acesso e garantia de direitos; Geração de renda, gestão da produção, *processamento e comercialização*; Cultura, esporte e lazer. Estimular: a autonomia das famílias por meio da produção de alimentos agroecológicos saudáveis para autoconsumo; processamento e abastecimento local.	Segurança Alimentar e Nutricional - produção diversificada - agroecologia - gestão da produção, processamento e comercialização dos alimentos Produção de cuidados - Alimentação Adequada e Saudável - construção de hábito alimentares saudáveis.

1 – Planos de Desenvolvimento de Assentamentos.
2 – Planos de recuperação de Assentamentos.
Fonte: elaborado pela autora.

4.3 ARTIGO 3

PERCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM EXTENSIONISTAS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Resumo

Trata-se de estudo com abordagem qualitativa, cujo objetivo foi analisar a percepção de extensionistas rurais sobre a educação alimentar e nutricional em sua prática de trabalho. A produção de dados se deu por meio de 18 entrevistas, realizadas individualmente com extensionistas rurais das prestadoras de serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental para assentamentos da reforma agrária do Rio Grande do Sul. A análise dos dados foi realizada a partir da audição, transcrição, impregnação do material produzido e compreensão das categorias emergentes com auxílio do software NVivo for Windows 10. O procedimento de tratamento dos dados foi fundamentado no método de interpretação de sentidos, baseados em princípios hermenêutico-dialéticos. A compreensão e a estrutura de significações da EAN foram visualizadas sob três eixos, sendo as categorias emergentes: reconhecimento e não reconhecimento da EAN na ATES; a EAN como um dos temas da dimensão "social" da ATES; a EAN como sinônimo de SAN.

Percepção; Educação alimentar e nutricional; Extensão rural; Segurança alimentar e nutricional

Introdução

A extensão rural no RS segue o cenário institucional nacional, orientado pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) [1], na qual o Estado cumpre o papel de coordenar e financiar a oferta de serviços de extensão rural, participando do controle e não de sua execução. A Política foi construída para atender exclusivamente o público categorizado como agricultores familiares a partir do desenvolvimento do campo baseado na sustentabilidade e nos preceitos da agroecologia. Tem como pressuposto uma orientação técnica baseada nas metodologias participativas com a intenção de promover o desenvolvimento endógeno dos agricultores.

Nos marcos da PNATER, foi criado o Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental para os Assentamentos da Reforma Agrária (ATES) em 2004. No caso do estado do RS, a ATES garante a cobertura da totalidade das famílias assentadas. Estruturalmente, o

Programa se organiza por gestão pública pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e controle social pelo Conselhos da ATES, agentes públicos de assessoria ao Programa pelos Assessores Técnicos Pedagógicos (ATPs), agentes públicos executores pelas prestadoras de serviços de ATES. No estado, o Programa de ATES é composto por 20 equipes técnicas, com 147 extensionistas, 10.958 famílias, 302 assentamentos, em 83 municípios [2,3].

Firmando-se em Freire [4], compreende-se a ação extensionista com pressupostos educativo-comunicativos. Estando nesse contexto, os serviços de ATES baseiam-se no contato entre pessoas, na busca para educação de modo que, ao realizar a extensão rural, trata dos diversos elementos do cotidiano dos agricultores.

Reconhecendo a educação alimentar e nutricional como campo interdisciplinar [5,6], estando os serviços de extensão rural ocupados com os modos de geração de conhecimento e de protagonismo dos agricultores no sistema alimentar, o objetivo deste artigo foi analisar a percepção de extensionistas rurais sobre a educação alimentar e nutricional em sua prática de trabalho.

Percurso metodológico

Trata-se de estudo com abordagem qualitativa, envolvendo a produção de dados a partir de entrevistas individuais, as quais visaram apreender os sentidos das práticas reconstruídas pelos sujeitos de estudo. Desse modo, trabalharam-se as dimensões de percepções, significados e sentidos sobre a educação alimentar e nutricional no trabalho da ATES para a Reforma Agrária no estado do RS.

A seleção dos indivíduos seguiu metodologia proposta por Ritchie et al. [7] para amostragem propositiva, buscando captar pessoas de todos os segmentos que se relacionam com o trabalho da ATES no RS, sendo sujeitos do estudo aqueles que estavam vinculados às instituições na ocasião da produção de dados.

Foram realizadas 18 entrevistas, entre novembro de 2015 e abril de 2016, com um gestor público da coordenação estadual do Programa de ATES (INCRA), seis Assessores Técnicos Pedagógicos (Universidade Federal de Santa Maria/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), coordenadores e técnicos extensionistas rurais das prestadoras de serviços de ATES (quatro entrevistados do Centro de Tecnologias Alternativas

e Populares/CETAP; dois entrevistados da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos/COPTEC; cinco entrevistados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/EMATER). Desses entrevistados, foram inclusos profissionais com formação em agronomia, pedagogia, nutrição, serviço social, técnico agrícola, tecnólogo em agroecossistemas e em desenvolvimento. Os entrevistados tinham entre dois e oito anos de atividade enquanto extensionistas rurais na ATES no RS.

Foi realizado pré-teste do roteiro de entrevista em local e com sujeitos de estudo distintos daqueles da pesquisa. As questões estruturaram-se a partir de eixos sobre as características e demandas do trabalho e acerca da percepção sobre a educação alimentar e nutricional no cotidiano do trabalho da ATES.

O processo de entrevistas foi contínuo até que a investigadora atinjisse a saturação de dados, utilizada como elemento de medida para o entendimento da pesquisadora sobre os temas estudados e não somente de repetições nas falas dos sujeitos entrevistados. Para dar apoio à técnica de saturação de dados, as entrevistas foram transcritas tão logo haviam sido realizadas [7].

A análise dos dados foi realizada a partir de quatro etapas: 1) audição das narrativas gravadas e leitura do diário de campo; 2) análise a partir da transcrição e leitura vertical do material produzido; 3) impregnação de temas, cultura, universo simbólico e representações sociais atribuídas às experiências introjetadas de cada sujeito entrevistado; 4) e a análise horizontal da totalidade das entrevistas a fim de analisar os temas previstos e os temas emergidos das narrativas.

Na análise, buscou-se identificar as narrativas descritivas e as narrativas interpretativas; relato de fatos e exposição de valores. Conforme aponta Canesqui [8], a diferença entre a análise narrativa e as outras formas de produção de dados qualitativos está exatamente na centralidade na maneira como as pessoas narram suas histórias, que são tomadas como um todo e interpretadas dentro do contexto no qual foram geradas.

O procedimento de tratamento dos dados foi fundamentado no método de interpretação de sentidos, baseados em princípios hermenêutico-dialéticos. Segundo Gomes [9], esse método busca interpretar os contextos, as razões e as lógicas de falas, ações e inter-relações entre grupos e instituições. O princípio hermenêutico propõe uma análise compreensiva, mais do que explicativa dos fenômenos a partir da história concreta dos sujeitos.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa FSP/USP sob número CAAE 50953815.9.0000.5421.

Resultados e discussão

As entrevistas proporcionaram analisar dados semelhantes e, ao mesmo tempo, muito heterogêneos. Os significados e os sentidos atribuídos à educação alimentar e nutricional nos serviços de ATES foram categorizados a partir das narrativas descritivas e das narrativas interpretativas.

Nas primeiras, os informantes constataram ações de seu fazer cotidiano, desenvolveram pensamentos e discursos que já estavam elaborados *a priori*. Na segunda categoria, os sujeitos entrevistados reelaboraram os temas questionados, interpretaram sua própria realidade com vistas a responder o que foi proposto. Nesse sentido, algumas narrativas falam por si, expressando fortemente algum tema que foi possível de ser refletido anteriormente ou algo que é muito rotineiro. Geralmente, as narrativas interpretativas foram expressas a partir de uma reelaboração de práticas sutis, que podem não ter sido refletidas antes do momento da entrevista ou que fazem parte de algum tema que precisa ser analisado/reelaborado pelo entrevistado, para que, então, seja dito ao entrevistador.

Assim, os resultados apresentados são decorrentes de compreensão, significados e sentidos do que e de como é a educação alimentar e nutricional para os atores sociais envolvidos na ATES no RS.

Educação alimentar e nutricional na ATES

A compreensão e a estrutura de significações da EAN foram visualizadas sob três eixos, sendo as categorias emergentes: reconhecimento e não reconhecimento da EAN na ATES; a EAN como um dos temas da dimensão “social” da ATES; a EAN como sinônimo de SAN.

Reconhecimento e não reconhecimento

O reconhecimento e os significados da presença de educação alimentar e nutricional na ATES foram enunciados em todas as narrativas dos técnicos extensionistas das prestadoras de serviços de ATES. Narrativas de gestores e assessores técnicos pedagógicos também reconheceram a educação alimentar e nutricional, entretanto, deste último grupo, três entrevistados não reconheceram, em suas narrativas, a presença de práticas, planos ou propostas de ação relacionadas à EAN na ATES.

O reconhecimento da educação alimentar e nutricional foi relacionado diretamente com abordagens de extensão rural que privilegiavam o lugar da relação agricultura-alimentação. Nesse sentido, logo quando o informante compreendia seu cotidiano e elaborava seu diálogo na entrevista, eram estruturados elementos de conexão entre a) modelo de produção centrado em alimentos e, para isso, foram expressas abordagens de trabalho com a produção diversificada de alimentos para abastecimento familiar; b) trabalho ligado à comercialização direta agricultor-consumidor, sendo enunciadas abordagens de trabalho com feiras, mercados institucionais e agroindústrias familiares rurais; c) educação para as diversas possibilidades de usos culinários e de processamentos (agroindustriais familiares) dos alimentos; d) educação para o comer, com elementos discursivos da alimentação saudável, equilibrada e segura. Algumas narrativas podem ser visualizadas no quadro 1.

A estrutura de identificação da educação alimentar e nutricional foi construída por meio de narrativas que elencavam argumentos muito particularizados de padrões de trabalho para justificar, compreender e reelaborar o seu lugar na ATES. Assim, observou-se um percurso de compreensão no qual a prática em EAN significou realizar ações sobre o consumo alimentar saudável de modo que o trabalho sobre o tema do consumo alimentar gerasse impacto sobre a prática de produção diversificada para abastecimento familiar dos agricultores.

Mesmo nas narrativas de não reconhecimento, esse percurso foi elucidado. Nesse caso, embora o narrador expressasse não identificação da EAN em seu cotidiano, ele trazia, em seu discurso, o mesmo percurso de relações expostas pelos outros narradores, transitando pelo itinerário da produção-consumo.

Analisando-se as narrativas de reconhecimento e não reconhecimento, viu-seque a diferença entre elas não se situa somente com a formação acadêmica estrita, já que os

discursos de profissionais de diversas formações estiveram presentes nos dois contextos. No entanto, o que se mostrou mais relacional foi a proximidade com colegas que trabalham com a educação alimentar e nutricional. Logo, foram expressos discursos de maior identificação de práticas aqueles que já haviam tomado conhecimento sobre a educação alimentar e nutricional.

Desse modo, a presença de profissional com formação (social ou acadêmica) em educação alimentar e nutricional parece estar vinculada com o reconhecimento desta no fazer da ATES. Assim, observou-se que extensionistas com formação acadêmica em nutrição, serviço social e pedagogia foram aqueles mencionados, pelos entrevistados, como os colegas que ensejaram o contato com o tema. Nessas narrativas, notou-se que os conceitos de EAN eram distintos dos demais, apresentando proximidade com os conceitos atuais propostos pelo *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas* de EAN [10], por exemplo.

O *Marco* [10] é um documento fruto do diálogo entre setores do governo e sociedade civil para desdobramentos dos diversos setores que trabalham com a EAN, vinculados ao processo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos. Nas narrativas dos entrevistados, observou-se proximidade com o conceito de EAN e também com a abordagem do sistema alimentar proposto pelo *Marco* de EAN, em que explicita que

> as ações de EAN precisam abranger temas e estratégias relacionadas a todas as dimensões do sistema alimentar de maneira a contribuir para que os indivíduos e grupos façam escolhas conscientes, mas também que estas escolhas possam, por sua vez, interferir nas etapas anteriores [10] (p. 25).

Ademais, assinalam-se duas principais estruturas de significados da educação alimentar e nutricional vinculada ao eixo de trabalho do social e como prática de segurança alimentar e nutricional (SAN).

Quadro 1

Trechos das narrativas dos entrevistados que expressam o reconhecimento e não reconhecimento da Educação Alimentar e Nutricional na Assessoria Técnica, Social e Ambiental para assentamentos da Reforma Agrária.

(continua)

Narrativas de Reconhecimento da EAN na ATES
"Essa questão de relação das práticas de educação alimentar com a extensão rural ela tem um pouco a ver com minha trajetória, o olhar de que porque que eu acho que a reforma agraria é necessária? Porque eu vejo que para construir processos de desenvolvimento numa sociedade e pra que essa sociedade tenha uma condição, uma qualidade de vida decente de se viver, precisa de uma condição básica de vida que é o alimento" (E 13 – Técnico Extensionista Rural/Agrônomo – 8 anos na função).
"Pra gente produzir alimentos e ter um rural diferente é preciso estar afinado com essa ideia de educação para ter uma alimentação saudável, justa" (E 11 – Gestor público da coordenação do Programa/Agrônomo – 8 anos na função).
"Desde o inicio do nosso trabalho a gente trabalha com a relação alimentação-agricultura" (E 2 – ATP/Agrônomo – 8 anos na função).
"A gente faz a partilha, a troca de sementes e faz pratos [...] Eu, particularmente, tento pegar sempre coisas mais alternativas, menos industrializadas, [..] vamos usar temperos naturais, [...] tentando conciliar o que é mais saudável e o que tem no assentamento" (E 12 – Técnica Extensionista Rural/Assistente Social – 4 anos na função).
"As nossas ações são mais na linha preventiva, mais é preventivo das ervas medicinais. Trabalhamos os grupos alimentares, o valor (nutricional) de cada alimento, e isso a gente começou a fazer mais recentemente, possivelmente, pelo contato que a gente tem hoje com a nutricionista que está trabalhando com a gente" (E 9 – Técnico Extensionista Rural/Técnico Agrícola – 5 anos na função).
"A gente trabalha muito o processamento, mas é aquele processamento de fabricação do alimento, é picar o repolho, fazer uma polpa de frutas, extrair um suco. A gente trabalha muito com o processamento dos alimentos" (E 7 – Técnica Extensionista Rural/Magistério – 7 anos na função).
"Tentamos trazer o sentido de ter comida boa, de trazer para realidade das famílias o uso dos alimentos mais próximos, mais locais" (E 18 – Técnica Extensionista Rural/Nutricionista – 2 anos na função).
"Ah, eu perceber mesmo, eu percebo que não temos feito. Esse não é um tema que surge pra nós. Não é uma demanda. Essa parte assim, nutricional, a gente não faz, não" (E 2 – ATP/Agrônomo – 8 anos na função).

(conclusão)

Narrativas de Não Reconhecimento da EAN na ATES
"É complicado, porque isso [educação alimentar e nutricional] não é do trabalho da ATES" (E 1 – ATP/Agrônomo – 8 anos na função).
"Pra mim não é prioridade, não é um tema que eu posso te dizer assim: olha, esse é um tema que tem sido discutido, é uma prioridade. Não" (E 3 – ATP/Agrônomo – 5 anos na função).

Transbordando domínios: educação alimentar e nutricional como "social" na ATES

Das narrativas, emergiram significados sobre o trabalho da educação alimentar e nutricional na ATES que se vinculam com o pertencimento dessas ações na dimensão do *"social"*. Entretanto, aprofundando-se o olhar da análise e trazendo as diversas nuances dos sentidos atribuídos, constata-se que as práticas em EAN percorrem, de modo transversal, o eixo social e, também, o eixo produtivo.

Para se compreender o significado do *"social"* na ATES, torna-se necessário resgatar, brevemente, onde ele se localiza na extensão rural no Brasil e no RS.

A extensão rural pode ser caracterizada como um tipo de serviço especializado, prestado por profissionais a agricultores. Teve início no final da década de 1940, reproduzindo no Brasil o modelo norte-americano. Esse modelo era centrado em cooperações com agências internacionais para promover o desenvolvimento – entendido a partir da forte ideia de civilização para o empreendimento capitalista. Esse modo de trabalho permaneceu até final da década de 1980, que ensejou o processo "repensar a extensão rural" [11](p. 6). A década de 1990, foi marcada pela assistência técnica operacionalizada pelas prefeituras municipais, enfatizando um viés majoritariamente clientelista. Em 1997, sob pressão dos movimentos sociais, foi criado o Projeto Lumiar, o primeiro serviço de assistência técnica criado especificamente para os assentados do Programa de Reforma Agrária, que impulsionou a discussão sobre o papel do Estado no provimento deste tipo de serviço [12].

No RS, o "repensar a extensão rural" foi pujante no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 e objetivou promover o debate e o olhar para o rural com a multiplicidade de cenários a ele inerente, e não só o rural enquanto sinônimo de agrícola. Caporal e Costabeber [13] expõem que o movimento "repensar" aprofundou estudos e diálogos em torno da configuração das ações extensionistas, produzindo a compreensão de que elas deveriam

contemplar ações não só de natureza produtiva, ligadas ao agrícola, mas também às ações de natureza ambiental e social. Esse movimento foi um dos grandes potencializadores do chamamento para o trabalho na área social da extensão rural.

A narrativa que segue é de uma entrevistada que iniciou seu trabalho na extensão rural nesse período. Ela situa o trabalho de educação no campo da área social, valorizando o que chama de "*mudanças na extensão rural*".

> *Quando eu comecei meu trabalho, a extensão rural passava por mudanças, e as mudanças éramos nós, profissionais fora do campo das ciências agrárias. Éramos nutricionistas, farmacêuticos bioquímicos, enfermeiros, engenheiro de alimentos; [...] porque se entendia que as ciências agrárias, por si só, não davam conta de todas as demandas de uma sociedade que se transformava e reivindicava novos lugares; um rural que reivindicava mais do que ele tinha recebido até então* (E 4 – Técnica Extensionista Rural/Nutricionista – 8 anos na função).

As diretrizes atuais do Programa de ATES buscam o desenvolvimento dos eixos produtivo, social e ambiental a partir do reconhecimento das especificidades locais e regionais dos assentamentos. Assim, o conjunto de práticas no campo da saúde, segurança alimentar e nutricional, educação (leia-se, interlocução com o espaço escolar), artesanato, cultura, garantia de direitos, lazer, são áreas reconhecidas como de pertencimento ao eixo social. Licenciamento ambiental de atividades produtivas, manejo de recursos naturais, além de promoção, controle, monitoramento dos recursos naturais são reconhecidas como pertencentes ao eixo ambiental. Ainda, todas aquelas atividades que trabalham com a produção agropecuária e geração de renda familiar são reconhecidas como pertencentes ao eixo produtivo [3].

Caporal e Costabeber [13] e Dias [14] ressaltam que o trabalho do técnico extensionista da área produtiva é visto com distinção frente aos demais. Essa distinção é marcada pela valoração, qualificação e maior *status.* Os autores observam que essa distinção é herança do período da extensão rural difusionista, moldada na produção de *commodities* agrícolas e decorre, em grande medida, da percepção de que este é o trabalho gerador da renda majoritária para a família.

No contexto da extensão rural difusionista, foram induzidas muitas dicotomias entre rural-urbano e moderno-atrasado, as quais impulsionaram o modelo agroalimentar atual, que estimula a produção de sementes em larga escala e reprime a manutenção da diversificação da produção agropecuária, reduz a produção de sementes tradicionais (não híbridas) e localiza o trabalho com a produção para o autoconsumo como um trabalho menor, menos valorizado. [15]

Entretanto, o trabalho com a produção para autoconsumo surge ressignificado nas narrativas. Essa ressignificação pode ser observada à medida que o estabelecem enquanto elemento que transita tanto na dimensão "*técnica-produtiva*" quanto da dimensão "*social*". E também nas expressões de valoração contidas das práticas em EAN que "*resgatam"* e "*promovem*" a produção para o autoconsumo.

Considera-se, então, o transbordamento da EAN enquanto categoria pertencente ao "*social*", que pode ser visualizada nas narrativas que seguem:

> *O Programa de ATES trabalha o produtivo, mas também o social e o ambiental.* (E3 – ATP/Agrônomo – 5 anos na função).
>
> *A melhor forma de assessorar pra fazer essa discussão do produtivo e do social passa pela produção de subsistência, diversificada. É debater a agroecologia e o estímulo ao aproveitamento dos alimentos.* (E6 – ATP/Bacharel em Desenvolvimento – 5 anos na função).
>
> *Então, a gente pensa o planejamento com os técnicos, como eles vão fazer o trabalho de uma forma mais qualificada sobre o consumo, sobre a produção para subsistência.* (E2 – ATP/Agrônomo – 8 anos na função).

Observa-se que as narrativas recuperam o posicionamento produtivo *versus* social, mas reelaboram sua compreensão a partir de um tema aglutinador. Assim, os entrevistados percebiam o lugar das práticas em educação alimentar e nutricional no eixo orientativo do social – em uma primeira expressão – e, logo em seguida, do produtivo, articulando-as.

Pode-se considerar que a articulação entre os eixos social e produtivo expressos nas narrativas decorrem de três origens: da própria formação e vivência de trabalho do técnico; da concepção das prestadoras de serviços de ATES a qual o técnico está vinculado; e também da abordagem de trabalho proposta pelo Programa como um todo. No último caso, verifica-se que o Programa construiu duas estratégias de abordagem de trabalho no eixo social: o documento orientativo de Diretrizes e métodos para a dimensão social da ATES/RS e os instrumentos de apoio ao trabalho da ATES: Sistema de Avaliação e Monitoramento da ATES (SAMA), o Sistema Gestão da ATES (SIGRA) e a Rede de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP). [16]

O documento orientativo foi formulado em 2015, como resultado coletivo do Programa de ATES. Esse documento propõe princípios e métodos de ação para as equipes técnicas, e organiza seis eixos temáticos em suas diretrizes, sendo eles: soberania e segurança alimentar; educação e organização social; cultura, esporte e lazer; promoção da saúde; acesso a direitos básicos; geração de renda, gestão da produção, processamento e comercialização [17].

As entrevistas foram marcadas pela presença desses instrumentos de apoio ao trabalho de ATES, sendo que revelavam distintas significações do fazer em educação alimentar e nutricional. Os entrevistados expressaram a importância desses instrumentos na consolidação das práticas em EAN, à proporção que possibilitou o planejamento de atividades relevantes para cada família, para cada grupo. Pode-se observar narrativas que apresentavam a utilização dos instrumentos de apoio ao diagnóstico e planejamento de suas atividades, destacando seu potencial de cruzamento de ações nos eixos social e produtivo.

> *E aí o que eu vejo então, que nós temos ações que perpassam ambiental, social, produtivo, tipo a sistematização de experiências agroecológicas, a própria RUOP e o SIGRA que dão elementos para pensar como está cada lote e qual é o tipo de trabalho que tem que ser feito.* (E 4 – Técnica Extensionista Rural/Nutricionista – 8 anos na função).

A percepção de transbordamento da EAN da dimensão social – extravasando a unicidade dessa dimensão – trouxe um conjunto de valores com significados muito específicos e simbólicos. Esses valores foram atribuídos à característica do tipo de trabalho realizado em EAN que se relacionava ao "*holístico"*, "*sistêmico*", "*global*". O emprego desses termos foram usados no sentido de qualificar o trabalho do extensionistas que trabalhavam com a perspectiva de EAN.

> *Todos os técnicos tem que ter esse olhar para o social, é essa visão holística, mais global. Então nosso trabalho é muito no aspecto de garantir cidadania da família rural.* (E10 – Técnica Extensionista Rural/Nutricionista – 8 anos na função).

> *Tem que olhar o todo. Desde o que se produz, como se produz, até o que se come, como se come.* (E14 – Técnica Extensionista Rural/Nutricionista – 3 anos na função).

> *Em todas as áreas que a gente atende a gente faz a educação alimentar. Isso é a realidade do trabalho na extensão rural; quem presta assistência técnica na família diretamente não tem como falar de um tema único.* (E12 – Técnica Extensionista Rural/Assistente Social – 4 anos na função).
> *Pra* [prestadora B] *é muito mais uma questão de cuidar do todo, eles fazem educação alimentar sempre, em todas as ações, porque conseguem ter um fio condutor entre uma ação e outra, entre a parte técnica com a parte social*. (E1 – ATP/Agrônomo – 8 anos na função).

EAN aproximada da SAN

> *Na área social, fizemos muito esse trabalho com educação alimentar mais na parte de segurança alimentar, né. A segurança alimentar e extremamente abrangente. O próprio técnico quando faz o trabalho com pecuária, com a produção de sementes,*

> *ele deve ter a visão para a segurança alimentar*. (E17 – Técnico Extensionista Rural/Técnico Agrícola – 2 anos na função).

As narrativas apontaram para significação da EAN enquanto prática de segurança alimentar e nutricional. Na descrição do percurso das abordagens educativas, o trabalho para a promoção da produção de alimentos foi colocado como uma primeira aproximação do extensionista com o agricultor.

As entrevistas foram marcadas pela forte presença do trabalho para autoconsumo, e, mais uma vez, ele foi mencionado como um elemento aglutinador do campo da SAN, de modo que, ao elaborar sua compreensão sobre a EAN, o entrevistado apresentava termos e conceitos próximos ao da SAN.

Desse modo, compuseram o repertório de significações das práticas em EAN as ações em torno do trabalho para promoção da produção para o autoconsumo, produção diversificada, consumo alimentar saudável, preparações culinárias e usos dos alimentos. Ainda, os temas da agroecologia e/ou redução do uso de agrotóxicos, uso de plantas medicinais e condimentares e o tema relacionado às boas práticas de manipulação de alimentos foram temas acessórios, expressos como componentes de outros arranjos necessários para a prática em EAN.

O trabalho com as práticas em EAN relacionadas à produção diversificada de alimentos para consumo familiar e os demais temas, tais como os modos de comer, as habilidades culinárias, o reconhecimento do alimento e da comida enquanto promotores da saúde podem ser observados em estudos de Scagliusi et al. [18], Monteiro et al. [19], Fischler [20]. Algumas narrativas apontam esse cenário:

> *Ah, eu percebo mesmo desse jeito, que nós fizemos a parte da educação, na segurança alimentar. É quando a gente faz dia de campo, faz plantio, elabora pratos, com mandioca, com abóbora, com batata doce.* (E9 – Técnico Extensionista Rural/Técnico Agrícola – 8 anos na função).

> *A gente trabalha na educação e promoção da saúde, e também na segurança alimentar, que são duas áreas muito ligadas*. (E16 – Técnico Extensionista Rural/Magistério – 7 anos na função).

> *A gente pensa na elaboração de pratos, na assessoria da horta, no pomar, fizemos muito a segurança alimentar*. (E8 – ATP/Pedagoga – 5 anos na função).

> *É bem importante fazer a parte da segurança alimentar, trabalhar com ervas medicinais, trabalhar com a preparação do alimento, com o aproveitamento*. (E12 – Técnico Extensionista Rural/Assistente Social – 4 anos na função*).*

O perfil do profissional e a concepção de trabalho da própria prestadora de serviços de ATES também emergiram como dimensões que influenciavam as atividades em EAN e as posicionavam enquanto segurança alimentar e nutricional, como na narrativa a seguir:

> *Pra* [prestadora A], *tem essa demanda de calcular a segurança alimentar, que é tentar estimar a renda da produção do autoconsumo.*
> *E no caso* [da prestadora C] *é muito mais vinculado ao discurso, ao princípio deles como organização. É mais enraizado em sua essência, do que em suas ações. Daí tem bastante diferença com* [a prestadora B] *que faz isso acontecer de fato, que a gente consegue ver as atividades. Para [a prestadora C] tem muito a ver com o entendimento sobre segurança alimentar do que qualquer outra coisa*. (E 11 – Gestor público da coordenação do Programa/Agrônomo - 8 anos na função).

Talvez por ser um tema que esteja divulgado de modo mais amplo nos espaços institucionais (documentos oficiais da Política Nacional de ATER, documentos oficiais da ATES, e também como pressuposto das próprias prestadoras de serviços de ATES) e nos espaços acadêmicos, a SAN foi um tema que se estabeleceu de modo muito próximo e, por vezes, superposto à EAN.

A PNATER [1] reconhece a SAN em seu texto, trazendo-a enquanto um de seus objetivos específicos: a realização de ações de assistência técnica e extensão rural que auxiliem a garantia da SAN. Outros documentos da ATES, como os Projetos Básicos [21] propõem a promoção da SAN. Além desses, as próprias prestadoras de serviços de ATES trazem em suas concepções de trabalho a proximidade com a SAN [22]. A presença da segurança alimentar e nutricional nos documentos da ATES pode representar a articulação entre esses setores, que, de algum modo, também é revelada nas narrativas.

Esse componente de articulação entre segurança alimentar e nutricional no fazer da ATES é identificado pela constante relação que os entrevistados fazem entre produção e consumo de alimentos. Esse relato figura como um componente presente na significação da educação alimentar e nutricional enquanto segurança alimentar e nutricional. Outrossim, marca a presença do comer/do consumo alimentar no trabalho da ATES.

Autoras como Barbosa et al. [23] e Portilho [24] apontam que há reconhecimento de que o consumo alimentar tem se fortalecido enquanto categoria analítica política e social. Ao longo das últimas décadas, em um movimento mundial e brasileiro, esse campo tem se aproximado de valores cívicos e democráticos, como direitos, equidade, ética, sustentabilidade e responsabilidade social.

Essa tendência traz para o consumo uma mudança no sentido de ser, de sua perspectiva de olhar o mundo [25,26]. Desse modo, pode-se observar que, na ATES, talvez essa aproximação seja a materialidade dos conceitos de sistema alimentar, que considera não só as etapas, mas sim os processos existentes no fazer da comida: alimentos, produtores, processadores e comedores.

Considerações finais

Situando-se nos espaços da educação não formal, os extensionistas rurais desenvolvem práticas em educação alimentar e nutricional, construídas e reconstruídas nas dinâmicas das relações de trabalho e vivências. Potencializam-se como sujeitos de processos de ruptura e de permanências de percepções, valores e significados de seu trabalho.

A percepção sobre a educação alimentar e nutricional no trabalho de assessoria técnica, social e ambiental estrutura-se em continuidades e rupturas de processos históricos recentes. Sobre a primeira, observa-se a vinculação com o eixo de trabalho da dimensão social, e, sobre a segunda, a vinculação com o eixo de trabalho da dimensão produtiva.

A segurança alimentar e nutricional é conceito próximo do cotidiano de trabalho dos extensionistas rurais, o que influencia a sobreposição deste sobre o conceito de educação alimentar e nutricional.

Referências

1. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília; 2010.
2. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Manual operacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária. Norma de execução nº 78, 31 de outubro de. 2008; 2008a.
3. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Projeto básico visando à licitação para a prestação de Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), e elaboração de PDA ou PRA para as famílias assentadas no estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre; 2013.
4. Freire P. Extensão ou comunicação? São Paulo: Paz e Terra; 1983.
5. Boog NCF. Dificuldades encontradas por médicos e enfermeiros na abordagem de problemas alimentares. Revista de Nutrição (Campinas). 1999;12(3):261-72.
6. Boog NCF. Educação em nutrição: integrando experiências. Campinas: Komedi; 2013.

7. Ritchie J, Lewis J, Elam G. Designing and Selecting Samples. In: Ritchie J, Lewis J, editors. Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers. London: SAGE Publications; 2003. p. 77-108.
8. Canesqui AM. Estudos antropológicos sobre adoecidos crônicos. In: Canesqui AM, organizador. Olhares antropológicos sobre adoecidos crônicos. São Paulo: HUCITEC-FAPESP; 2007. p. 19-51.
9. Gomes R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: Minayo MCS, organizadora. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 33a ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2013. p.79-107.
10. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2012.
11. Dias MM. Extensão rural para qual desenvolvimento? In: Dias MM, organizador. Abordagens Atuais sobre Extensão Rural. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa; 2007.
12. Diesel V, Haas JM. Transições metodológicas: atuação extensionista na elaboração dos PDA e PRA na ATES do RS. In: Diesel V, Neumann PS.; DE SÁ VC, organizadores. Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: Ed. da Unijuí; 2012. p. 271-306.
13. Caporal FR, Costabeber JA. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA; 2004.
14. Dias MM. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo "Serviços de Ates". CC&T (Brasília). 2004;21(3):499-543.
15. Grisa C, Schmitt CJ, Mattei LF, Maluf RS, Leite SP. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. Agriculturas. 2011;8(3):34-41.
16. Neumann PS, Dalbianco VP, Zarnot AV. A política pública de extensão rural em assentamentos da reforma agrária: a construção de um sistema pluralista descentralizado. In: Grisa C, Schneider S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; 2015. p. 401-428.
17. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental de ATES/RS. Termo de Cooperação Técnica UFSM/INCRA, Assessores Técnicos Pedagógicos. Diretrizes e métodos para a dimensão social na ATES/RS. Porto Alegre; 2015.
18. Scagliusi FB, Pereira PR, Unsain RF, Moraes SP. Eating at the table, on the couch and in bed: an exploration of different locus of commensality in the discourses of Brazilian working mothers. Appetite. 2016;103:p. 80-86.
19. Monteiro CA, Cannon G, Moubarac JC, Martins AP, Martins CA, Garzillo J et al. Dietary guidelines to nourish humanity and the planet in the twenty-first century: a blueprint from Brazil. Public Health Nutrition. 2015;24:1-12.
20. Fischler C. Commensality, society and culture. Social Science Information. 2011;50, p. 528–548, 2011.
21. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Projeto básico visando à licitação para a prestação de Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), e elaboração de PDA ou PRA para as famílias assentadas no estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre; 2008b.

22. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Setor de Educação. Alimentação saudável: um direito de todos. Jornada Cultural Nacional. Boletim da Educação. São Paulo; 2015(13).
23. Barbosa L, Portilho F, Wilkinson J, Dubeux V. Trust, participation and political consumerism among Brazilian youth. Journal of Cleaner Production. 2013,63; 93-101.
24. Portilho F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. Revista Política e Sociedade. 2009;8:199-224.
25. Fischler C, Masson E. Comer*:* a alimentação de franceses, outros europeus e americanos. São Paulo: SENAC; 2010.
26. Canesqui AM, Garcia RWD. Uma introdução à reflexão sobre a abordagem sociocultural da alimentação. In: Canesqui AM, Garcia RWD, organizadores. Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2005.

5 CONCLUSÃO

A tese apresentada estruturou-se em 3 eixos analíticos que buscaram responder a cada um dos objetivos do estudo. No primeiro eixo, foi realizado ensaio teórico no qual se investigou a interseção entre a promoção da saúde e o desenvolvimento rural sustentável no *Guia Alimentar para a População Brasileira*. No segundo e terceiro eixos, debruçou-se sobre o estudo de caso da Assessoria Técnica Social e Ambiental para Assentamentos da Reforma Agrária do estado do RS a fim de analisar percepções e práticas sobre o processo de educação alimentar e nutricional no contexto do Desenvolvimento Rural.

Assim, por meio da metodologia proposta neste trabalho, conclui-se que:

- O *Guia Alimentar para a População Brasileira* propõe a produção social da saúde na interação entre as noções de alimentação adequada e saudável, segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento rural. As recomendações e orientações dialogam com a produção de alimentos de base agroecológica e com a garantia da biodiversidade alimentar da agricultura familiar, bem como a perspectiva de relação com os sistemas alimentares locais.
- O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental para Assentamentos da Reforma Agrária, enquanto agente promotor de desenvolvimento rural, orienta o trabalho de extensão rural envolvendo temas ligados à Segurança Alimentar e Nutricional, Produção de Cuidados em Saúde e Alimentação Adequada e Saudável. Nesse sentido, as normas da ATES determinam quantidade de atividades a serem realizadas, por meio de metas estabelecidas nos contratos de serviços, não obstante, as práticas de trabalho dos extensionistas derivam, majoritariamente, das demandas das famílias assessoradas, ensejando a educação alimentar e nutricional – expressa pelo envolvimento e vinculação da orientação técnica para produção para autoconsumo, comercialização e geração de renda, juntamente com orientação sobre cuidados em alimentação e nutrição e prevenção de doenças.
- As percepções sobre a educação alimentar e nutricional no trabalho da ATES estrutura-se em movimentos de rupturas e permanências de padrões de pertencimento à área social da extensão rural, que resultam em um

transbordamento da EAN do eixo social para o eixo produtivo. O aparato de significações sobre a educação alimentar e nutricional permeou compreensões aproximadas sobre a segurança alimentar e nutricional, ao qual se atribuiu um conjunto de valores relacionados ao “*holístico*”, “*sistêmico*”, “*global*” na qualificação do fazer dos extensionistas que trabalhavam com a EAN, indicando aproximações com a intersetorialidade e com o modo de trabalho articulado às diversas dimensões do sistema alimentar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finaliza-se este estudo trazendo-se, no horizonte, os diversos avanços e, ainda, os muitos desafios de trabalho e de pesquisa para o campo da educação alimentar e nutricional.

Alguns dos avanços puderam ser desvelados, sendo possível visualizar sinergias entre espaços tradicionalmente não tão próximos como os serviços de assessoria técnica e extensão rural, a saúde e alimentação e nutrição.

A presente pesquisa permitiu conhecer tais aproximações.

Explorou-se o texto do *Guia Alimentar para a População Brasileira*, no qual foi possível encontrar elementos teóricos que retrataram os avanços da interlocução da educação alimentar e nutricional e as conexões entre os conceitos de promoção da saúde, alimentação adequada e saudável e desenvolvimento rural sustentável. Por meio dessa análise, viu-se a expansão de conceitos setoriais (setor saúde, setor educação, setor agricultura, setor transporte) para a combinação de constituintes plurais do sistema alimentar.

O *Guia* é importante instrumento de comunicação e educação, no entanto, ele extrapola essas funções ao dialogar e trazer para si os conceitos de desenvolvimento rural e promoção da saúde, pois, a partir disso, gera repercussões sobre as politicas públicas do campo da alimentação e nutrição desde a produção, o abastecimento e o consumo de alimentos, os quais puderam ser vistos, em alguma medida, na imersão dos discursos dos entrevistados.

Também se perceberam sinergias na rede de elementos contidos nas práticas em educação alimentar e nutricional na ATES, sendo que o fazer extensionista parece ser espaço de problematização, enfrentamento, movimento e resistência.

Nas práticas em educação alimentar e nutricional, o alimento apresentou centralidade enquanto temática de trabalho da ATES. Destaca-se que, nesse momento, o conceito de alimento mostrou-se carregado de significados da relação sociedade-natureza, em que pesa a dimensão do trabalho (no fazer do extensionista junto ao agricultor e do agricultor que produz o alimento), da saúde (do alimento que promove saúde e não promove doença), do modo de produção (que pauta a busca

por modelos de agricultura e pecuária que se ocupem em garantir a permanência das pessoas no campo e que produza comida), da comensalidade (da comida enquanto aglutinador social e de dispositivo de resgate e permanência de saberes alimentares).

A educação alimentar e nutricional marca historicamente o surgimento do campo da Nutrição, estruturada no modelo curativo-prescritivo, em que privilegiava a transmissão de conhecimentos. Hoje, apresenta-se como uma atividade estratégica no atual cenário das políticas públicas consolidadas nos últimos anos. Essa estratégia se relaciona com o reconhecimento dos processos educativos incorporados pelo conceito ampliado do sistema alimentar, que considera o alimento, a comida e a culinária como referências para a autonomia dos sujeitos.

Logo, os serviços de Assessoria Técnica e Extensão Rural são espaços de educação não formal e neles se desenvolvem práticas educativas que propiciam o desenvolvimento do trabalho em alimentação e nutrição. A partir dessas análises, defende-se a compreensão de que as práticas em educação alimentar e nutricional são espaços interdisciplinares.

A vivência da entrevista individual e a imersão nos elementos constitutivos dos discursos permitiram construir um itinerário compreensivo dos elementos envolvidos no trabalho em educação alimentar e nutricional que produzem empoderamento e provocam mudanças nas concepções do modelo agropecuário que se constitui em monoculturas hegemônicas.

A aproximação dos extensionistas com os pressupostos da agroecologia parece indicar a presença de práticas educativas que favorecem o encontro entre segurança alimentar e nutricional, produção de cuidados em saúde e alimentação adequada e saudável.

Destaca-se, ainda, que, por ser espaço em que o encontro e a vivência entre os sujeitos são base do trabalho, os serviços de ATES potencializam a produção do cuidado em saúde. Tendo em vista que as práticas em educação alimentar e nutricional são permeadas de construção e desconstrução de conceitos e valores sobre a produção de alimentos e a alimentação humana, localiza-se essa perspectiva como um desafio a ser enfrentado na concepção terapêutica do cuidado.

Se a alimentação é condicionante e determinante da saúde e da segurança alimentar e nutricional, as práticas em educação alimentar e nutricional são orientadoras do sistema alimentar. Assim, a partir das análises das normas e práticas em EAN na ATES, pode-se ver que o modelo de sistema alimentar que se busca e que orienta a política pública é capaz de induzir processos locais de educação alimentar e nutricional, principalmente por reposicionar o protagonismo da alimentação no cotidiano, articulado com políticas como o PNAE, o PAA, o PLANSAN.

Nesse sentido, cabe reconhecer as posições e as lutas firmemente assumidas pela sociedade brasileira há quase trinta anos, desde a pactuação da Lei 8.080 e das demais políticas, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, da Política Nacional de Promoção da Saúde, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. No cenário nacional, e com reconhecimento internacional, sobrepujou-se a grande prevalência da fome e da insegurança alimentar e nutricional, orientando-se pelas ações de combate à pobreza. No rural brasileiro, observam-se trabalhos voltados à recuperação do protagonismo dos camponeses e agricultores familiares apoiados em ações agroecológicas; há programas institucionais, como o PAA e as feiras, que apoiam a organização camponesa na comercialização de sua produção agrícola, ensejando novo pensar para o abastecimento alimentar.

Nos últimos anos, houve reflexão e reelaboração de importantes políticas públicas como a PNAN, a PNPS, a PNATER, que reposicionaram as intencionalidades e compromissos com a agenda da saúde e da segurança alimentar e nutricional. Há, nesses documentos, uma clara confluência em suas prioridades no sentido de expandir e qualificar a garantia as ações da saúde e da SAN.

Vislumbra-se a necessidade de avanços, com adesão política, institucional e popular para o fortalecimento de sistemas públicos de saúde e de SAN – SUS e SISAN. SUS e SISAN articulados somam aspectos concretos para a organização de um sistema alimentar orientado pela produção de alimentos em detrimento à produção de *commodities*; orientado pela produção local/regional, e não pela

orientação externa/internacional; orientado pela diversidade produtiva, reduzindo a homogeneização no consumo alimentar; orientado pela produção e processamento camponês e familiar, reduzindo a inserção de produtos alimentares ultraprocessados. Para isso, a necessidade de articulação entre saúde, educação e desenvolvimento social para as populações do campo e da cidade são desafios constantes.

Cabe mencionar as limitações da pesquisa por se tratar de um estudo de caso, que revela as pluralidades da EAN do Programa de ATES do RS, mas que se centra nessa experiência em si, não podendo ser tomada como representativa das demais. Observa-se, também, que pode haver prejuízo do diálogo com outras experiências semelhantes, pois existe uma lacuna de investigações em Educação Alimentar e Nutricional, indicando a necessidade de contínuos estudos nesse tema.

Em que pese as limitações da tese, espera-se que ela cumpra o papel de produzir e estimular mais diálogos e movimentações convergentes entre aqueles que se ocupam em educar, sejam educadores da saúde, sejam educadores extensionistas. A compreensão sobre a educação alimentar e nutricional parte da concepção de que, para atingir a alimentação adequada e saudável, é necessário agregar esforços junto àqueles que produzem alimentos saudáveis, e este é o ponto de trabalho da ATES: fortalecer a extensão rural pública e de qualidade, que fortaleça um modelo de produção, abastecimento e consumo alimentar que garanta a realização da segurança alimentar e nutricional da população e que paute processos educativos que produzam um mundo (rural) cheio de vida e de boa comida.

7 REFERÊNCIAS

AKERMAN, M.; DUHL, L.; BÓGUS, C. M. A questão urbana e a saúde: impactos e respostas necessárias. In: CASTRO, A.; MALO, M. (Orgs.). **SUS ressignificando a promoção da saúde**. São Paulo: Hucitec: OPAS, 2006. p. 119-132.

AKERMAN, M. et al. Intersetorialidade? IntersetorialidadeS! **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n.11, p. 4291-4300, 2014.

ALENCAR, B. et al. Factors related to food involvement in the adult population. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 29, n. 3, p. 337-345, maio/jun., 2016.

ALVES, K. P. S.; JAIME, P. C. Política Nacional de alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança alimentar e Nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.1 9, n. 1, p. 4331-40, 2014.

AMON, D.; MENASCHE, R. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e cultura**, v. 11, n.1, p. 13-21, 2008.

AUBRI, C.; CHIFFOLEAU, Y. Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. **Innovations Agronomiques**, v. 5, p. 53-97, 2009.

BELIK, W. Políticas setoriais para o setor agroalimentar no Brasil: aspectos conceituais e evidências empíricas. In: MALUF, R.S; WILKINSON, J. (Orgs.). **Reestruturação do sistema agroalimentar***.* Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1999. p. 179-198.

BELIK, W.; GRAZIANO DA SILVA, J.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em perspectiva***.* v. 15, p. 119-129, 2001.

BOOG, N. C. F. Dificuldades encontradas por médicos e enfermeiros na abordagem de problemas alimentares. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 12, n. 3, p. 261-72, set./dez., 1999.

BOOG, N. C. F. **Educação em nutrição**: integrando experiências. Campinas: Komedi, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 19 jun. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 591 de 6 de julho de 1992. Atos institucionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e

Culturais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em: 21 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, DF: Ed. do Ministério da Saúde, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004.

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 set. 2006a.

BRASIL**.** Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006b. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos da Agricultura Familiar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 15 nov. 2015.

BRASIL. Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). **As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil:** relatório final. Brasília: Fiocruz, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Dialogando sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada no contexto do SUS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010a.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o artigo 6º da Constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil** Brasília, DF, 2010b.

BRASIL. Portaria/INCRA/P/ Nº 581, de 20 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucionall/legislacao--/portarias/portarias-de-2010/port_581_p.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016. Brasília, DF, 2010c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de referência de educação**

alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BROCKMEIER, J.; HARRÉ, R. Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. **Psicologia**: reflexão e crítica, v. 16, n. 3, p. 525-35, 2003.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 851-60, 2009.
BURLANDY, L. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 63-72, 2011.

BUSS, P. M. Uma introdução ao conceito de Promoção da Saúde. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. de (Orgs.). **Promoção da Saúde**: conceitos, práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 15-38.

BUSS, P. M.; FILHO, A. P. A Saúde e seus Determinantes Sociais. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p.77-93, 2007.

BUSS, P. M.; CARVALHO, A. I. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 2305-16, 2009.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN. Conselho de Direitos Humanos. Décima sexta sessão. **Relatório apresentado pelo Relator Especial sobre direito à alimentação**. Brasília, DF: MDS, 2012.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN. **Balanço das Ações do plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** – PLANSAN 2012-2015. Brasília, DF: MDS, Secretaria-Executiva da CAISAN, 2013.

CANESQUI, A. M. Estudos antropológicos sobre adoecidos crônicos. In: _____ (Org.). **Olhares antropológicos sobre adoecidos crônicos**. São Paulo: HUCITEC-FAPESP, 2007. p. 19-51.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafios del desarollo sustenible**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. 532 f. Tese (Doutorado em Agronomia). ISEC-ETSIAN, Universidade de Córdoba, Espanha, 1998.

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. **Vente directe et circuits courts**: évaluations, définitions et typologie. Cahiers de l'Observatoire (CROC), Montpellier, n. 1, 2007.

COELHO, C. N. 70 Anos de Política Agrícola no Brasil. **Revista de Política Agrícola.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, ano X, jul-set, n. 3, p. 3-59, 2001.

CONTI, I.L. **Segurança Alimentar e Nutricional**: noções básicas. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

CORAZZA, G.; MARTINELLI, O. J. Agricultura e Questão Agrária no pensamento Econômico. **Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo, v. 10, n.19, p. 9-36, 2002.

CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**: textos de referência da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004.

CONTRERAS-HERNÁNDEZ, J.; GRACIA-ARNÁIZ, M. **Alimentación y cultura**: perspectivas antropológicas. Barcelona: Ariel, 2005.

CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre promoção e prevenção. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Orgs.). **Promoção da Saúde**: conceitos, práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 39-53.

DALBIANCO, V. P; NEUMANN, P. S.; Rumos da ATES no RS: em direção à constituição de um sistema descentralizado? In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. **Extensão Rural no Contexto do Pluralismo Institucional**: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2012. p. 107-132.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIESEL, V. et al. Entendendo a diversidade e superando a fragmentação da ação extensionistas. In: TOMMASINNO, H.; HEGEDUS, P. (Eds.). **Extensión**: reflexiones para la intervención em el medio rural, ontevideo: Universidad de la República, 2006. p. 31-44.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; GARCIA, J. V. Por que a "nova ater" não sai do papel? Uma análise da visão dos alunos do projeto residência agrária. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA

RURAL – SOBER, 45., 2007, Londrina, PR. **Anais**... Londrina: Sociedade Internacional de Sociologia Rural, 2007. CD-ROM.

DIEZ-GARCIA, R. W. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 4, p. 483-92, out/dez, 2003.

EMATER. **Diretrizes para ação extensionistas na Emater/Ascar-RS**: a gestão do processo de planejamento. Porto alegre: Emater/Ascar, 2011. 47p

FAO. **Food security and climate change**. HLPE, 2012. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome, 2012a. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE_Reports/HLPE-Report-3-Food_security_and_climate_change-June_2012.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2015.

FAO. **Social Protection for Food Security**. HLPE, 2012. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome, 2012b. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE_Reports/HLPE-Report-4-Social_protection_for_food_security-June_2012.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2015.

FAO. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación.** Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4910s.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2015.

FERREIRA, V. A.; MAGALHÃES, R. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 1674-81, 2007.

FISCHLER, C. **El (h)omnívoro**: el gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Anagrama, 1995.

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008.

FRANÇA, C. G; DEL GROSSI, M. E; MARQUES, V. P. M. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

FRANCO, A. C.; BOOG, M. C. F. Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. **Revista de Nutrição**, v. 20, n. 6, p. 643-55, 2007.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2013, p. 79-107.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Das lavouras às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasi. In: GRISA, C. SCHNEIDER, S. (Org.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Projeto LUMIAR**: Assistência técnica nos assentamentos. Brasília: Diretoria de Assentamento. Programa de qualidade e Produtividade nos Assentamentos de Reforma Agrária, 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Manual operacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária.** Norma de execução nº 78, 31 out. 2008a.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Projeto básico visando à licitação para a prestação de Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), e elaboração de PDA ou PRA para as famílias assentadas no estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2008b.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Projeto básico visando à licitação para a prestação de Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), e elaboração de PDA ou PRA para as famílias assentadas no estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM. Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental de ATES/RS. Termo de Cooperação Técnica UFSM/INCRA: Assessores Técnicos Pedagógicos. **Documento orientativo para a execução do Programa de ATES em 2014***.* Santa Maria, 2014.

JAIME, P. et al. Prevalência e distribuição sociodemográfica de marcadores de alimentação saudável, Pesquisa Nacional de Saúde, Brasil 2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 267-276, jun. 2015.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VERDE, C. M. V. (Orgs.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p. 113-223.

LEÃO, M. M.; RECINE, E. O direito humano à alimentação adequada. In: TADDEI, J. A.; LANG, R. M. F.; SILVA, G (Orgs.). **Nutrição em Saúde Pública**. São Paulo: Rubio, 2011. p. 471-488.

LEVY, R. B. et al. Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003). **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 4, p. 530-540, 2005.

LEVY, R. B. et al. Regional and socioeconomic distribution of household food availability in Brazil, in 2008-2009. **Revista de Saúde Pública**, v. 46, n.1, p. 6-15, 2012.

LIMA, E. S.; OLIVEIRA, C. S.; GOMES, M. C. R. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro,1980-1998. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 10, n. 2, p. 604-35, 2003.

MAFUL, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MALUF, R. S. et al. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2303-12, 2015.

MAGALHÃES, R. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1339-46, 2014.

MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires**: bien manger dans les territoires. França: Educagri, 2008.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, p. 195-207, 1995.

MONTEIRO, C. A. et al. Increasing consumption of ultra-processed foods and likely impact on human health: evidence from Brazil. **Public Health Nutrition**, v. 14, n. 1, p. 5-13, 2011.

MONTEIRO, C. A. et al. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. **Obesity Reviews**, v. 14, n. 2, p. 21-28, 2013.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar:** processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Setor de Educação. Alimentação saudável: um direito de todos. Jornada Cultural Nacional. Boletim da Educação, n. 13. São Paulo, dez. 2015.

NAVOLAR, T. S.; RIGON, S. A.; PHILIPPI, J. M. S. Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**. v. 23, n. 1, p. 69-79, 2010.

OLIVEIRA, D.L. A 'nova' saúde pública e a promoção da saúde via educação: entre a tradição e a inovação. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 13, n. 3, p. 423-31, 2005.

OLIVEIRA, N. R. F. O campo das práticas e saberes alimentares a partir da agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, ano XVII, n. 20, p. 113-146, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Carta de Ottawa para Promoção da Saúde. Geneva: OMS, 1986. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Estratégia global em alimentação saudável, atividade física e saúde.** 57ª Assembleia Mundial de Saúde, 25 maio 2004. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/ebPortugues.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Assembleia Geral da ONU proclama Década de Ação sobre Nutrição** (2016-2025). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/assembleia-geral-da-onu-proclama-decada-de-acao-sobre-nutricao-2016-2025/>. Acesso em: 11 abr. 2016**.**

PICOLOTTO, E. A emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo Agrário**, v. 9, n. 18, p. 1-39, 2009.

PINHEIRO, A. R. O. et al. Percepção de professores e estudante em relação ao perfil de formação de nutricionista em saúde pública. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n. 5, p. 631-643, set./out., 2012.

POPKIN, B. M.; ADAIR, L. S.; NG, S. W. Global nutrition transition and the pandemic of obesity in developing countries. **Nutrition Reviews**, v. 70, n. 1, p. 3-21, 2012.

POULAIN, J. P. **Sociologia da alimentação**: os comedores e o espaço social almetar. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

RECINE, E.; VASCONCELLOS, A. B. Políticas nacionais e o campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: cenário atual. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n.1, p.73-79, 2011.

RIBEIRO, S. M.; BÓGUS, C. M.; WATANABE, H. A. W. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 730-743, 2015.

RITCHIE, J.; LEWIS, J.; ELAM. G. Designing and Selecting Samples. In: RITCHIE, J.; LEWIS, J. (Eds.). **Qualitative research practice**: a Guide for Social Science Students and Researchers. London: SAGE Publications, 2003. p. 77-108.

RIVERA, W.; ALEX, G. **Privatization of extension systems**: case studies of international initiatives. Washington: WB, 2004. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTARD/825826-1111129171182/20431839/Extension_Reform_V2_final.pdf>. Acessado em: 21 jun. 2016.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

SANTOS, L. A. S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 5, p. 681-692, set./out., 2005.

SADIGHI, H. Agricultural Extension Privatization: An Analysis of Different Financing Schemes. In: ANNUAL CONFERENCE AIAEE, 20th, 2004, Dublin, Ireland. **Proceedings**… Dublin, Ireland, 2004, p. 932-940.

SCHOTTZ, V. Em defesa da alimentação adequada e saudável. **Revista Agriculturas**, v. 11, n. 4, p. 4-7, dez. 2014.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

SILVA, J. G. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

SILVA, D. G. V. S.; TRENTINI, M. Narrativas como técnica de pesquisa em Enfermagem. **Revista Latino-americana de Enfermagem**. v. 10, n. 3, p. 423-32, maio/jun., 2002.

SILVA, K.L.; SENA, R.R.; AKERMAN, M. *et al*. Intersetorialidade, determinantes socioambientais e promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.19, n.11, p. 4361-70, 2014.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SWINBURN, B. A. et al. The global obesity pandemic: shaped by global drivers and local environments. **The Lancet**, v. 378, n. 27, p. 804-14, 2011.

TURATO, Métodos quantitativos e qualitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetivos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p 507-14, 2005.

UCHIMURA, K. Y. et al. Qualidade da alimentação: percepções de participantes do programa bolsa família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 687-94, 2012.

VALENTE, F. L. S. Do combate à fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o direito humano à alimentação adequada. In: _____. (Org.). **Direito humano à alimentação adequada**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002. p. 40-43.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, HUCITEC, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 2, p. 29-37, jul/dez. 2000.

WESTPHAL, M. F. Promoção da Saúde e prevenção de doenças. In: CAMPOS, G. W. et al. (Orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: HUCITEC/Fiocruz, 2006. p. 635-667.

WORLD HEALTH ASSEMBLY (WHA). **Estratégia global para a alimentação do bebê e da criança pequena.** Resolution WHA A55.15, Geneva, 16 abr. 2002.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto alegre: Bookman, 2015.

Anexo 1 - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Percepções e práticas no processo educativo em alimentação e nutrição no contexto do desenvolvimento rural: estudo de caso do Rio Grande do Sul

Pesquisador: Nádia Rosana Fernandes de Oliveira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 50953815.9.0000.5421

Instituição Proponente: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP

Patrocinador Principal: MINISTERIO DA EDUCACAO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.378.666

Apresentação do Projeto:

Pesquisa qualitativa com objetivo de analisar percepções e práticas sobre o processo de educação alimentar e nutricional no contexto do Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul. Para tanto, adotará técnica de triangulação de dados: análise documental; entrevista individual e grupo focal com extensionistas, assessores técnico-pedagógicos e gestores públicos de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Os sujeitos da pesquisa são, portanto, funcionários envolvidos em uma política pública.

Objetivo da Pesquisa:

São objetivos da pesquisa: OBJETIVO GERAL - Analisar percepções e práticas sobre o processo de educação alimentar e nutricional no contexto do Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul e OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Apresentar histórico, contexto, característica e normas da ATER no RS; - Analisar o processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das estratégias em educação alimentar e nutricional na ATER; - Analisar a percepção de atores envolvidos na ATER sobre a promoção da AAS e a EAN na sua prática extensionista; - Identificar, sob a ótica dos sujeitos da ATER, suas percepções sobre o Guia Alimentar como instrumento de apoio das ações de EAN.

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 01.246-904
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7779 **Fax:** (11)3061-7779 **E-mail:** coep@fsp.usp.br

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Continuação do Parecer: 1.378.666

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa gerará benefícios. O risco é mínimo, no que concordo com os autores. São sujeitos potencialmente vulneráveis por se tratarem de funcionários. Mas, isto está claramente previsto no estudo com a garantia de anonimato.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante que avançará o conhecimento científico por ter boas bases metodológicas e fundamentação teórica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Sugiro adequação texto do TCLE para os grupos focais, pois menciona o termo entrevista.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Adequação do TCLE.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_603692.pdf	11/11/2015 10:21:36		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacaoemater.pdf	11/11/2015 10:18:14	Nádia Rosana Fernandes de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	11/11/2015 10:17:25	Nádia Rosana Fernandes de Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPlataformaBrasil.pdf	11/11/2015 10:15:07	Nádia Rosana Fernandes de Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	termo.pdf	11/11/2015 10:14:31	Nádia Rosana Fernandes de Oliveira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 01.246-904
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7779 **Fax:** (11)3061-7779 **E-mail:** coep@fsp.usp.br

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SAO PAULO, 21 de Dezembro de 2015

Assinado por:
Maria Regina Alves Cardoso
(Coordenador)

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715
Bairro: Cerqueira Cesar **CEP:** 01.246-904
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7779 **Fax:** (11)3061-7779 **E-mail:** coep@fsp.usp.br

Anexo 2 – Currículo Lattes da aluna

Nádia Rosana Fernandes de Oliveira

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/1692354115470411
Última atualização do currículo em 31/03/2016

Nutricionista pelo Centro Universitário Franciscano (2007); Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (2009). Foi professora da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí (2010/2014). Atualmente cursa Doutorado em Nutrição em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública/USP. Atua em Alimentação, Nutrição e Saúde Pública, principalmente nos seguintes temas: promoção da alimentação adequada e saudável, segurança alimentar e nutricional, educação alimentar e nutricional na extensão rural, habilidades culinárias. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome Nádia Rosana Fernandes de Oliveira
Nome em citações bibliográficas OLIVEIRA, N.R.F. de

Endereço

Endereço Profissional
Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública.
Faculdade de Saúde Pública
Pacaembu
01246904 - São Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 30617818
URL da Homepage: www.fsp.usp.br

Formação acadêmica/titulação

2014
Doutorado em andamento em Nutrição em Saúde Pública.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Percepções e práticas em educação alimentar e nutricional no contexto do desenvolvimento rural: estudo de caso do Rio Grande do Sul,
Orientador: Patrícia Constante Jaime.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

2007 - 2009
Mestrado em Extensão Rural (Conceito CAPES 4).
Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil.
Título: Sabores na história: um estudo a partir dos saberes e fazeres alimentares da agricultura familiar.,Ano de Obtenção: 2009.
Orientador: Hugo Anibal Gonzalez Vela.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
Grande área: Ciências Humanas
Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Nutrição.
Grande Área: Ciências Agrárias / Área: Agronomia / Subárea: Extensão Rural.

2009 - 2009
Aperfeiçoamento em Formação de Gestores de Restaurantes Populares. (Carga Horária: 240h).
Rede Integrada de Equipamentos Públicos de SAN, REDESAN, Brasil.
Título: Gestão do desperdício em restaurante popular. Ano de finalização: 2009.
Orientador: Marilene Machado.

2003 - 2007
Graduação em Nutrição.
Centro Universitário Franciscano, UNIFRA, Brasil.
Título: Consumo alimentar de produtores rurais do município de Santa Maria, RS.
Orientador: Thiago Durand Mussoi.

Anexo 3 – Currículo Lattes da Professora Orientadora

Patricia Constante Jaime

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 - CA SN - Saúde Coletiva e Nutrição

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/6023019204006612
Última atualização do currículo em 15/04/2016

Nutricionista. Professora associada do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Doutora em Saúde Pública pela FSP/USP. Pós-Doutora em Epidemiologia Nutricional pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde - NUPENS / USP e em Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição pela London School of Hygiene and Tropical Medicine, Reino Unido. Foi Coordenadora da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde no período de 2011 a 2014. Tem experiência no campo da alimentação e nutrição em saúde coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação de programas e políticas de alimentação e nutrição, consumo alimentar de grupos populacionais, intervenções nutricionais e promoção da alimentação saudável. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq - Pq2. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Patricia Constante Jaime
Nome em citações bibliográficas	JAIME, P. C.;Jaime, Patricia Constante;Jaime PC;JAIME, PATRICIA C;JAIME, PATRÃCIA CONSTANTE;JAIME, P C;JAIME, P.C.;JAIME, PATRICIA;JAIME, PATRICIA C.;JAIME, PATRÍCIA;JAIME, PATRÍCIA CONSTANTE;JAIME, PATRÍCIA C.

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. Avenida Dr. Arnaldo, 715 2º andar (Departamento de Nutrição) Cerqueira Cesar 01246904 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 30717866

Apêndice 1 – Roteiro para Entrevistas Individuais

I -Identificação

Data:

Início:

Término:

Local:

Cargo que ocupa:

Tempo de atuação:

1. Fale sobre seu trabalho/atividades na ATES.
2. Comente sobre como são formuladas e executadas as atividades.
3. Comente sobre os métodos, técnicas e temáticas propostas para as atividades. Justifique a escolha/determinação deles.
4. Comente sobre o papel dessas atividades para você enquanto extensionista.
5. Comente sobre os resultados esperados com as atividades. Existem expectativas? Quais?
6. Como você avalia as atividades desenvolvidas?
7. Dentre as temáticas e métodos utilizados, atividades de educação alimentar e nutricional são desenvolvidas? (caso não haja referência nos itens anteriores)
   - retornar às questões 4, 5 e 6.
8. Como você percebe a educação alimentar e nutricional na ATES? Pra você, o que significa trabalhar com educação alimentar e nutricional na ATES?

Apêndice 2 – Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a),

Estamos desenvolvendo uma pesquisa denominada "*Percepções e práticas no processo de educação alimentar e nutricional no contexto do desenvolvimento rural: estudo de caso do Rio Grande do Sul*" cujos objetivos são analisar percepções e práticas sobre o processo de educação alimentar e nutricional, bem como o processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das estratégias em educação alimentar e nutricional no contexto do Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul.

Sendo assim, estamos convidando você para participar deste trabalho, por meio de entrevista. A entrevista versará sobre a sua vivência no âmbito das ações de desenvolvimento rural. Este estudo envolve riscos mínimos ao participante decorrente de possível desconforto no momento da entrevista. A participação no estudo não implica em nenhum gasto, ou mesmo ganho financeiro, por outro lado, ao participar você colabora com a melhor compreensão das ações de Educação Alimentar e Nutricional na ATER, com vistas a qualificá-las.

As entrevistas serão gravadas para posterior análise. Nós, pesquisadoras, garantimos a confidencialidade das informações proferidas durante a entrevista, sendo assim, seu anonimato está assegurado. Você tem liberdade para recusar-se a participar da pesquisa ou desistir dela a qualquer momento, bem como solicitar que seus dados sejam desconsiderados no estudo, sem que haja constrangimento.

Eu, Nádia Rosana Fernandes de Oliveira, juntamente com minha orientadora, professora Patricia Constante Jaime, garantimos que suas informações serão trabalhadas em *sigilo* e utilizadas somente para esta pesquisa. Em caso de dúvidas em relação à pesquisa, você poderá pedir esclarecimento a qualquer uma de nós, no endereço e telefone abaixo, e também poderá contatar o Comitê de Ética em

Pesquisa da faculdade de Saúde Pública da USP (COEP) pelo e-mail coep@fsp.usp.br.

Eu,_____, ciente das informações recebidas, concordo em participar da pesquisa, autorizando a utilização dos dados por mim concedidos e/ou os resultados alcançados.

_____ _____

Nome do participante Assinatura do participante

_____

Nádia Rosana Fernandes de Oliveira

Estudante do Curso de Doutorado FSP/USP

_____

Patricia Constante Jaime

Profª do Departamento de Nutrição em Saúde Pública FSP/USP

Telefones: (11)975489486 ou (55)81296045

E-mails: nadiaoliveira.fsp@usp.br ou constant@usp.br

Data:___/___/___